

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

GUILHERME NEVES PIEDADE LOUZADA

**POR TRÁS DAS COMPRAS SUSTENTÁVEIS DO GOVERNO
FEDERAL: UMA ANÁLISE DOS ATORES ENVOLVIDOS NO
PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DAS AQUISIÇÕES
FEDERAIS**

**GOIÂNIA
2016**

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem resarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Guilherme Neves Piedade Louzada

Título do trabalho: Por trás da compras sustentáveis do Governo Federal: Uma análise dos atores envolvidos no processo de transformação das aquisições federais

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento **SIM** **NÃO¹**

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do (a) autor (a)²

Data: 26 / 09 / 2016

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

²A assinatura deve ser escaneada.

GUILHERME NEVES PIEDADE LOUZADA

**POR TRÁS DAS COMPRAS SUSTENTÁVEIS DO GOVERNO FEDERAL: UMA
ANÁLISE DOS ATORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO
DAS AQUISIÇÕES FEDERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência Política, sob orientação da Prof.^a. Dra. Marina de Souza Sartore

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Sociedade Civil.

**GOIÂNIA
2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Neves Piedade Louzada, Guilherme

Por trás das compras sustentáveis do Governo Federal: Uma
análise dos atores envolvidos no processo de transformação das
aquisições federais [manuscrito] / Guilherme Neves Piedade Louzada. -
2016.

CXXI, 121 f.

Orientador: Profa. Dra. Marina de Souza Sartore.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, Goiânia, 2016.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de
tabelas.

1. Compras sustentáveis. 2. Consumo. 3. Economia verde. 4.
Meio ambiente. I. de Souza Sartore, Marina, orient. II. Título.

CDU 32



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÉNCIA POLÍTICA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

GUILHERME NEVES PIEDADE LOUZADA

Aos vinte dias do mês de junho de 2016, às 15:00 horas, na Sala de Defesa da Faculdade de Ciéncia Sociais, da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado do mestrando **GUILHERME NEVES PIEDADE LOUZADA**, intitulada: *Por trás das Compras Sustentáveis do Governo Federal: Uma Análise dos Atores envolvidos no Processo de Transformação das Aquisições Federais*. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.^o 21/2016-FCS, de 13 de junho de 2016, pelos seguintes Professores Doutores: Marina de Souza Sartore – (Orientadora-UFSE), Francisco Mata Machado Tavares (Presidente-Coordenador/PPGCP/UFG) Aline Regina Alves Martins (Membro – UFG), Janine Helfst Leicht Collaço (Membro – UFG) e Andréa Freire de Lucena (Suplente – UFG). O candidato apresentou o trabalho, em seguida os examinadores o arguiram. Às _____ horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta, pela qual foram atribuídos ao mestrando os seguintes resultados:

Aprovado(a) Reprovado(a)

Dr. Francisco Mata Machado Tavares

Eduardo

Aprovado(a) Reprovado(a)

Dr^a Aline Regina Alves Martins

Aline R. A. Martins

Aprovado(a) Reprovado(a)

Marina Helfst Leicht

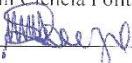
Dr^a. Janine Helfst Leicht Collaço

Resultado

Final: _____

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão.
da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Maria Auxiliadora Gonçalves de Souza,
Secretária do Programa de Pós-Graduação em Ciéncia Política, e pelos membros da Banca Examinadora.

Maria Auxiliadora Gonçalves de Souza _____



AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Lúcia Helena, pelo exemplo de vida e luta, por todo amor e dedicação. Ao meu pai, Júnior Louzada, por ensinar-me valorosas lições sobre a vida e por auxiliar na constituição do que sou hoje. Aos meus avós pelo carinho e incentivo aos estudos.

À Gisela, minha melhor amiga e companheira, que com seus sorrisos fartos torna minha vida mais leve e prazerosa.

Aos meus irmãos Eduardo e Gustavo. Aos meus primos-irmãos e tios de Bauru e Uberlândia, por toda uma vida compartilhada e permeada de momentos especiais e carinho.

Aos amigos Renato, José Eduardo e Fabrício, que mesmo distante sempre se fizeram presentes.

Aos amigos de mestrado e de UFG pelas alegrias e aflições compartilhadas.

À minha orientadora, Dra. Marina de Souza Sartore, por toda colaboração, paciência, dedicação e compreensão nesse difícil processo que é o mestrado. Às professoras Dra. Janine Helfst Leicht Collaço e Dra. Aline Regina Alves Martins por participarem de minhas bancas e colaborarem diretamente para o desenvolvimento deste trabalho. E também a todos os professores que tive desde meus primeiros anos de estudo.

Obrigado a todos, sem vocês isso não seria possível.

RESUMO

O grande desenvolvimento econômico no período pós segunda guerra trouxe consigo uma grande pressão sobre o meio ambiente e os recursos naturais forçando as correntes teóricas da economia a considerar este tema em suas análises. No desenvolvimento das análises da relação entre economia e meio ambiente, o consumo ganha papel de destaque como um dos principais responsáveis pela pressão exercida sobre o meio ambiente. O advento do conceito de Economia Verde coloca o Estado na condição de protagonista para a transição rumo a uma economia de baixo carbono. Nesta pesquisa lanço os primeiros olhares sobre o programa de compras públicas sustentáveis do governo federal, entendido como um dos programas responsáveis pela transição à uma economia verde. Através da análise das trajetórias acadêmicas e profissionais dos atores que estão por trás do desenvolvimento das compras públicas sustentáveis no Brasil, aponto que há uma vanguarda de atores políticos do Nordeste no desenvolvimento da legislação que estimula as compras sustentáveis e a existência de uma elite fortemente estabelecida na parceria entre ICLEI, EAESP/FGV e Embaixada Britânica.

Palavras-chave: Consumo, compras públicas sustentáveis, economia verde, meio-ambiente.

ABSTRACT

The great economic development in the post World War II period brought great pressure on the environment and natural resources forcing the theoretical currents of the economy to consider this issue in their analysis. In the development of the analysis of the relationship between economy and environment, the consumer gets a prominent role as a major contributor to the pressure on the environment. The advent of the Green Economy concept puts the state in the protagonist condition for the transition to a low carbon economy. In this research haul the first looks on sustainable procurement federal program, seen as one of the programs responsible for the transition to a green economy. Through the analysis of academic and professional trajectories of the actors who are behind the development of sustainable public procurement in Brazil, I point out that there is a vanguard of political actors in the Northeast in the development of legislation that encourages sustainable procurement and the existence of a strongly established elite in partnership between ICLEI, EAESP / FGV and British Embassy.

Keywords: consumption, sustainable public procurement, green economy, environment.

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 – Um esboço das relações do sistema econômico com o meio ambiente</i>	07
<i>Figura 2 – A Economia dentro do meio ambiente</i>	10
<i>Figura 3 – Curva ambiental de Kuznets</i>	12
<i>Figura 4 – Composição da amostra geral</i>	46
<i>Figura 5 – Representatividade das compras sustentáveis por região entre os anos de 2012 e 2014</i>	50

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1 - As 15 maiores economias do Mundo em 2013</i>	13
<i>Tabela 2 - Os 15 maiores emissores de CO₂ em 2013</i>	14
<i>Tabela 3 - Atores políticos</i>	45
<i>Tabela 4 - Distribuição de atores por evento e instituição</i>	53
<i>Tabela 5 - Cursos e instituição de graduação dos atores educacionais</i>	59
<i>Tabela 6 - Formação dos atores educacionais por área de concentração</i>	60
<i>Tabela 7 - Pós-graduação e instituições</i>	61
<i>Tabela 8 - Distribuição dos atores de acordo com a trajetória profissional</i>	63
<i>Tabela 9 - Informações Gerais dos Atores Políticos</i>	73
<i>Tabela 10 - Fonte de informações da Tabela 8</i>	80
<i>Tabela 11 - Informações Gerais dos Atores Educacionais</i>	81
<i>Tabela 12 - Fonte das informações da Tabela 10</i>	107
<i>Tabela 13 - Trajetória profissional dos atores</i>	109

LISTA DE ABREVIASÕES

- CISAP – Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
- EAESP – Escola de Administração de Empresas de São Paulo
- FGV – Fundação Getúlio Vargas
- FSC – Forest Stewardship Council
- IBD – Instituto Biodinâmico
- ISEE – International Society for Ecological Economics
- ISO – Organização Internacional para a Padronização
- LEED – Liderança em energia e Design Ambiental
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- ONG – Organizações Não Governamentais
- PFL – Partido da Frente Liberal
- PIB – Produto Interno Bruto
- PL – Projeto de Lei Ordinária
- PLP – Projeto de Lei Complementar
- PNUMA – Programa das Nações Unidas para o meio ambiente
- PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
- PT – Partido dos Trabalhadores
- PV – Partido Verde
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	01
<i>Capítulo I – Economia e Meio Ambiente: uma revisão das vertentes teóricas</i>	06
1.1 – Economia Ambiental neoclássica: mercado e meio ambiente se encontram	06
1.2 – Economia Ecológica: a solução heterodoxa para o mercado e o meio ambiente	09
1.3 – Economia Evolucionária: uma ilusão produzida	12
1.4 – Ecomarxismo: ruptura ou barbárie	14
1.5 – Economia Verde: a vertente contemporânea da relação entre mercado e meio ambiente	
	19
1.6 – Consumo: a bola da vez da questão ambiental	21
<i>Capítulo II – O Estado Consumidor: O caso das compras sustentáveis</i>	26
2.1 – Estado, mercado e consumo	35
2.2 – As compras públicas no Brasil: a evolução legislativa	40
<i>Capítulo III – Por trás das compras públicas sustentáveis</i>	44
3.1 – Entre as leis e a capacitação: o levantamento dos dados	44
3.2 – Atores e sustentabilidade: uma parceria recente	50
<i>Considerações Finais</i>	64
<i>Referência Bibliográficas</i>	67
<i>Apêndice I: Informações Gerais Sobre os Atores</i>	73
<i>Apêndice II: Trajetória Profissional dos Atores</i>	109

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1970, a temática ambiental vem ganhando força no cenário global. Essa valoração do tema deu-se, principalmente, devido “a agudização das pressões ambientais trazidas pelo crescimento econômico no período posterior à 2ª Guerra e depois dele” (RIBEIRO, 2012, p. 211).

Em 1972, o Clube de Roma² divulgou seu primeiro relatório, intitulado “Os limites do crescimento” que vendeu mais de 12 milhões de cópias e foi traduzido para 37 idiomas³. Ainda hoje, 44 anos após a sua publicação, baseia grande parte das discussões sobre problemas cruciais para o desenvolvimento da humanidade tais como energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia e crescimento populacional.

Celso Furtado, considerado um dos maiores economistas do Brasil, fez uma reflexão a partir deste relatório na qual destaca a crescente dependência dos países desenvolvidos de recursos naturais não renováveis pertencentes aos países subdesenvolvidos, formando, assim, um sistema global fechado. Neste sentido, Furtado nos diz,

A novidade está em que o sistema pôde ser fechado em escala planetária, numa primeira aproximação, no que se refere aos recursos não renováveis. Uma vez fechado o sistema, os autores do estudo formularam-se a seguinte questão: que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da Terra, chegar efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegarem efetivamente a universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambiguidade: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso. (Furtado, 1996, p. 11)

Como podemos observar, a análise de Celso Furtado sobre o relatório do Clube de Roma é clara ao fazer uma crítica direta ao sistema de produção capitalista e ao seu modo de vida baseado no consumo generalizado e na busca pela extensão dos padrões de vida dos países desenvolvidos para os países periféricos o que, segundo o autor, levaria a consequências catastróficas para a economia.

²Formado em abril de 1968, o Clube de Roma era um pequeno grupo internacional composto por profissionais de diversas áreas como diplomacia, indústria, academia e sociedade civil. O objetivo do grupo era debater sobre a interdependência global e o consumo de recursos naturais. Informações retiradas do site <http://www.clubofrome.org/?p=4771>. Acesso em 07 de março de 2015

³O relatório foi originalmente elaborado pelo *Massachusetts Institute of Technology (M.I.T.)* a pedido do Clube de Roma. As informações e os dados mencionados no texto foram retirados do site <http://www.clubofrome.org/?p=326>. Acesso em 07 de março de 2015

O desenvolvimento econômico e os recursos naturais, temas trazidos à tona pelo relatório do Clube de Roma, voltam a ganhar grande destaque em 1988 quando é elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o documento intitulado “Nosso Futuro Comum” que trouxe uma importante contribuição para os temas em pauta como o conceito de “desenvolvimento sustentável”. Este conceito é apresentado como a forma de desenvolvimento que “atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p. 09).

Em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, mais conhecida como ECO-92, o conceito de desenvolvimento sustentável, que fora apresentado em 1988, ganha uma definição um pouco mais complexa a partir da elaboração do documento chamado Agenda 21 o qual apresentou três aspectos a serem considerados para o desenvolvimento sustentável: o econômico, o social e o ambiental. Desta maneira, o desenvolvimento sustentável passou a ser concebido como algo economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto.

Após a ECO-92, o ideal de desenvolvimento sustentável e os movimentos ambientalistas ganharam força e adeptos. Com isso, empresários de multinacionais, financistas de bancos comerciais, Organizações Não Governamentais (ONG's) e diversos atores e instituições perceberam na crítica aos moldes de consumo e produção tradicionais uma nova oportunidade de negócios. Segundo Sartore (2012), no Brasil, os diferentes grupos como empresas, ONGs e mercado financeiro vão paulatinamente se apropriando do conceito de desenvolvimento sustentável e criando novos conceitos como o de Responsabilidade Social Empresarial, Investimento Social Privado, Investimento Socialmente Responsável, etc., levando à criação de um espaço social polissêmico, pois convergem para a ideia central de desenvolvimento sustentável, porém divergem sobre as suas formas de aplicação prática.

O conceito de desenvolvimento sustentável, e suas diferentes apropriações são então assimilados e transformados em mercadoria, agregando valor a produtos e a empresas dos mais variados setores. Exemplos mais específicos desse fato são os inúmeros “selos verdes”⁴

⁴ O Conselho Nacional de defesa do Meio Ambiente define selo verde como “(...) a ecoetiqueta que atesta a qualidade ecológica, socioambiental, do produto ou serviço que tem o apoio da sociedade civil. É fornecida para empresas que comprovam periodicamente, por meio de laudos técnicos, que seus ciclos de vida são amigáveis para o planeta e a vida que nele habita. Não podem prejudicar a vida e nem utilizar os recursos naturais de forma desregrada, estão preocupadas com os recursos renováveis e obedecem às exigências e consensos internacionais que tratam do socioambiental.”. Informações retiradas do site: <http://www.cnda.org.br/html/certificacoes.asp>. Acesso em 07 de março de 2015.

adotados por empresas em seus produtos e serviços. Dentre os mais conhecidos “selos verdes” destacam-se o *Forest Stewardship Council*⁵ (FSC), a Organização Internacional para a Padronização, ISO 14001, Liderança em Energia e Design Ambiental (LEED), *Rainforest Alliance Certified*, Ecocert, Instituto Biodinâmico (IBD) e Procel.

É neste cenário de valorização da questão ambiental e de buscas por alternativas capazes de desenvolver um sistema sustentável que, em 2008, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lançou a iniciativa *Green Economy* com o objetivo de “mobilizar e reorientar a economia para investimentos em tecnologias verdes e infraestrutura natural” (PNUMA, 2013)⁶. Se em 1992, o tema era o desenvolvimento sustentável, 16 anos depois, ele se ramificou para a economia verde, apontada como um caminho capaz de levar ao desenvolvimento sustentável. Embora em um primeiro momento a definição de economia verde possa ser confundida com o conceito de desenvolvimento sustentável, ambos apresentam características bastante diferentes. Hargrave e Paulsen (2012) argumentam que o conceito de desenvolvimento sustentável é mais amplo e abstrato, como uma filosofia de vida que aponta princípios a serem seguidos, enquanto a economia verde é vista como uma maneira de materializar e realizar as ideias do desenvolvimento sustentável dentro do campo da economia, considerando as relações de produção, distribuição e consumo.

Por outro lado, Almeida (2012), que presidiu a Sociedade Brasileira de Economia Ecológica e atualmente compõe sua diretoria, argumenta que a ideia de uma economia verde não traz em si um novo conceito propriamente dito, ela aparece muito mais como a “*reiteração de velhas ideias*” herdadas principalmente da economia ambiental neoclássica, economia ecológica e economia evolucionária. Esse processo de ramificação da linguagem é entendido por Bourdieu (1994, p. 139) como “o produto das lutas simbólicas anteriores e exprime, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de forças simbólicas”. Assim, a diferenciação entre “desenvolvimento sustentável” e “economia verde” expressa o resultado de lutas simbólicas entre atores sociais que buscam se posicionar e criar a versão mais legítima e compartilhada sobre economia e meio ambiente.

Em 2011, o PNUMA lançou o documento “Rumo a uma economia verde: Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza – Síntese para tomadores de decisão”, no qual define a economia verde como “uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente

⁵ Mais informações em <https://br.fsc.org/pt-br> Acesso em 15/02/2016.

⁶ Informações retiradas do site http://www.pnuma.org.br/eventos_detalhar.php?id_eventos=39. Acesso em: 15/10/2013

riscos ambientais e escassez ecológica” (PNUMA, 2011, p. 02). De acordo com o documento um investimento de 2% do Produto Interno Bruto global em setores chave seria capaz de iniciar a transição à uma economia de baixo carbono e eficiente na utilização de recursos. Este processo, ainda de acordo com o documento, deve ser estimulado por reformas em políticas nacionais e internacionais, demonstrando o papel fundamental exercido pelos governos neste processo de transição. Com isso em mente, podemos considerar o programa de compras públicas sustentáveis do governo federal brasileiro, objeto de pesquisa deste trabalho, como uma reforma na política de aquisição governamental que tem como objetivo estimular a transição à uma economia verde.

Este trabalho tem por objetivo lançar os primeiros olhares sobre o processo de transformação na política de aquisição governamental brasileira, tema bastante recente e pouco explorado pelas ciências sociais, e colaborar para a compreensão deste novo campo de pesquisa mapeando os atores que estão por trás da implementação das compras públicas sustentáveis no governo federal e buscando verificar a existência de uma elite por trás desse processo. Para isso, no primeiro capítulo deste trabalho apresento as vertentes acadêmicas que antecederam a economia verde. Esta é uma etapa necessária para se compreender o desenvolvimento das ideias que culminaram na concepção da economia verde e possibilitaram a emergência da ideia de compras sustentáveis no Estado. No segundo capítulo trago uma discussão sobre o significado do consumo explorando as correntes teóricas que abordam o tema e destacando a abordagem culturalista. Posteriormente proponho uma reflexão sobre a relação existente entre Estado, mercado e consumo onde resgato a argumentação de Fligstein de que o mercado, espaço de realização do consumo, é resultado da interação entre governos, elites econômicas e trabalhadores e que o Estado é uma ferramenta fundamental para construção e regulação dos mercados. Nesta perspectiva torna-se fundamental nos aventurarmos na questão do Estado, portanto, sigo a discussão trazendo Bourdieu para lembrar que o Estado é o espaço de disputa entre agentes que defendem interesses específicos, o principal produtor de categorias de visão e divisão social e que as estruturas proporcionadas pelo Estado para construção e regulação dos mercados são o resultado objetivo das disputas entre os agentes. Portanto, proponho que o primeiro passo para compreender as relações entre Estado, mercado e consumo, é analisar os atores que estão por trás dos atos de Estado que causam efeitos no mercado e no consumo, no caso desta pesquisa, nos atores que estão por trás das compras públicas sustentáveis. Finalizo o capítulo apontando a importância do empreendedorismo do Estado na inovação de novos setores da economia e apresento um breve panorama sobre as compras públicas no Brasil e o

desenvolvimento de legislações que estimulam as aquisições sustentáveis. No terceiro capítulo apresento a metodologia utilizada em minha pesquisa e faço a análise dos dados levantados. Finalizo este trabalho com as considerações finais e dou alguns apontamentos sobre a pesquisa.

CAPÍTULO I - ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: UMA REVISÃO DAS VERTENTES TEÓRICAS

1.1 - Economia ambiental neoclássica: Mercado e meio ambiente se encontram

Até o final da década de 1960, a teoria econômica ambiental neoclássica acreditava que o sistema econômico apresentava um funcionamento desvinculado do meio ambiente, ou seja, acreditava que problemas ambientais não tinham a capacidade de interferir no funcionamento eficiente do mercado. Como nos diz Mueller,

O sistema econômico funcionaria como se: (1) existissem fontes inesgotáveis de insumos materiais e de energia para alimentar o funcionamento do sistema; (2) no processo de produção todos os insumos materiais fossem inteiramente convertidos em produtos, não ficando nenhum resíduo indesejado; (3) no consumo, todos os produtos desaparecessem inteiramente, sem deixar vestígios; (4) as instituições da sociedade assegurassem com que todos os atributos ambientais relevantes pertencessem a alguém, sendo livremente transacionados em mercados competitivos. Considerava-se, pois, a economia um sistema isolado, autocontido, cabendo à teoria econômica concentrar-se na análise dos fluxos de valor de troca circulando no seu interior, entre empresas e famílias. (MUELLER, 2004, p. 106)

Vemos que nesta concepção, o sistema econômico é concebido com um sistema fechado, independente do meio e desprovido de interações dinâmicas com este. Mas a partir dos anos 1950, com a Teoria Geral dos Sistemas proposta pelo biólogo austríaco Ludwig Von Bertalanffy, esta concepção começa a mudar. De acordo com essa teoria, os sistemas vivos, sejam indivíduos ou organizações, devem ser analisados como sistemas abertos que realizam constantes trocas com o ambiente. Em um primeiro momento, esta mudança de visão é inserida no âmbito das empresas e instituições. Mais tarde, no início da década de 1970, esta nova concepção se propaga e passa, também, a ser utilizada para analisar o sistema econômico. Com isso, o sistema econômico deixa de ser considerado como um sistema fechado em si e sua relação dinâmica com o meio ganha o centro das análises. As relações de “troca” entre sistema econômico e meio ambiente são caracterizadas da seguinte forma: o sistema econômico retira do meio os recursos necessários ao processo produtivo e devolve os rejeitos da produção e consumo. A ilustração a seguir nos auxilia a compreender e visualizar a relação existente entre o sistema econômico e o meio ambiente.

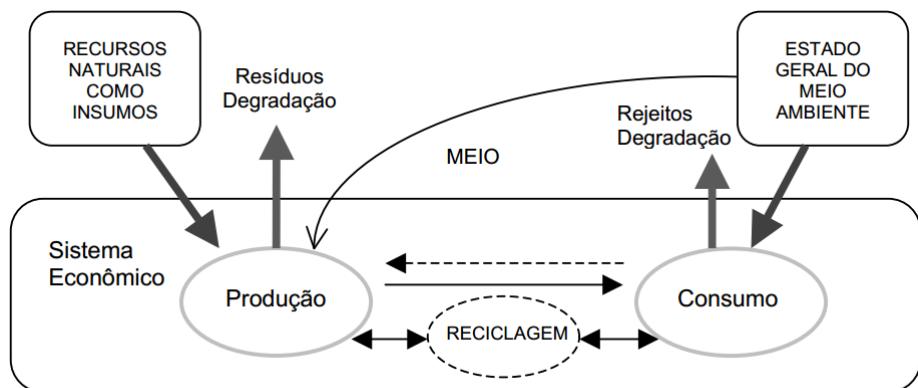


Figura 1 – Um esboço das relações do sistema econômico com o meio ambiente

Fonte: Mueller, 2007 apud ANDRADE, 2008:4

Diante desta nova perspectiva, incorporou-se, então, à análise econômica o princípio do balanço de materiais⁷ amplamente reconhecido pela frase “na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma” (LAVOISIER, 1777). Admitiu-se que a matéria-prima e a energia extraídas do meio ambiente, após passarem pelos processos de produção e consumo, voltam ao ecossistema como resíduos e rejeitos. A matéria e a energia utilizadas no processo produtivo são retiradas do meio ambiente e transformadas em produtos que serão consumidos. O processo produtivo e o consumo irão gerar rejeitos que voltarão ao meio ambiente. Desse fato surgem, os conceitos de *depleção de recursos naturais* e de *poluição* que passam a ser integrados à análise econômica (MUELLER, 2004, p. 107). De acordo com Amazonas (2002, p. 02), a economia neoclássica é constituída sobre os fundamentos do utilitarismo, individualismo metodológico e equilíbrio. Fundamenta-se, portanto, em uma rationalidade de maximização das utilidades individuais com a determinação dos usos ótimos/eficientes dos recursos e os tratamentos propostos para a questão ambiental estão baseados nesta mesma rationalidade. A consideração destes dois novos fatores, depleção e poluição, retira a capacidade do sistema econômico de entrar em equilíbrio por si só e alcançar seu estado ótimo. As respostas dadas pela economia neoclássica para o enfrentamento dos problemas ambientais se deram a partir da elaboração da Teoria da Poluição e da Teoria dos Recursos Naturais.

A Teoria da Poluição propõe uma distinção entre custos e benefícios privados ou sociais. O meio ambiente é entendido como um bem público, ou seja, sobre o meio ambiente não se coloca direitos de propriedade. Desta maneira, ao utilizar um bem público no processo

⁷ De forma sucinta, o balanço de materiais (ou massa) é a aplicação do princípio da conservação de massa.

produtivo privado, criam-se custos ou benefícios socialmente externalizados que podem ser positivos ou negativos.

Os danos causados ao meio ambiente, criados pelo processo produtivo privado, são considerados externalidades negativas que não podem ser internalizadas no processo produtivo devido ao caráter de bem público do meio ambiente. Assim, o agente privado torna-se um poluidor. O aumento da poluição faz com que ocorra o desequilíbrio entre os custos e benefícios sociais e privados. A quantidade de poluição gerada pelo processo produtivo passa a ser superior àquela considerada como socialmente aceitável ou “ótima” e transforma-se em uma “falha de mercado”. Para exemplificar essa situação vamos imaginar uma indústria que produz farinha e que em seu processo produtivo libera uma grande quantidade de gás carbônico na atmosfera e, consequentemente, polui o ar. O benefício socialmente externalizado positivo é o fornecimento de farinha que irá servir de base para a alimentação e o custo negativo socialmente externalizado é a poluição do ar. Quando a poluição do ar torna-se exacerbada, o custo gerado pela produção torna-se maior do que os benefícios gerados por ela. Os danos causados pela poluição do ar ganham tamanha dimensão que deixam de ser compensados pela utilização da farinha na alimentação, ou seja, a produção de farinha, neste exemplo hipotético, passaria a apresentar mais custos do que benefícios constituindo o desequilíbrio e a falha de mercado. A Teoria da Poluição considera que a correção desses desvios e o consequente acerto desta falha de mercado ocorrem através da taxação de ações poluidoras, ou seja, sobre a atividade poluidora deverão ser estipulados valores que serão devidamente cobrados pelas agências ambientais. Dessa maneira as externalidades passam a ser internalizadas no sistema econômico (AMAZONAS, 2002, p. 03).

A Teoria dos Recursos Naturais, por sua vez, tem raízes na ideia apresentada por Hotteling, em 1931, em seu artigo “*The Economics of Exhaustible Resources*” no qual aborda a extração e a exaustão dos recursos cuja manutenção dos estoques está diretamente relacionada aos custos de oportunidade e ao custo de oportunidade intertemporal. Ou seja, a questão de preservar ou não um recurso para extração posterior é resolvida através da valoração que este recurso pode ter ao longo do tempo. Citado por Amazonas (2002), Solow argumenta que um depósito de recursos naturais deixado no solo (*in natura*) só poderá dar retorno a seu proprietário se seu valor crescer a uma taxa igual à taxa de juros, ou seja, após a dedução dos custos de extração, o preço líquido do minério deve crescer exponencialmente a uma taxa igual a taxa de juros. De acordo com esta teoria, a valorização dos recursos ao longo do tempo seria a única razão plausível para se preservar uma reserva natural.

Em ambas as teorias, tanto a depleção dos recursos naturais quanto a poluição são tratadas como externalidades que precisam ser internalizadas no processo produtivo. Este processo de internalização das externalidades se dá através de um processo de valoração⁸ dos recursos naturais e também da poluição. O processo de valoração dos recursos está, muitas vezes, diretamente relacionado ao valor de uso que se dá a ele, bem como as disposições a pagar e a receber pelo mesmo. O grande problema nestes mecanismos reside na dificuldade em se mensurar com precisão a utilidade de um recurso e as consequências, tanto sociais quanto ambientais, de sua utilização até a exaustão. Além disso, a simples “internalização” e valoração dos recursos não é garantia de que estes passarão a ser utilizados de maneira consciente e sustentável, visando a sua disponibilidade ao longo do tempo. É interessante notar que as medidas propostas pela economia ambiental neoclássica enfocam, exclusivamente, o campo da produção não havendo espaço ainda para o debate sobre o consumo

1.2 - Economia Ecológica: a solução heterodoxa para o mercado e o meio ambiente

A economia ecológica surge em 1989 com a fundação da *International Society for Ecological Economics (ISEE)* e com a publicação do periódico *Ecological Economics*. A ISEE foi fundada “juntando-se forças de pesquisadores transdisciplinares “heréticos” tais como Herman Daly, Robert Costanza, Joan Martinez-Alier, Paul Ehrlich, Kenneth Boulding, Richard Norgaard”⁹. A proposta da economia ecológica representa uma resposta tanto à abordagem realizada pela Economia Ambiental Neoclássica que, segundo os economistas ecológicos, possui um caráter muito reducionista, como também ao pessimismo alarmista dos ecologistas radicais que profetizavam catástrofes ambientais de magnitude mundial. Fundada no Brasil em 1993 pelos já sócios da ISEE Peter May, Ronaldo Serôa da Motta e Clóvis Cavalcanti entre outros, a Sociedade Brasileira de Economia Ecológica prega que a complexidade dos problemas ambientais requer uma abordagem transdisciplinar que garanta uma integração analítica de várias perspectivas e não apenas da economia como propõem a vertente neoclássica (ANDRADE, 2008, p. 17). Neste sentido Costanza argumenta que a economia ecológica “engloba e transcende esses limites disciplinares e vê a economia humana como parte de um

⁸ Para maiores informações sobre o processo de valoração dos recursos ambientais ver AMAZONAS, 2009; MOTTA, 1997 e FARBER, COSTANZA e WILSON, 2002.

⁹ Informações retiradas do site: <http://www.ecoeco.org.br/sobre/historia>. Acesso em 07 de março de 2015.

todo superior. Seu domínio é a totalidade da rede de interações entre os setores econômico e ecológico” (COSTANZA *apud* ANDRADE, 2008, p. 18).

Uma das principais diferenças quando comparada a economia ambiental neoclássica reside no fato de que para a economia ecológica o sistema econômico não é fechado em si mesmo e independente do meio. Muito pelo contrário. Aqui o sistema econômico encontra-se contido em um sistema maior (meio ambiente), este sim fechado – embora aberto para recepção de energia solar – e com limites de fornecimento de matéria prima e recepção de dejetos e resíduos que devem ser respeitados para que não se atinja o colapso. A figura a seguir ilustra a ideia apresentada.

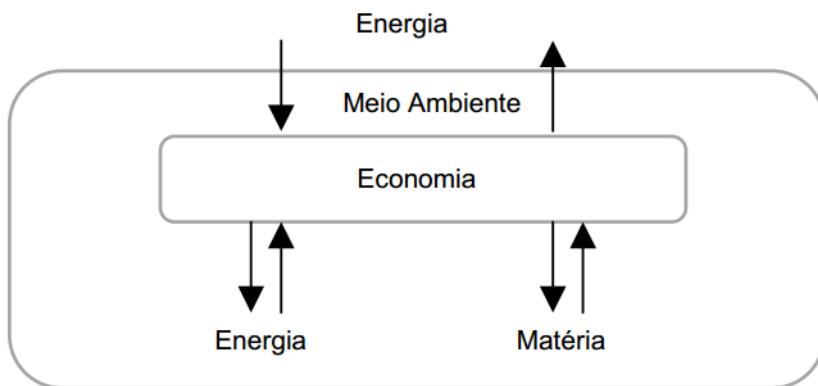


Figura 2 – A economia dentro do meio ambiente
Fonte: Common & Stagl *apud* ANDRADE, 2008:19

O caráter transdisciplinar buscado pela Economia Ecológica fez com que fundamentos biofísicos fossem cada vez mais considerados nas análises da relação entre economia e meio ambiente, de modo que ganham destaque na análise da economia ecológica as duas primeiras leis da termodinâmica. Georgescu-Roegen foi o primeiro economista a considerar essas leis na análise do sistema econômico. A primeira lei da termodinâmica nos diz que as quantidades totais de energia e matéria no universo são constantes e, assim, podem apenas ser transformadas, porém jamais criadas ou destruídas. Até aí podemos pensar que não há nenhuma novidade, uma vez que a economia ambiental neoclássica também considerava a primeira lei da termodinâmica em sua análise. Entretanto Georgescu-Roegen nos faz uma ressalva “*(c)om apenas essa lei estamos ainda no âmbito da mecânica e não no domínio dos fenômenos reais, que certamente incluem o processo econômico*” (ROEGEN *apud* MUELLER, 2004, p. 267). Para que se alcance o domínio dos fenômenos reais, como coloca Georgescu-Roegen, é necessário que a segunda lei da termodinâmica, a lei da entropia, seja considerada.

Mueller (2004, p. 267) diz que o conceito de entropia estabelece que, embora constante no universo, a energia disponível para realizar trabalho está sempre passando de disponível para indisponível. As quantidades de energia disponível e indisponível não são constantes pois a energia tende constantemente a passar do primeiro tipo (disponível) para o segundo (indisponível), independentemente da ação do homem embora este tenha acelerado esse processo.

De forma simplificada, o conceito de entropia consiste na impossibilidade de reversão após a transformação de um estado de energia para outro(s). Pensemos, por exemplo, no funcionamento de um automóvel. A energia concentrada no combustível utilizado por um automóvel (energia disponível para realizar trabalho) é transformada em energia térmica (calor produzido pelo motor) que facilmente se dissipá e também em energia mecânica (movimento do automóvel). Uma vez utilizada, a energia concentrada no combustível se dissipá de maneira irreversível e energia dissipada é incapaz de realizar trabalho residindo aí, portanto, a raiz da escassez segundo Georgescu-Roegen (MUELLER, 2004).

Sendo o planeta um sistema fechado, ou seja, incapaz de realizar trocas energéticas com outros sistemas (exceto através da energia solar¹⁰), a quantidade de energia disponível para realizar trabalho é limitada e o mesmo acontece com a matéria. Dessa maneira, a economia ecológica propõe que a escala do sistema econômico e a utilização dos recursos disponíveis sejam pensadas de maneira prudente e que sejam considerados os limites físicos do sistema maior (meio ambiente) que dá suporte ao sistema econômico. Para Cechin e Veiga (2010, p. 451), o pensamento de Georgescu-Roegen “representa uma revolução científica exatamente por ter saído do paradigma que delimita as fronteiras do processo econômico onde a circulação de mercadorias pode ser observada.”.

Por constituírem um sistema integrado, tanto a esfera da produção quanto a esfera do consumo são relevantes e consideradas nesta abordagem. O crescimento econômico deixa de

¹⁰ Mueller (2004) nos lembra da importância da acessibilidade aos recursos energéticos: “O sol inunda a terra continuamente com energia disponível para realizar trabalho, mas, do ponto de vista do sistema econômico, falta à grande parte da mesma um outro atributo fundamental: o da acessibilidade. Não é suficiente que a energia de uma dada fonte seja de baixa entropia. É necessário também que se tenha acesso – que se possa fazer uso da mesma. E apenas uma parcela pequena da imensa quantidade de energia solar que chega continuamente à terra oriunda do sol pode ser usada. É por essa razão que o surto de prosperidade mundial iniciada com a revolução industrial e que se acelerou fortemente na segunda metade do século XX, vem tendo que se apoiar, de forma crescente, no capital de energia solar capturada por plantas e animais em um passado remoto e estocada no nosso globo – a energia fóssil. Entretanto, diferentemente da nossa renda energética– o fluxo de energia do sol –, esse capital energético é finito, podendo ser exaurindo em um prazo não muito extenso (...)” (MUELLER, 2004, p. 271)

ser o objetivo central como o é na economia ambiental neoclássica e a sustentabilidade do sistema ecológico-econômico assume o papel central nesta perspectiva.

1.3 – Economia Evolucionária: uma ilusão produzida

Esta linha de pensamento econômico ganha popularidade no início da década de 1990 e baseia-se na ideia representada pela Curva Ambiental de Kuznets. Segundo Kuznets (*apud* ANDRADE, 2008) a taxa de degradação do meio ambiente aumentaria em proporção diretamente relacionada com o desenvolvimento econômico em sociedades pré-industriais e industriais até que um pico de degradação máximo seja alcançado e, através do desenvolvimento tecnológico, a taxa de degradação comece a diminuir e a economia continue a crescer, formando assim um gráfico representado por um “U” invertido conforme apresentado na figura abaixo.

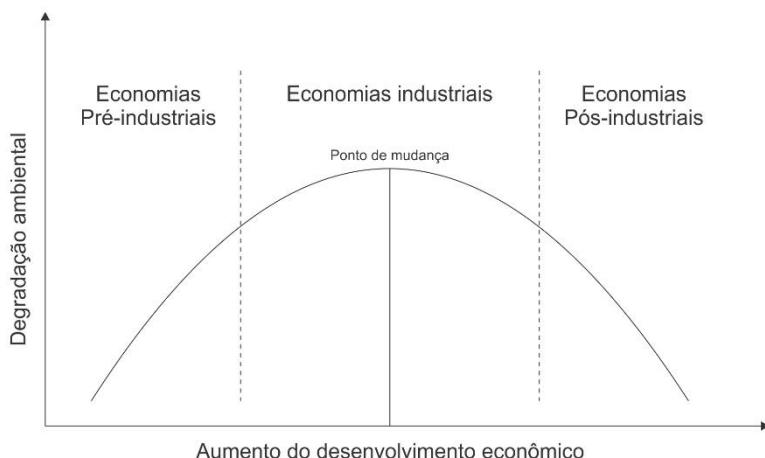


Figura 3: Curva Ambiental de Kuznets – Fonte: Acervo próprio

O argumento é o de que o desenvolvimento tecnológico possibilitou uma série de avanços nos sistemas produtivos e, consequentemente, novos processos menos danosos e mais eficientes tomaram o lugar dos antigos que apresentavam tecnologia mais rudimentar. Entretanto, esta perspectiva é questionável pois nada garante que o desenvolvimento econômico, por si só, seja capaz de garantir um índice de proteção e preservação ambiental maior. Por exemplo, os países de alto desenvolvimento econômico forçam, através de medidas de proteção ao meio ambiente e altos impostos, a transferência de indústrias poluidoras para outros países que, devido ao menor poder econômico e à necessidade de desenvolvimento e

geração de empregos e renda, acabam por aceitar e até mesmo incentivar a instalação de indústrias poluidoras em seu território. Na conferência de Estocolmo em 1972, o governo brasileiro, principal organizador do bloco dos países em desenvolvimento, defendia “uma política interna que tinha como pilares a atração para o Brasil de indústrias poluentes e o incentivo para que as populações desfavorecidas de alta fecundidade migrassem para a Amazônia (...)” (VIOLA, 1995, p. 83).

Além da transferência de indústrias poluidoras para outros países, os dados das Tabelas 1 e 2 nos mostram que o desenvolvimento econômico e tecnológico das nações não implica em uma redução na emissão de gases do efeito estufa, como o CO₂.

Tabela 1 - As 15 maiores economias do Mundo em 2013

Classificação	País	Produto Interno Bruto em trilhões de dólares
1º	EUA	16,79
2º	China	9,18
3º	Japão	4,90
4º	Alemanha	3,63
5º	França	2,73
6º	Reino Unido	2,53
7º	Brasil	2,24
8º	Rússia	2,11
9º	Itália	2,07
10º	Índia	1,87
11º	Canadá	1,82
12º	Austrália	1,50
13º	Espanha	1,35
14º	México	1,25
15º	Coréia do Sul	1,22

Fonte: FMI, World Economic Outlook Database – Disponível em: http://www.funag.gov.br/ipri/images/analise-e-informacao/01-Maiores_Economias_do_Mundo.pdf

Tabela 2 - Os 15 maiores emissores de CO₂ em 2013

Classificação	País	Emissão de CO ₂ em MtCO ₂
1º	China	9977
2º	EUA	5233
3º	Índia	2407
4º	Rússia	1812
5º	Japão	1246
6º	Alemanha	759
7º	Coréia do Sul	616
8º	Irã	611
9º	Arábia Saudita	519
10º	Canadá	503
11º	Indonésia	494
12º	Brasil	482
13º	México	466
14º	Reino Unido	448
15º	África do Sul	353

Fonte: Global Carbon Atlas – Disponível em: <http://www.globalcarbonatlas.org/?q=en/emissions>

Como podemos observar através da análise comparativa das tabelas, dentre os quinze países com os maiores PIBs do mundo em 2013, onze deles aparecem também entre os quinze maiores emissores de CO₂ do planeta no mesmo ano. Esta é uma evidência de que o desenvolvimento econômico não está diretamente relacionado a preservação do meio ambiente e nos permite, inclusive, supor que, salvo algumas exceções, quanto maior o desenvolvimento econômico maior a degradação do meio ambiente. O que parece ter sido desconsiderado no estudo de Kuznets é o fato de que países com um grande desenvolvimento econômico apresentam também um elevado índice de consumo e, consequentemente, um grande consumo de recursos naturais e geração de resíduos gerando grande impacto sobre o meio ambiente.

1.4 – Ecomarxismo: ruptura ou barbárie

O ecomarxismo é uma apropriação contemporânea dos conceitos de Karl Marx para se pensar as relações entre economia, trabalho e meio ambiente e pode ser considerada a mais

radical das vertentes de pensamento apresentadas neste trabalho e, também, uma posição contrária às teorias econômicas que aliam desenvolvimento econômico e preservação ambiental tendo como base o sistema capitalista. De maneira geral, quando pensamos na configuração do capitalismo, existem vertentes mais voltadas para a economia que apontam a capacidade do mercado em produzir uma sociedade virtuosa. Estas vertentes se expressam na tese do comércio doce e civilizador (HIRSCHMAN, 1982) e do sonho liberal (FOURCADE E HEALEY, 2007). Por outro lado, o desenvolvimento das correntes intelectuais que pensam a relação mercado e sociedade encontram o lado da crítica baseada no caráter autodestrutivo dos mercados para a sociedade, cujo um dos representantes seria Karl Marx (HIRSCHMANN, 1982). Até o momento, explicitei teorias da economia que inserem de maneira virtuosa as preocupações ambientais em seus modelos de produção e mercado, pois apontam a capacidade do mercado em corrigir as suas falhas (neoclássica), em incorporar o meio-ambiente (ecológica) ou em diminuir os problemas ambientais com a evolução tecnológica (evolutiva). Aqui, explicito uma vertente teórica que contrapõe o discurso virtuoso da economia e redimensiona a relação entre mercado, meio ambiente e sociedade.

Ao imaginarmos uma corrente de pensamento denominada como ecomarxismo é quase instantânea a indagação: Mas o que Marx pensava sobre a natureza? Existe um Marx ecológico ou, por que não, o contrário disso? Essa não é uma resposta tão fácil e, certamente, extrapolaria os limites e intenções deste breve tópico de capítulo. Não há na obra de Marx um trabalho no qual o autor se dedique exclusivamente ao tratamento da questão ecológica tal qual a conhecemos hoje. Porém a relação entre sociedade e natureza aparece em diversos trechos de sua obra.

Brito (2009) analisa as relações entre sociedade e natureza na obra de Marx e nos diz que se trata de uma relação cotidiana cuja mediação se dá através da atividade sensível (trabalho), atividade através da qual o homem se exterioriza e produz seu mundo. Para o autor, a necessidade de trabalhar a natureza e transforma-la de acordo com as necessidades do homem não a torna uma exterioridade que deva ser suprimida. Ao contrário, o homem surge da natureza e do processo histórico espacial de suas relações com ela e com seus semelhantes.

Podemos, portanto, afirmar que a natureza ocupa um papel fundamental no pensamento de Marx, dando origem ao homem e, através da inter-relação com ele, permitindo que ele viva e se desenvolva. Sem a natureza, não há o homem e, nas palavras de Marx,

O homem vive da natureza significa: a natureza é seu corpo, com o qual ele tem que ficar num processo continuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem

está interconectada com a natureza e não tem outro sentido senão que à natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza. (MARX, 2004, p. 84)

Feita esta breve, porém importante, introdução sobre o papel da natureza em Marx, podemos nos dedicar agora a apresentação das principais ideias constituintes do pensamento ecomarxista. O pensamento ecomarxista se baseia em duas principais ideias. A primeira delas e talvez uma das mais importantes tem ligação direta com as crises enfrentadas pela humanidade. Para a corrente ecomarxista as diversas crises econômica, social, energética, ambiental e etc., vivenciadas pela humanidade são interligadas em última instância a uma crise civilizatória. Neste sentido Michel Löwy (2007), diretor de pesquisa no *Centre National de la Recherche Scientifique* e um dos principais estudiosos das obras de Marx, nos diz que o ecomarxismo propõe uma alternativa civilizatória baseada em uma economia política fundada em critérios não monetários e extra econômicos que visa as necessidades sociais e ao equilíbrio ecológico.

Como podemos observar nas palavras de Löwy (2007), o ecomarxismo é fruto de uma síntese dialética entre o movimento ecológico e a crítica marxista à economia política, pois reconhece os aspectos positivos de cada uma das bases que o fundamentam, mas não por isso permite que estas escapem ilesas. É também, e ao mesmo tempo, uma crítica à “ecologia de mercado”¹¹, como proposta pela economia ambiental neoclássica e também pela economia verde, e ao “socialismo produtivista”.

A crítica ao socialismo produtivista, visto de forma emblemática durante a fase stalinista de burocratização da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e aplicação de métodos produtivistas tanto na agricultura quanto na indústria e sem nenhuma espécie de preocupação com a degradação ambiental é vista de forma negativa pela corrente ecomarxista que se desenvolveu como desafio à tese da neutralidade das forças produtivas. O projeto ecomarxista propõe que a socialização dos meios de produção deve ser seguida por uma gestão democrática da produção e consumo, além de uma reorganização ecológica do sistema produtivo (LÖWY, 2007). O argumento é o de que a simples expropriação dos meios de produção não é condição suficiente para o desenvolvimento de uma sociedade baseada na justiça social e ambiental pois é necessário repensar os meios de produção e buscar alternativas de baixo impacto ambiental e baseadas em fontes de energia renováveis.

¹¹ Por ecologia de mercado entendo o processo de valoração dos recursos naturais e meio ambiente como um todo, bem como o processo que define ações e/ou medidas para restituição de danos ambientais, normalmente, subvalorizados.

Já às críticas às chamadas “ecologias de mercado” residem no fato de que estas perspectivas de desenvolvimento não propõem uma ruptura e superação do modo de produção capitalista e de suas contradições, mas, ao contrário, sugerem ser possível uma transformação interna capaz de recuperar e sanar todas as injustiças e danos inerentes ao capital. Essas perspectivas ignoram o fato de que a geração de lucro é fruto da exploração do trabalho e da natureza, maquiam o sistema através de discursos e “selos verdes”, empresas “amigas da natureza” e diversas outras ações de marketing que caminham neste sentido. Sob a perspectiva ecomarxista, as vertentes que propõem uma ecologia de mercado não realizam uma análise crítica da questão do consumo e, por isso, não deixam de produzir materiais supérfluos e excedentes, consumindo cada vez mais recursos naturais e gerando uma quantidade enorme de resíduos que causam sérios danos e custos ambientais, atitude que caminha em sentido contrário à necessidade de eliminação de desperdícios, que é uma das maiores exigências do desenvolvimento sustentável. Portanto, segundo os ecomarxistas, a ideia de consumo sustentável é contrária e até mesmo inconcebível enquanto perdurar o processo de produção capitalista.

Quando as relações entre capital e natureza são analisadas de forma dialética podemos notar que em determinados períodos, curtos ou médios, essas relações podem ser benéficas para o capital e/ou natureza. Entretanto no período seguinte e em escalas de tempo de longo prazo essa relação será de restrições ao capital e/ou natureza e assim temos o que os ecomarxistas denominam de “a segunda contradição do capital”. Se a primeira contradição do capitalismo opera internamente ao sistema, gerando crises desencadeadas pelas relações entre valor e mais-valia, pelo privilégio dado ao capital constante ante o capital variável (salários) e que culminam na inviabilidade mercadológica da produção, a segunda contradição do capitalismo, tese desenvolvida por O’Connor (1998), parte da análise entre o funcionamento da economia capitalista e suas condições externas de produção. (MONTIBELLER-FILHO, 2000. p. 108 e 109).

As condições externas de produção são representadas pelos custos sociais de produção. Tais custos são utilizados na produção, mas não são valorados pelo mercado e, segundo MONTIBELLER-FILHO, suas três principais naturezas são:

- Custos sociais ecológicos: poluição da água, ar, solo, esgotamento das matérias-primas naturais etc;

- Custos sociais trabalhistas: precárias condições de trabalho, salários baixos, exaustão e extinção de empregos e etc e;
- Custos sociais econômicos: capacidade ociosa, má alocação inter-setorial, disfunção espacial, obsolescência planejada e etc.

Podemos notar que os custos sociais de produção inerentes ao sistema capitalista emanam, sobretudo, da natureza e do trabalho. Como no sistema capitalista os valores intrínsecos à natureza e ao trabalho não são devidamente reconhecidos e majorados, geram excedente a ser apropriado pelo capital. Este tipo de apropriação não paga é reconhecida pelos ecomarxistas como uma forma de mais-valia. Entretanto na sua busca obsessiva pelo lucro, o capital degrada cada vez mais as condições necessárias para sua existência. Na busca da redução dos custos, seja como forma de manter-se competitivo no mercado ou pela busca de uma situação privilegiada frente aos concorrentes, o empresário apodera-se de recursos naturais que não são mercadorias. Quando essa apropriação se generaliza, os recursos naturais são convertidos em mercadorias e passam a ter preços, criando barreiras econômicas. Assim, a política adotada individualmente pelos capitalistas para a redução dos custos tem como resultado custos maiores para o sistema como um todo, gerando a segunda contradição do capitalismo (MONTIBELLER-FILHO, 2000, p. 121).

A segunda contradição do capitalismo é, portanto, a intensificação cada vez maior de uma relação antagônica entre capital e natureza onde, em nome do lucro e “desenvolvimento”, o objetivo do capital é conquistar e dominar a natureza, subjugando-a e alienando-a do homem e o homem dele mesmo. Segundo Montibeller-Filho, “o ponto central do marxismo ecológico é, portanto, a contradição entre as relações de produção mais as forças capitalistas de produção e as condições da produção capitalista” (MONTIBELLER-FILHO, 2000, p. 121).

István Mészáros¹² (2001) expõe que uma economia de longo prazo com objetivos sustentáveis deve caminhar de mãos dadas com uma proposta de economia racional e humana que regule o processo de reprodução social com base em um controle interno e autodirigido como oposição ao modelo atualmente prevalecente que se configura como externo, autoritário e que é incompatível com a desigualdade estrutural atual. A desigualdade estrutural diz respeito a ausência de processos democráticos no planejamento e desenvolvimento de programas

¹² Conferência dada na Cimeira dos 'Parlamentos Latino-Americanos' sobre a “dívida social e integração latino-americana”, em Caracas, 10-13/Jul/2001. Disponível em: http://resistir.info/mreview/desenvolvimento_sustentavel.html

socioambientais das instituições, agências e órgãos oficiais criados no atual sistema capitalista. Pela ótica ecomarxista, a ausência de processos democráticos no planejamento e desenvolvimento de programas impede qualquer avanço real rumo a um modelo de desenvolvimento sustentável. Sobre essa questão, Mészáros (2001) diz que o principal desafio para se alcançar o desenvolvimento sustentável é a realização da igualdade substantiva e que este é um dos maiores obstáculos a ser vencido devido a predominância, até os dias atuais, de uma cultura de desigualdade substantiva. O resultado disso é apontado pelo autor como a redução dos ideais levantados pela Revolução Francesa ao simples e frágil ato de votar que é “exercido por um número de pessoas cada vez mais cépticas e diminutas nos países que se descrevem a eles próprios como “o modelo de democracia” (MÈSZÁROS, 2001).

Para a vertente ecomarxista, portanto, é impensável a possibilidade de conciliar o desenvolvimento sustentável com o sistema capitalista. A única alternativa viável para o alcance do desenvolvimento sustentável é através de uma total ruptura com o capitalismo.

1.5 - Economia Verde: a vertente contemporânea da relação entre mercado e meio-ambiente.

Proposta em 2008 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Economia Verde seria um dos temas principais da Rio +20. Porém, na preparação para o evento, muito se discutiu sobre o real motivo do PNUMA privilegiar um novo e ainda impreciso conceito ao invés do já estabelecido e mais amplo conceito de desenvolvimento sustentável (ALMEIDA, 2012). A imprecisão do conceito de economia verde e a desconfiança entre os países resultaram em severos embates entre países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento. José Eli da Veiga, em palestra proferida em 2012¹³, relata uma intensa disputa política entre os países do Norte e Sul. De acordo com este importante economista brasileiro, os embates se realizaram em torno de cinco pontos: 1) Os países do Sul argumentavam que o conceito de economia verde poderia marginalizar os objetivos sociais e favorecer os objetivos econômicos e ambientais e, assim, dificultar a resolução da questão da pobreza; 2) A aceitação do conceito poderia facilitar a criação de barreiras que dificultariam as exportações do Sul para o Norte; 3) Os países do Sul temiam que conceito apresentado fosse uma tentativa de se criar critérios para avaliação dos países; 4) O princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciáveis – de acordo com este princípio, todos têm responsabilidade sobre a questão

¹³ Palestra disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=drAizmquEZI>. Acesso em 05/03/2015

ambiental, entretanto esta responsabilidade deve ser maior para os países desenvolvidos já que estes foram os que causaram maior dano ao meio ambiente durante seu desenvolvimento; 5) havia um temor por parte dos países do Sul de que as ajudas financeiras recebidas dos países do Norte ficassem condicionadas a adoção de medidas propostas pela economia verde. O resultado desse embate culminou na alteração do tema “Economia Verde” para “Economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza”, uma clara tentativa de resguardar todos os interesses envolvidos.

Mas como vimos na introdução deste trabalho, a ideia de economia verde seria uma síntese das teorias apresentadas ao longo deste capítulo e configura-se também como uma proposta de medidas a se tomar para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado. No âmbito acadêmico, Almeida (2012, p. 94) argumenta que economia verde é uma espécie de “reiteração de ideias já bem conhecidas na literatura de economia do meio ambiente” (ALMEIDA, 2012, p. 94) em que os pontos positivos e fundamentais de correntes de pensamento antagônicas são reordenados para constituir um novo conceito para guiar as relações entre economia, sociedade e meio ambiente. No âmbito político-institucional, o PNUMA apresenta a economia verde a partir da ideia que agrupa três condições: 1) baixa emissão de carbono; 2) eficiência na utilização de recursos e; 3) inclusão social. Ainda de acordo com o órgão, o crescimento da renda e de empregos deve ser impulsionado por investimentos públicos e privados que tenham como objetivos a redução da emissão de carbono, da poluição e que busquem a preservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Diferentemente das teorias expostas acima, a ideia de Economia Verde [ao menos a ideia apresentada pelo PNUMA], considera o papel do Estado como um facilitador para a harmonização entre desenvolvimento econômico e ambiental.

(...) mudanças na política fiscal, reforma e redução de subsídios prejudiciais ao meio ambiente; emprego de novos instrumentos de base de mercado; procura de investimentos públicos para setores-chave “verdes”; tornar mais verdes os contratos públicos; e a melhoria das regras e regulamentos ambientais, bem como sua execução.” (PNUMA, 2011, p. 02) *grifo do autor.*

Como podemos notar, uma das contribuições mais importantes que se alavanca com a economia verde é o papel protagonista dos Estados, através de macro restrições diretivas para as inovações tecnológicas ambientais. Isso significa dizer que é necessária a seleção, de acordo com critérios socioambientais e estratégicos, de setores que serão privilegiados pelos gastos públicos e investimentos privados para o incentivo ao desenvolvimento de produtos e

tecnologias limpas (ALMEIDA, 2012, p. 94). O que implica dizer que os governos deverão adotar um papel de protagonistas no desenvolvimento da economia verde e aplicar medidas para induzir, regular, fiscalizar e incentivar o processo de esverdeamento da economia. O sucesso nessa empreitada, tanto em âmbito local quanto global, depende, fundamentalmente, da cooperação entre as nações, tanto as desenvolvidas quanto as em desenvolvimento, na difusão de tecnologias, serviços e recursos. Os Estados, portanto, devem agir de forma direta na transformação dos padrões de produção e consumo para que estes se tornem mais sustentáveis. Produção e consumo, assim, são esferas fundamentais da questão ambiental. Neste trabalho me dedico a esfera do consumo pelo destaque e frequência que o tema vem apresentando nas agendas atuais. A economia verde é, portanto, a corrente intelectual e política que dá bases para a consolidação da ideia de consumo sustentável no âmbito do Estado uma vez que respalda a participação do Estado na promoção do desenvolvimento sustentável no mercado.

Neste capítulo, apresentei a evolução do pensamento intelectual para a economia verde. Agora, apresento ao leitor, a emersão da ideia de consumo sustentável. Juntas, a ideia de economia verde impulsionada pelo Estado e consumo sustentável dão as bases para que possamos, no próximo tópico, refletir sobre o movimento que prega as compras sustentáveis no âmbito do governo federal.

1.6 - Consumo: a bola da vez da questão ambiental

Não são poucas as disputas em torno das origens da problemática ambiental. No cenário mundial, diversos atores e instituições de diferentes esferas apresentam suas posições a respeito do tema. Portilho (2010) apresenta um estudo em que realiza um levantamento de uma série de pesquisas que se dedicam a análise da “construção do discurso e agendas ambientais e sobre a maneira pela qual o tema consumo foi abordado, ou não abordado, nos encontros de cúpula internacionais, nos documentos oficiais e em diferentes fóruns de discussão” (PORTILHO, 2010, p. 39) e aponta dois deslocamentos discursivos que, cada um a seu tempo, são responsáveis por redefinir a questão ambiental.

O primeiro desses deslocamentos ocorre quando a questão ambiental deixa de ser relacionada ao aumento populacional, observado principalmente nas nações do hemisfério sul, para relacionar-se com o modelo de produção das sociedades desenvolvidas do hemisfério norte. Até a década de 1970, o aumento populacional das nações do hemisfério sul era visto

como o responsável pela rápida depleção nos recursos naturais. Essa definição da questão ambiental era assegurada pelo poder político das nações industrializadas e fortemente influenciada por pensadores neomalthusianos que pregavam a propriedade privada, taxas de poluição, freios no crescimento populacional e imigração como formas de sanar o problema. Entretanto, críticos da teoria neomalthusiana aliados aos governos dos países em desenvolvimento, conseguiram apontar que a causa da crise se encontrava justamente no polo oposto, ou seja, no hemisfério norte responsável pela maior produção e consumo de energia e matéria prima no planeta. Assim, “o foco começa a se dividir entre problemas derivados do crescimento populacional e problemas derivados do crescimento industrial e tecnológico, estabelecendo a primeira transição discursiva.” (PORTILHO. 2010, p. 43). O deslocamento discursivo para a produção proporcionou avanços técnicos e tecnológicos nos processos produtivos em busca da eco eficiência e produção limpa. Novas legislações foram criadas, agências e instituições ambientais surgiram, sistemas de regulação e avaliação como a ISO 14.000 tornaram-se fundamentais para empresas e assim constitui-se o que ficou conhecido como “eco-capitalismo” (PORTILHO. 2010, p. 48).

Contudo, todos os avanços conquistados no campo da produção não foram suficientes para aliviar as pressões sobre o meio ambiente, o que criou as possibilidades para um novo deslocamento da questão. O segundo deslocamento discursivo, responsável por mudar o foco da produção para o consumo, começa a se desenhar durante a Rio92 no debate travado entre dois grupos, um deles formado por ONGs globais em parceria com os países em desenvolvimento e, o outro, pelos países desenvolvidos. O grupo das ONGs e países em desenvolvimento se empenhava em mostrar que as principais causas dos problemas ambientais estavam relacionadas ao estilo de vida dos países do Norte, baseado no consumo conspícuo e generalizado. Por sua vez, os países do Norte procuravam manter a ideia de que os problemas ambientais eram resultado do crescimento populacional e da falta de desenvolvimento tecnológico nos processos produtivos. Dentre os documentos¹⁴ resultantes da Rio92, aparece a Agenda21, considerada como um dos mais importantes, pois apresenta diretrizes para o desenvolvimento de sociedades sustentáveis. Demonstrando que ONGs e países em desenvolvimento obtiveram certo êxito no debate travado com os países do Norte, tanto o consumo quanto estilos de vidas à la “american way of life”, começam, ainda que de maneira incipiente, a ser apontados como responsáveis pela crise ambiental (PORTILHO, 2010). Assim,

¹⁴ Fátima Portilho destaca os documentos produzidos: Agenda 21, A declaração do Rio e o Tratado das ONGs.

(...) o lado perverso do consumismo ocidental moderno chega finalmente aos discursos hegemônicos, fazendo ressurgir o tema da escassez e dos limites ecológicos no final do século XX. Com isso, a degradação ambiental e as formas de poluição produzidas na esfera industrial perdem importância para as formas de poluição produzidas nas atividades cotidianas de consumo, pelas pessoas comuns. Com este deslocamento, houve também uma desvinculação entre os processos de produção e consumo, com a ênfase recaindo sobre o segundo. (PORTILHO, 2010:52)

Ainda de acordo com Portilho (2010), diversos artigos acadêmicos, pesquisas e documentos de orientação de políticas ambientais apresentam diferentes justificativas para esta segunda transição, mas são quatro os eixos principais em que se baseiam. Um deles indica que produção e consumo são esferas separadas e que, por isso, devem ser analisadas de maneira independente, com os respectivos problemas resolvidos dentro de sua própria esfera. A questão da regulação da produção é vista, por um grupo de autores, como uma solução insuficiente e, que por isso, são necessárias mudanças, também, nos padrões de consumo. Há também autores que consideram que a regulação da produção está sendo encarada de maneira correta e que a resolução da questão ambiental se estende agora para o campo do consumo. Por fim, há aqueles que argumentam que o problema não está na produção uma vez que é a demanda do consumidor, orientada por seus padrões de escolha e decisão, que irá alterar o sistema produtivo. Embora algumas dessas visões sejam contrárias e divergentes, elas não se anulam e tão pouco invalidam uma a outra e, por isso, é importante lembrar, conforme destaca a autora, que estes dois deslocamentos discursivos não significam, em hipótese alguma, a superação de uma definição por outra. Crescimento populacional e modos de produção continuam presentes nas discussões sobre as razões e possíveis soluções para a crise ambiental. O que se pretende mostrar aqui é que uma abordagem ligada ao consumo vem ganhando importância e centralidade no campo de discussão das questões ambientais. Com isso, coloca as ações individuais dos consumidores como uma nova estratégia para o alcance de uma sociedade sustentável, transferindo para o indivíduo parte de uma responsabilidade que até então era de exclusividade de corporações, instituições e Estados. Assim, inaugura-se a ideia de corresponsabilidade do consumidor. Com isso, se por um lado o Estado passa a dividir a responsabilidade pela questão ambiental com o indivíduo, por outro traz para si, enquanto um agente consumidor, a mesma responsabilidade carregada pelo indivíduo sendo necessário, portanto, adequar seus processos e padrões de aquisição para modelos mais conscientes e menos danosos. Neste sentido, o Guia de Contrações Públicas Sustentáveis, um dos principais objetos desta pesquisa, figura como um dos primeiros esforços por parte do Governo Federal para o alcance de um consumo sustentável. Essa iniciativa é dada como uma das principais alternativas

para a solução da questão ambiental. Uma evidência disto é a tentativa, por parte do governo, através do Ministério do Meio-Ambiente (MMA), em oficializar uma definição para o consumo sustentável,

O Consumo Sustentável envolve a escolha de produtos que utilizaram menos recursos naturais em sua produção, que garantiram o emprego decente aos que os produziram, e que serão facilmente reaproveitados ou reciclados. Significa comprar aquilo que é realmente necessário, estendendo a vida útil dos produtos tanto quanto possível. Consumimos de maneira sustentável quando nossas escolhas de compra são conscientes, responsáveis, com a compreensão de que terão consequências ambientais e sociais – positivas ou negativas.

Mudança de comportamento é algo que leva tempo e amadurecimento do ser humano, mas é acelerada quando toda a sociedade adota novos valores. O termo “sociedade de consumo” foi cunhado para denominar a sociedade global baseada no valor do “ter”. No entanto, o que observamos agora são os valores de sustentabilidade e justiça social fazendo parte da consciência coletiva, no mundo e também no Brasil. Este novo olhar sobre o que deve ser buscado por cada um promove a mudança de comportamento, o abandono de práticas nocivas de alto consumo e desperdício e adoção de práticas conscientes de consumo.¹⁵

Se o debate acadêmico foi inserindo paulatinamente o consumo no debate ambiental, no âmbito institucional, este debate se fortalece com o aparecimento do Instituto Akatu, organização não governamental e sem fins lucrativos, em 2000. O objetivo dessa instituição, que teve origem dentro do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, é a conscientização e a mobilização para o Consumo Consciente. Sua origem se deve aos dirigentes do instituto Ethos que perceberam que as ações de responsabilidade social empresarial apenas se aprofundariam se os consumidores as levassem em conta no momento da compra. Concluíram, então, que o consumidor é um agente de indução da responsabilidade social empresarial pois, de acordo com o Instituto Akatu, o consumo é um processo que começa antes da compra e termina após o uso e não apenas um ato pontual. O consumo consciente envolve analisar de quem comprar, por que comprar, o que comprar, como comprar, como usar e como descartar, sabendo que em todas essas etapas há impactos gerados que podem ser potencializados ou minimizados.¹⁶

Assim, no contexto das propostas trazidas pela economia verde e pelo ideal do consumo sustentável, o consumidor, seja ele um indivíduo ou uma instituição, tem um papel fundamental na transformação socioambiental.

¹⁵ Texto disponível em < <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/conceitos/consumo-sustentavel>>. Acesso em 09/12/2014.

¹⁶ Informações retiradas do site <http://www.akatu.org.br/Institucional/OAkatu>. Acesso em 12 dez de 2015.

Neste último tópico, apontei a partir do trabalho de Portilho (2010), como o consumo se tornou um dos epicentros da discussão ambiental. No próximo capítulo, dou um passo atrás e desenvolvo uma revisão bibliográfica sobre o fenômeno do consumo. Ao final, aponto como o consumo sustentável entra nas compras do Estado, ou seja, do governo federal, moldando para o leitor, o objeto de análise desta dissertação.

CAPITULO II - O ESTADO CONSUMIDOR: O CASO DAS COMPRAS SUSTENTÁVEIS.

Com o consumo colocado no centro da questão ambiental torna-se fundamental buscar compreender esse fenômeno. Para isso é necessário conhecer quais são as principais abordagens sobre o tema e o que cada uma delas tem a dizer sobre o consumo.

A primeira constatação é que o fenômeno do consumo foi, durante muito tempo, negligenciado pelas ciências sociais. De acordo com Duarte (2010), esta situação apenas começa a se transformar no final da década de 1970 com a publicação dos trabalhos de Mary Douglas e Baron Isherwood (1978) e de Pierre Bourdieu (1979), conhecidos como os “marcos virtuais” da nova abordagem sobre o consumo (DUARTE, 2010). Rocha, na apresentação do livro “O mundo dos bens” de Douglas e Isherwood (1978), aponta que as abordagens mais tradicionais sobre o consumo se enquadravam em três eixos principais: (1) naturalista, de acordo com essa perspectiva o consumo existe em razão da natureza humana, de sua biologia ou de uma universalidade humana. O consumo, aqui, é entendido como a realização das necessidades do homem, sejam elas físicas ou psicológicas. Embora a primeira vista sejamos tentados a aceitar que o consumo é algo natural, pois há necessidades físicas que devemos suprir – devemos consumir alimentos e água para sobreviver, consumir roupas e habitações para nos proteger das intempéries do clima e etc – há nesta visão um grave problema que se coloca visível ao criar uma explicação em que o plano natural determina o cultural, acreditando existir uma continuidade naturalmente determinada entre a necessidade de suprir a fome e a escolha de uma entre inúmeras possibilidades de realizar tal ato, desconsiderando toda uma dimensão culturalmente constituída que nos leva, por exemplo, a preferir comida caseira à fast food.

A segunda das abordagens apresentadas por Rocha é a (2) moralista, esta abordagem possui um caráter denunciatório em que o consumo é responsabilizado por diversos problemas sociais como, por exemplo, a violência urbana, individualismo e ganância. De acordo com o autor, a abordagem moralista é resultado de um desequilíbrio ideológico e classificatório entre as categorias da produção e consumo, em que a produção é classificada como moralmente superior ao consumo. A produção é nobre, palpável, séria e real, já o consumo é fútil, superficial e inconsequente. Esta diferença no tratamento das questões é apontada pelo autor como parte responsável pelo silêncio acadêmico em torno do consumo e a hipervalorização da produção e das relações sociais determinadas por ela. Por fim temos a visão (3) hedonista, apontada como

a *mainstream* das abordagens sobre o consumo. Notadamente marcada por um viés ideológico, a abordagem hedonista apresenta o consumo pelo prisma da publicidade em que o sucesso pessoal se traduz na posse de bens. O consumo é responsável pela realização de prazeres e desejos, o ato de consumir é visto como a principal maneira de se alcançar a felicidade. Apropriada pela mídia e publicidade a abordagem hedonista se materializa em comerciais e propagandas que vinculam os mais variados produtos que desejam vender a uma realidade hiperbólica de alegrias, sucesso, realizações, glamour e poder.

Em sentido semelhante, Featherstone (1995) identifica a existência de três perspectivas sobre cultura de consumo. A primeira delas coloca a cultura de consumo como uma consequência da expansão da produção capitalista de mercadorias, possibilitando e dando origem a acumulação de cultura material na forma de bens e de seus espaços de troca como, por exemplo, shopping centers e megastores. Como resultado dessa expansão há o crescimento da importância do lazer e do consumo nas sociedades contemporâneas capitalistas. Este fenômeno é visto de forma positiva por alguns, pois estes acreditam que a maior disponibilidade de mercadorias pode favorecer o igualitarismo, na medida em que amplia o acesso, e a liberdade individual com a diversificação nas possibilidades de escolha. Por outro lado, a crítica sobre a expansão da produção de mercadorias se constrói com base na capacidade de manipulação ideológica e do controle sedutor do consumo sobre a população, impedindo que esta reconheça qualquer alternativa de organização social mais vantajosa. Estaríamos, portanto, tão seduzidos e ocupados em consumir que seríamos incapazes de questionar criticamente a realidade que nos cerca. A segunda dessas perspectivas propõe que entre o prazer de consumir e seu acesso socialmente estruturado há “um jogo de soma zero, no qual a satisfação e o status dependem da exibição e da conservação das diferenças em condições de inflação” (FEATHERSTONE. 1995, p. 31). As mercadorias, assim, seriam utilizadas para estabelecer vínculos e distinções sociais. Por fim, há a perspectiva dos prazeres emocionais do consumo e a constituição de um imaginário cultural consumista em que a excitação física e os prazeres estéticos são realizados em locais específicos para o consumo.

É possível notar que os apontamentos de Rocha e Featherstone se aproximam em diversos pontos. A questão da produção é um deles. As abordagens que consideram o consumo como um fenômeno submisso, inferior ou mesmo derivado da produção industrial capitalista pecam ao adotar uma visão binária e pré-estabelecida da realidade (produção boa X consumo ruim) e também por ignorar todas as outras formas de consumo/troca que não aquelas realizadas nas sociedades ocidentais capitalistas contemporâneas e fortemente marcadas pela produção

industrial de larga escala. Tais abordagens desconsideram as importantes contribuições feitas por estudos que abordam a importância das relações de troca para a estruturação das relações sociais em sociedades tradicionais como relatam, por exemplo, Malinowski em “Os argonautas do pacífico ocidental” publicado pela primeira vez em 1922 e “O ensaio sobre a dádiva” de Marcel Mauss que teve sua primeira publicação no ano de 1925. Através de seus trabalhos sobre o *kula* e o *potlach* esses autores demonstram como as relações de troca organizam e estruturam relações sociais em diversos aspectos entre os membros daqueles grupos.

Outro ponto de aproximação entre Rocha e Featherstone diz respeito ao consumo enquanto meio para realização pessoal e de prazeres. Featherstone (1995, p. 32) destaca que, de acordo com a economia clássica, o objetivo de toda produção é satisfazer os indivíduos através de um crescente consumo de mercadorias cuja diversidade está em constante expansão. Essa perspectiva abriu espaço para o desenvolvimento de teorias neomarxistas que acreditam que a expansão da produção capitalista permite o consumo controlado e manipulado. Além disso, a produção cada vez maior e mais diversificada de mercadorias acarreta a necessidade da constituição de novos mercados e de consumidores devidamente educados para consumir. Baseados na Escola de Frankfurt, neomarxistas como Adorno e Horkheimer argumentavam, também, que a lógica e racionalidade da produção podiam ser vistas também no campo do consumo. Exemplo disso, segundo eles, está no processo de mercantilização da cultura cuja recepção passa a ser ditada pela indústria cultural e racionalizada sob a perspectiva do valor de troca. Com isso, os propósitos originais da cultura, como, por exemplo, o enriquecimento do espírito humano, não resistem à lógica mercadológica e passam a ser oferecidos “como objetos inofensivos a uma massa atomizada, manipulada, que participa de uma cultura *ersatz*¹⁷ produzida em massa e reduzida ao menor denominador comum” (FEATHERSTONE. 1995, p. 33). A cultura do valor de troca e do cálculo instrumental racional é uma forte tendência nos trabalhos da Escola de Frankfurt, entretanto Featherstone destaca outra abordagem. Segundo o autor, Adorno (*apud* FEATHERSTONE, 1995) remete a capacidade de os bens adquirirem um valor de uso secundário uma vez que o valor de uso original foi substituído pelo valor de troca. Ao suprimir o valor de uso original, o valor de troca permite que as mercadorias fiquem livres para ser associadas, através das artimanhas publicitárias, às mais diversas fantasias e desejos humanos. Assim, mercadorias comuns e de uso rotineiro como margarinas, relógios, desodorantes e etc são vinculadas ao amor, felicidade, poder, realização e beleza. No mesmo sentido, Baudrillard (*apud* PORTILHO, 2010) aponta que toda mercadoria possui um valor-

¹⁷ Termo alemão que designa algo que foi copiado, mas que não possui a mesma qualidade do original.

signo ou, em outras palavras, uma capacidade significante que é determinada por instituições e profissionais da propaganda. Desta maneira, o valor de uma mercadoria passa a ser determinado não apenas pelo seu valor de uso e valor de troca, mas, também, por seu valor signo produzindo o que chama de “mercadoria signo”, um produto carregado de significados simbólicos e imaginários que são responsáveis por tornar os produtos mais atraentes. Na concepção de Baudrillard (*apud* PORTILHO, 2010) os consumidores, sem qualquer possibilidade de resistência, assimilam os significados transferidos através da manipulação do valor-signo da mercadoria e se rendem ao consumo como forma de realização pessoal.

Entretanto, em “O mundo dos bens”, Douglas e Isherwood, criticam a visão dessas

teorias do consumo que supõem um consumidor marionete, presa das artimanhas do publicitário, ou consumidores que competem invejosamente sem motivo sensato, ou ainda consumidores lêmingues que correm para o desastre, são frívolas, e até mesmo perigosas. Tais explicações irracionais do comportamento do consumidor só têm vigência porque os economistas acreditam que precisam ter uma teoria que seja moralmente neutra e vazia de julgamentos, quando nenhuma teoria séria do consumo pode evitar a responsabilidade da crítica social. Em última análise, o consumo diz respeito ao poder, mas o poder é mantido e exercido de muitas maneiras diferentes. Uma teoria do consumo deve ser um facho de luz dirigido à política social. (DOUGLAS & ISHERWOOD. 2004, pgs. 141, 142)

Assim, ao se dedicarem a pensar sobre por que as pessoas querem bens, Douglas e Isherwood refutam a teoria utilitarista segundo a qual o consumo é resultado de um cálculo racional de oportunidades - comprando mais quando há uma queda nos preços e menos quando os preços sobem – ou que seja simplesmente motivado pela inveja. Tão pouco consideram o consumo como um fim em si mesmo ou como o objetivo de todo o trabalho, pois esta perspectiva nega o trabalho com um fim em si mesmo e diminui sua importância, tratando-o apenas como insumo para outra coisa. Através de uma abordagem antropológica que toma a realidade como dada e socialmente construída, o esforço principal dos autores é demonstrar que o consumo é parte fundamental na estruturação de um esquema social total em que os bens são codificados para a comunicação. Neste sentido, tornam-se ferramentas importantes para atrair apoio, solidariedade e, também, um mecanismo de poder e exclusão para todas as classes sociais. A argumentação segue no sentido de demonstrar que eventos sociais como casamentos, jantares, encontros em bares, visitas a pessoas enfermas ou recém-nascidos, aniversários e etc são rituais de consumo em que os bens fornecem “serviços de marcação”. Nestas ocasiões “o consumo é um sistema de rituais recíprocos que envolvem gastos para a marcação apropriada da ocasião, seja dos visitantes e anfitriões, seja da comunidade em geral” (DOUGLAS & IRSHERWOOD. 2004, p. 40).

Mas o que significam esses serviços de marcação? Douglas e Isherwood argumentam que as utilidades físicas de um bem representam apenas uma das partes de sua capacidade, a outra consiste no compartilhamento de nomes socialmente constituídos. Nesta dimensão simbólica “os bens são usados para marcar, no sentido de categorias de classificação”, assim,

Os bens são dotados de valor pela concordância dos outros consumidores. Eles se reúnem para classificar eventos, mantendo julgamentos ou alterando-os. Cada pessoa é uma fonte e um objeto de classificação; cada indivíduo está no esquema de classificação cujas discriminações está ajudando a estabelecer (...). A espécie de mundo que criam em conjunto é construída a partir de mercadorias, escolhidas por sua adequação, para marcar os eventos numa escala de graduação apropriada. Os bens perecem ou são consumidos, mas essa é uma pequena parte do processo inteiro de consumo. À luz de uma abordagem da informação, pareceria arbitrário definir os bens pelas transações pontuais de mercado que os põem dentro de casa. Cada item pode ser percebido igualmente como mera prestação, simplesmente parte do fluxo da fita demarcadora ou da tinta que entra na construção de um sistema de classificação. O fluxo dos bens consumíveis deixa um sedimento que constrói a estrutura da cultura como ilhas de coral. O sedimento é o aprendido conjunto de nomes e nomes de conjuntos, operações a serem feitas sobre os nomes, um meio de pensar (DOUGLAS & ISHERWOOD. 2004, p. 123, 124).

Para exemplificar essa argumentação os autores utilizam o futebol. Um fã do esporte é capaz de internalizar uma série de nomes. Carrega em suas lembranças, recentes e passadas, as vitórias, derrotas, partidas históricas, boas e más arbitragens, jogadores que se destacaram, todos os lance e fatos são classificados e organizados de maneira que “um outro entusiasta só precisa dizer duas palavras para anunciar a grande quantidade de experiências compartilhadas” (*ibidem*, p. 124). O compartilhamento desses nomes somente é possível com a dedicação de tempo, atenção, dinheiro e após a experimentação da situação física real que possibilita constatar que a experiência em questão é possível. Mas “a maior utilidade não está na prova, mas no compartilhamento dos nomes que foram apreendidos e classificados. Isso é cultura.” (*ibidem*, p. 125).

Para Douglas e Isherwood, portanto, o consumo é um fenômeno moldado por considerações culturais e desempenha um papel central na estruturação social. Como visto anteriormente, o consumo apresenta uma gama de significados que extrapolam o momento da aquisição e que dão significado e estrutura a uma série de arranjos sociais.

O trabalho de Bourdieu (2007) segue esta mesma linha argumentativa. Baseado em uma ampla pesquisa empírica, o autor questiona a ideia de gosto estético, entendido como algo naturalmente definido, questionando o “gostar por gostar”, o gostar “por que sim”. Para ele, as práticas e preferências culturais de consumo estão estreitamente ligadas à origem social e ao nível de instrução, elementos estruturantes e estruturados por aquilo que Bourdieu chama de

habitus. Mas o que é o *habitus* e de que maneira opera na conformação do gosto? De acordo com Bourdieu, o espaço social representa uma realidade objetiva que não pode ser negada. Sobre este espaço os agentes possuem pontos de vista que dependem de suas posições sociais ocupadas. Desta posição ocupada deriva a vontade de preservar o espaço social tal como é ou de transformá-lo e, a partir desta vontade, uma série de palavras utilizadas pela ciência para denominar as classes construídas por ela mesma, são apropriadas pelos agentes no mundo social e utilizadas de forma habitual para exprimir seus pontos de vista e opiniões sobre outros grupos e sobre si mesmo. Assim, os objetos classificados produzem práticas classificáveis e, simultaneamente, são operações objetivas de classificação e, portanto, classificáveis. Sob este aspecto Bourdieu (2007) observa que,

A divisão em classes operada pela ciência conduz à raiz comum de práticas classificáveis produzidas pelos agentes e dos julgamentos classificatórios emitidos por eles sobre as práticas dos outros ou suas próprias práticas: o *habitus* é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida. (BOURDIEU, 2007, p. 162)

O *habitus* é apontado por Bourdieu como a fórmula que permite justificar a relação estabelecida entre as condições econômicas e sociais de determinado agente e seus traços distintivos associados à sua posição no espaço social pois “*realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem*” (*ibidem*, p. 163). Assim, por ser produto da aplicação de um mesmo sistema objetivamente constituído, as práticas de agentes submetidos a condições equivalentes são convergentes ou similares e distinguem-se das práticas de agentes cujo estilo de vida é diferente. As diferentes condições de vida dos indivíduos, seu acesso à educação, cultura, poder econômico e etc, produzem, portanto, *habitus* diferentes. Isto por que as práticas originadas por diferentes *habitus* funcionam como moldes que expressam as diferenças objetivas nas condições de vida através de sistemas de “distâncias diferenciais” que podem ser percebidos, identificados e avaliados pelos agentes dotados dos esquemas de percepção e apreciação necessários. Nas palavras do autor,

Estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas, o *habitus* é também estrutura estruturada: o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais. Cada condição é definida, inseparavelmente, por suas propriedades

intrínsecas e pelas propriedades relacionais inerentes à sua posição no sistema das condições que é, também, um sistema de diferenças de posições diferenciais, ou seja, por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é e, em particular, de tudo que lhe é oposto: a identidade social define-se e afirma-se na diferença. (...) Os estilos de vida são, assim, os produtos sistemáticos dos *habitus* que, percebidos em suas relações mútuas segundo os esquemas do *habitus*, tornam-se sistemas de sinais socialmente qualificados – como “distintos”, “vulgares”, etc. A dialética das condições e dos *habitus* é o fundamento da alquimia que transforma a distribuição do capital, balanço de uma relação de forças, em sistema de diferenças percebidas, de propriedades distintivas, ou seja, em distribuição de capital simbólico, capital legítimo, irreconhecível em sua verdade objetiva (BOURDIEU, 2007, p. 164)

O gosto, largamente expresso através das práticas de consumo enquanto apropriação material e/ou simbólica de práticas ou objetos (ambos classificados e classificantes) é o gerador dos estilos de vida que em suas preferências manifestam a intenção expressiva distintiva cujo acesso e/ou compreensão fica restrito àqueles que compartilham do mesmo código de interpretação da realidade que institui e é instituído pelo *habitus* criando elementos de distinção, exclusão e pertencimento (BOURDIEU, 2007, p. 165).

A relação entre o gosto e o *habitus* é abordada por Bourdieu em uma conferência intitulada “Alta costura e alta cultura” (BOURDIEU, 2003, p. 205-215). O autor nos diz que o mundo social é dividido em campos que são definidos como campos de jogos, espaços simbólicos em que indivíduos e/ou instituições, através de relações objetivas, competem por um determinado objeto, neste caso específico, a alta costura e a possibilidade de dotar objetos de “grife”, com isso, tornando-os raros e mais valiosos. Os campos, em geral, são disputados por dominantes, detentores de maior capital específico, e por entrantes que não possuem um capital específico muito grande. A disputa acontece através de estratégias de conservação, por parte dos dominantes que almejam o lucro do capital acumulado e, por parte dos entrantes, através de estratégias de subversão cujo objetivo é, também, a acumulação de capital, porém com a inversão mais ou menos radical/revolucionária das estruturas de produção e apreciação dos produtos gerando a valorização de seu capital e, consequentemente, a desvalorização do capital dos dominantes. Porém, é importante notar que as disputas internas de cada campo têm como objetivo revolucionar a hierarquia do campo, mas nunca destruí-lo. Isso consiste no reconhecimento das regras e dos limites do jogo que, quando desconsiderados, podem causar a exclusão do agente.

Para ilustrar as distinções do campo da moda, Bourdieu destaca um debate entre dois estilistas franceses, um dominante e outro entrante, demonstrando suas maneiras de se posicionar dentro do campo. O dominante “fazia frases muito longas, um pouco pomposas, defendia a qualidade francesa, a criação”. Por sua vez, o entrante, “falava como um líder de

maio de 68, isto é, com frases não terminadas, reticências por todos os lados". A distinção entre os dois estilistas também ocorre na maneira como a imprensa especializada se refere a eles. O dominante é "luxuoso, exclusivo, prestigioso, tradicional, refinado, selecionado, equilibrado, durável", já o entrante é "super-chic, kitsch, humorístico, simpático, engraçado, deslumbrante, livre, entusiástico, estruturado, funcional". O discurso utilizado pelos estilistas e os adjetivos utilizados pela mídia para descrevê-los permite conhecer e distinguir as diferentes posições que ocupam no campo, bem como as escolhas estéticas utilizadas em seus produtos.

As disputas internas de cada campo são o que os mantêm em constante funcionamento. A estrutura hierárquica em que os entrantes estão constantemente lutando pela dominação faz com o campo mantenha-se dinâmico, preservando sua estrutura, mas alterando seu conteúdo substancial, pois os entrantes "só podem destituir os antigos porque a lei implícita do campo é a distinção, em todos os sentidos do termo: a moda é a última moda, a última diferença". A destituição ocorre quando um emblema de distinção chega a outras classes, ou seja, quando perde seu poder de distinção. A este movimento, marcado pela dialética da pretensão e distinção, cerne das transformações do campo de produção, mas que também pode ser encontrada no consumo, Bourdieu chama de "luta de concorrência". Uma luta de classes constante em que uma classe persegue a outra através da aquisição de determinadas propriedades e, consequentemente, gerando a necessidade da criação de novos bens de distinção.

A sucessão de dominantes em um campo revela que o que está em jogo, na verdade, é a possibilidade de se apropriar de um poder criador, de ditar as regras e tendências. No caso do campo da moda, instituir aquilo que é grife e assim transformar a natureza social do produto. Mas o que isso significa? Suponha que duas camisas sejam feitas com os mesmos materiais e apresentem a mesma qualidade sendo, portanto, de uma natureza material semelhante. Teoricamente ambas deveriam apresentar o mesmo valor de troca, entretanto, quando uma delas recebe a assinatura de um estilista famoso, seu valor monetário passa a ser incrivelmente maior. Perceba que a natureza material das duas camisas é a mesma, mas a natureza social daquela assinada por um famoso estilista é transformada. Em sua natureza social ela deixa de ser uma simples camisa para ser, por exemplo, uma Dior. Essa transformação da natureza social do produto, segundo Bourdieu, decorre da crença dos próprios membros daquele campo,

(...) o que faz o poder do produtor é o campo, isto é, o sistema de relações em seu conjunto. A energia é o campo. O que Dior mobiliza é alguma coisa que não é definível fora do campo; o que todos eles mobilizam, é o que o jogo produz, isto é, um poder que repousa na fé na alta costura. E eles podem mobilizar uma parte tanto

maior deste poder quanto mais alta for a sua situação na hierarquia constitutiva deste campo. (BOURDIEU, 2003, p. 213, 214)

O valor social de um produto e sua capacidade distintiva são, portanto, resultado de um contexto social próprio que é constituído e mantido pelas crenças dos atores que disputam a dominação deste campo.

A construção cultural do consumo e do valor é também apontada por Arjun Appadurai em “A vida social das coisas” (1986), coletânea de artigos publicado pós década de 1970. O livro, segundo o próprio autor, é “o resultado de um diálogo entre antropólogos e historiadores sobre o tema das mercadorias” (APPADURAI. 2008, p. 11). Nos diversos trabalhos apresentados no livro, o consumo e a circulação de mercadorias são tratados sob uma perspectiva culturalista e, assim, no mesmo sentido do trabalho de Bourdieu, demonstram que as “coisas” possuem uma vida social cuja trajetória, de acordo com o tempo e o contexto, faz com que suas características sociais e valores se alterem. Entretanto, diferentemente da perspectiva adotada por Baudrillard, aqui as transformações das características sociais e valores da mercadoria são resultados de interações sociais, culturais, políticas e históricas e não simplesmente fruto da manipulação publicitária.

A discussão apresentada até aqui mostra que, se por um lado há abordagens reducionistas que abordam o fenômeno do consumo através de um enfoque utilitarista ou como um instrumento de alienação e manipulação, por outro lado, a abordagem culturalista têm demonstrado que este é um solo fértil para as ciências sociais, que vem ganhando força e espaço, com inúmeras possibilidades de estudos e desdobramentos. Entretanto, há ainda, áreas do tema consumo que permanecem quase intocadas pelas ciências sociais, uma delas diz respeito ao consumo do Estado. Como podemos imaginar, para que o Estado e suas diversas instituições funcionem, muitos produtos, serviços e obras são consumidos todos os anos. O Estado, portanto, é um imenso consumidor, com um potencial de compra gigantesco. Mas qual a relação entre consumo e Estado? Podemos, realmente, falar em um Estado consumidor que conduz seus hábitos de compra da mesma maneira e com os mesmos objetivos que o consumidor individual? Para tentar responder essas questões faz-se necessário, antes de qualquer outro esforço e devido as particularidades do Estado moderno, situar a relação entre consumo, mercado e Estado.

2.1 – Estado, mercado e consumo.

A primeira observação a ser feita é que o consumo nas sociedades modernas tem seu espaço de realização no mercado. Neste trabalho adoto a definição de Fligstein (2001) o qual nos diz que “os mercados se referem a situações em que bens ou serviços são vendidos a clientes por um preço pago em dinheiro (um meio de troca generalizado)” (FLIGSTEIN, 2001, p. 28). Juntamente com a produção, consumo e mercado formam a base dos “mundos econômicos”. Feita esta observação, parto da ideia de que “mundos econômicos são mundos sociais” (GEERTZ *apud* FLIGSTEIN, 2012, 28) e, portanto, refletem a construção social e política de cada sociedade. Neste sentido a história e a cultura em torno das relações de classe e os vários tipos de intervenção por parte dos governos são fatores determinantes para formação e manutenção de mercados (FLIGSTEIN. 2012, p. 486). Exemplo disso nos diz Fligstein, são os estudos realizados sobre os projetos de desenvolvimento do Japão e Coréia onde arranjos locais entre elites econômicas, trabalhadores e governo permitiram o desenvolvimento econômico, entretanto, a relação entre esses grupos se mostrava extremamente diversa, refletindo suas “trajetórias históricas, culturais e nacionais” e, assim, produzindo estruturas de mercado que se diferem entre os países (FLIGSTEIN. 2012, p. 486).

Estes arranjos locais entre governos, elites econômicas e trabalhadores explicam o fato dos países industrializados não convergirem para uma forma única “ótima”, mas, ao contrário, demonstrarem uma pluralidade de relações sociais que estruturam mercados dentro e através de sociedades. Esta perspectiva contraria a visão da economia neoclássica de que os mercados selecionariam suas formas mais eficientes e convergiriam para uma única forma ao longo do tempo (FLIGSTEIN e FREELAN *apud* FLIGSTEIN. 2012, p. 27). Ao adotar a metáfora “mercado como política” para analisar os processos de formação, estabilização e transformação de mercados, Fligstein justifica a importância do Estado na constituição do mercado. Para o autor o Estado é responsável por criar e assegurar que leis que regulamentam a interação econômica sejam seguidas, constituindo um conjunto de regras estabelecidas sobre direitos de propriedade, estruturas de governança, regras de troca e concepções de controle, sem as quais as empresas capitalistas não poderiam operar. Ao instituir um ordenamento legal que regulamenta as ações no mercado, o Estado fornece condições estáveis e confiáveis para que as empresas se organizem, cooperem e disputem o espaço no mercado. O conteúdo das leis instituídas pelo Estado, sua direção, extensão e aplicabilidade, é resultado da disputa entre grupos e empresas que lutam entre si para garantir que seus interesses sejam atendidos.

Entretanto, a capacidade de influência destes grupos e empresas na elaboração das leis é um elemento variável que depende do contexto social local. Em algumas situações um determinado contexto pode funcionar como um catalisador e facilitar a influência de determinados setores do mercado em detrimento de outros, enquanto um contexto social diverso poderia apresentar um resultado oposto (FLIGSTEIN, 2012).

A importância do Estado na construção e regulação de mercados apontado por Fligstein traz a necessidade de nos dedicarmos a questão do próprio Estado. Bourdieu (2014) destaca as dificuldades existentes em estudar o Estado, tornando este um objeto quase impensável. Segundo o autor a principal dificuldade ao enfrentar o tema Estado consiste no fato de que nossas estruturas de consciência, através das quais construímos o mundo social e, consequentemente, a ideia de Estado, são, muito provavelmente, produto do próprio Estado, “*um princípio de produção, de representação legítima do mundo social*” (*ibidem*, p. 30). Isso significa dizer que corremos o risco de pensar o Estado através de preconceitos, no sentido durkheimiano, criados pelo próprio Estado. A forte presença do Estado na constituição das estruturas de consciência leva Bourdieu a ampliar a definição apresentada por Max Weber. Para Bourdieu, o Estado não se constitui apenas o “monopólio da violência legítima”, mas sim o “monopólio da violência física e simbólica legítima”. A relevância da dimensão simbólica na constituição e no poder do Estado é tratada por Bourdieu quando este retoma Hume ao questionar a facilidade com que um grande número de pessoas se deixar governar por um número expressivamente menor de pessoas, deixando transparecer uma servidão quase servil a favor de seus dirigentes. A explicação para tal fato, segundo Bourdieu, está presente no poder simbólico, uma espécie de poder “que se exerce de maneira tão invisível que até nos esquecemos de sua existência e que aqueles que o sofrem são os primeiros a ignorar sua existência já que ele só se exerce por se ignorar sua existência” (*ibidem*, p. 224).

Para compreender o funcionamento da dimensão do poder simbólico é importante reconhecer que relações de força são, ao mesmo tempo, relações de sentido e de comunicação. O que significa que em um ato de obediência, cabe ao dominado o conhecimento e reconhecimento de sua posição e da posição de seu dominante. Ao obedecer opera, portanto, uma função cognitiva que emprega categorias e esquemas de percepção e princípios de visão e divisão. O poder simbólico do dominador, por sua vez, opera quando exerce um efeito físico sem operar um esforço da mesma dimensão. Uma ordem é dada à distância e ela é realizada sem a necessidade da utilização de força. Feita esta observação, Bourdieu traz a seguinte

indagação: “o fato de o Estado conseguir impor-se tão facilmente não decorre de que ele está em condições de impor as estruturas cognitivas segundo as quais é pensado?” (*ibidem*, p. 226).

O autor acredita que sim e que a imposição de estruturas cognitivas pelo Estado acontece, em grande medida, através do sistema educacional. Ao reproduzir estruturas cognitivas idênticas e fazê-las reconhecer e incorporar, o sistema educacional constrói um consenso sobre o sentido do mundo e garante que as condições necessárias para a reprodução social sejam atendidas. Com isso, o Estado torna-se “o principal produtor de instrumentos da realidade social” e através de seus ritos de instituição – como os vistos no sistema escolar pela distribuição de competências e diplomas que atestam tais competências e, consequentemente, separam os eleitos dos eliminados – contribui

(...) para reproduzir divisões sociais que impõem e inculcam os princípios de visão e de divisão social segundo os quais essas divisões são organizadas, o Estado constrói e impõe aos agentes suas categorias de percepção que, ao se incorporarem na forma de estruturas mentais universais à escala de um Estado-nação, conciliam e orquestram os agentes. O Estado é dotado de um instrumento de constituição das condições da paz interior, uma forma de *isso-é-óbvio* coletivo, de um *taken for granted* universal na escala de um país (*ibidem*, p. 231).

Talvez o maior de todos os exemplos desse poder do Estado seja o calendário, tomado por todos como algo óbvio e inquestionável, mas também é possível citar outros exemplos como o sistema escolar, o código de transito, o horário de funcionamento do comércio etc. Quando do acordo entre as estruturas cognitivas incorporadas e as estruturas objetivas, têm-se a *doxa*, o consenso sobre o sentido de mundo. Mas é importante nos atermos ao fato de que o que hoje é uma *doxa* é resultado de um longo processo, de uma luta entre dominantes e dominados. A história é cheia de exemplos. A utilização do cinto de segurança em automóveis era facultativa até 1997, com o advento do Código Nacional de Trânsito em 1998 tornou-se obrigatório e, atualmente, não há quem questione a necessidade de se afivelar o cinto de segurança antes mesmo de ligar o carro. Aliás, assim é ensinado nas autoescolas. Primeiro afivela-se o cinto para depois dar a partida no carro. O hábito de fumar que outrora era sinônimo de elegância, hoje é visto com maus olhos e proibido por lei em muitos locais. Esses são alguns exemplos de uma extensa lista que demonstram que coisas que hoje parecem óbvias eram bem diferentes no passado. Como diz Bourdieu,

A análise da gênese histórica do Estado, como princípio constitutivo dessas categorias universalmente difundidas em seu âmbito, tem como virtude permitir compreender ao mesmo tempo a adesão dóxica ao Estado e o fato de que essa *doxa* seja uma ortodoxia, de que ela represente um ponto de vista dos dominantes, o ponto de vista dos que

dominam dominando o Estado, dos que, talvez sem se propor isso como fim, contribuíram para fazer o Estado a fim de poder dominar. (*ibidem*, p. 238).

A importância do Estado na conformação dos mercados e, consequentemente, do consumo, como nos diz Fligstein, está na sua condição de garantir a existência de estruturas estáveis e confiáveis, através de leis específicas, para que os mercados se mantenham e desenvolvam. Porém, mais importante do que isso – pois anterior, é reconhecer, como diz Bourdieu, que o Estado é o espaço de disputa e produção das representações simbólicas da sociedade e o principal produtor de categorias de percepção social. Isso significa que as leis e estruturas estáveis e confiáveis apontadas por Fligstein são o resultado objetivo das disputas entre os agentes que defendem interesses específicos e, através dos atos do Estado, enquanto seus mandatários, constroem categorias de percepção social de acordo com sua posição no campo. Portanto, ao buscar compreender o Estado na sua relação com mercado e o consumo, é necessário procurar compreender os atos políticos do Estado que causam efeitos no mercado e consumo, assim como os agentes através dos quais esses atos se realizam ou se constituem.

Mas a relação entre Estado, mercado e consumo é mais extensa e outro aspecto que merece destaque são as atuações do Estado no que diz respeito a inovação. Segundo Sartore (2015), as empresas públicas foram as primeiras a publicar Balanços Sociais, instrumento que tem como objetivo demonstrar a preocupação e responsabilidade social das empresas. Isto reforça a ideia de que a vanguarda de desenvolvimento dos investimentos socialmente responsáveis é composta por agentes do setor público. O protagonismo do Estado na inovação também é apontado por Mazzucato (2014), pois seu trabalho consiste em um esforço para derrubar o mito de que as forças comerciais privadas são responsáveis pela inovação e que o Estado é um elefante branco, pesado, desajeitado, que atrapalha o desenvolvimento da economia com sua burocracia e carga tributária e que, por isso, deveria limitar sua participação na esfera econômica à correção de falhas de mercado. Para derrubar esta visão largamente difundida pela ideologia neoliberal, Mazzucato (2014) argumenta que os investimentos massivos e pioneiros em setores como biotecnologia, nanotecnologia e internet foram realizados pelo Estado e que o capital privado chegou apenas quinze ou vinte anos depois. Estes são exemplos de novos setores que se definem pela necessidade de grande investimento financeiro, estrutura altamente tecnológica e com risco mercadológico muito elevado. Essas características fazem com que esses novos setores sejam considerados como áreas de risco para o investimento e, assim, tendem a ser evitadas pelo setor privado exigindo que o setor público assuma a liderança da área e a faça decolar (MAZZUCATO, 2014, p. 51). Foi assim com a

internet e com praticamente todas as tecnologias que hoje compõem os *smartphones* – telas sensíveis ao toque, gps, sistemas de busca por voz e até mesmo o algoritmo que possibilitou que o *Google* se transformasse na ferramenta de buscas que é hoje – essas inovações que, inegavelmente, transformaram a vida de toda a humanidade foram financiadas com recursos do setor público. Isso demonstra o papel visionário do Estado, agindo como criador de conhecimentos e, com isso, criando uma nova visão de mundo e novos hábitos. Exemplo disso é o aumento das vendas on-line no Brasil no final do ano de 2015. De acordo com a E-bit, empresa responsável pela certificação de qualidade de lojas on-line, no período compreendido entre 15 novembro a 24 dezembro de 2015, as lojas virtuais venderam um total de 7,4 bilhões de reais, um aumento de 26% quando comparado ao mesmo período no ano de 2014¹⁸. O aumento das compras on-line é creditado às facilidades e comodidades que a modalidade apresenta. Sem sair de casa, é possível comparar preços e produtos em diversas lojas, escolher a opção de produto que mais lhe agrada, realizar o pagamento sem enfrentar filas e receber o produto em casa. Todos esses facilitadores, possíveis com o advento da internet, paulatinamente, transformam os hábitos de consumo e, consequentemente, o mercado.

A discussão apresentada até aqui demonstra o quanto complexa é a questão que pretendo abordar. Pensar a proposta de consumo sustentável do Estado brasileiro, prevê, antes de tudo, considerar o consumo, o Estado e a relação entre ambos que acontece através do mercado. Além disso é necessário considerar toda a capacidade do Estado em criar e transformar mercados e cultura através do investimento em inovação e legislação, sem esquecer que a legislação é o resultado da disputa entre os atores que defendem suas posições no campo do Estado. Se pensarmos em conjuntos, para tentar visualizar melhor a questão e assumindo o risco de simplificá-la em excesso, podemos dizer, no caso das compras sustentáveis do governo federal, que o conjunto consumo pertence ao conjunto mercado e que estes dois conjuntos pertencem ao conjunto Estado. Isso, pois o Estado é o instrumento que garante as estruturas culturais e regras necessárias para o funcionamento do mercado, *locus* de realização do consumo. Ao mesmo tempo, é o principal produtor das categorias de visão e divisão social, geradoras e geradas pelo *habitus* dos agentes e que se refletem em suas práticas de consumo.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, proponho considerar os atores por detrás da criação da concepção de compras públicas sustentáveis como uma inovação estimulada pelo poder de compra do Estado e com capacidade de construir novas visões de mundo. Algumas

¹⁸ Informações obtidas no site <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/vendas-de-natal-em-lojas-elettronicas-crescem-26-diz-e-bit.html>. Acesso em: 05 de jan. de 2016.

pesquisas (BETIOL *et al*, 2012; MCCRUDDEN, 2004) têm demonstrado a importância do poder de compra do setor público para o alcance de metas sociais. De fato, o poder de compra do setor público é algo que impressiona. Tomando como exemplo o caso brasileiro, apenas no ano de 2014 o setor público gastou mais de oitenta e oito bilhões de reais¹⁹ na aquisição de produtos e serviços. Esse valor, se acompanhado de políticas setoriais diretivas e eficazes, pode produzir resultados interessantes. A existência de uma legislação que faça com que o Estado se comprometa a adquirir produtos menos poluentes ou que consumam menos energia, por exemplo, pode gerar uma reserva de mercado capaz de influenciar o setor produtivo privado a investir em inovação e na melhoria de sua cadeia produtiva e na qualidade dos próprios produtos. O Estado enquanto agente inovador e responsável pelo bem-estar de seu povo tem como dever garantir que os gastos necessários para o seu funcionamento sejam direcionados da melhor maneira possível, optando por produtos e serviços que respeitem o meio ambiente e a qualidade de vida do trabalhador.

2.2 – As compras públicas no Brasil: a evolução legislativa

Ao analisar o consumo do Estado brasileiro, podemos notar que há uma série de leis e eventos que regulam e modificam o seu processo de aquisição de bens e serviços. Na análise dos dados desta pesquisa irei considerar apenas as leis promulgadas a partir da lei 123/2006, pois é a partir dela que surgem legislações que estimulam o desenvolvimento das compras públicas sustentáveis no governo federal.

A história da fundamentação legal das compras públicas no Brasil tem início no ano de 1862 com a promulgação do Decreto nº 2.926/1862 que aprovava o regulamento para as arrematações dos serviços a cargo do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. A partir de então uma série de outras leis foram complementando o processo de aquisição do Estado. Entretanto, apenas a partir da redemocratização brasileira e com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que a licitação ganha o status de princípio constitucional e de observância obrigatória pela administração pública. O documento, marco do nascimento do Estado Democrático Brasileiro, institui que as obras, serviços, compras e alienações²⁰ da administração federal e suas autarquias, do Distrito Federal, dos Governos de Estado e

¹⁹ Informações obtidas no Painel de Compras do Governo Federal. Disponível em: <http://189.9.7.60/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Painel%20de%20Compras.qvw&host=QVS%40win-uep82lprjmh&anonymous=true>. Acesso em: 11 de set de 2015.

²⁰ Neste contexto a alienação é a transferência de bens de um indivíduo para terceiros

municípios devem, por via de regra, ser precedidas de processo licitatório com o objetivo de garantir que os princípios que regem a administração pública²¹ sejam observados. A instituição da licitação como procedimento obrigatório para aquisição de produtos e serviços tem como objetivo dotar o processo de lisura e transparência, garantindo ao Estado a possibilidade de realizar o melhor negócio e dar igualdade de oportunidade aos interessados em atuar como fornecedores do Estado.

Em 1993 a lei nº 8.666 foi criada para estabelecer as normas gerais para licitações e contratos da administração pública. Porém os processos de aquisição elencados por essa lei eram demasiadamente burocráticos e vagarosos, comprometendo o funcionamento da máquina pública. Para contornar essa situação, no ano de 2002 a lei nº 10.520 institui que as compras e aquisições de serviços comuns devem ser realizadas através de pregão²². No mesmo ano é lançado o comprasnet, plataforma virtual para realização de pregões eletrônicos. A modalidade pregão eletrônico torna-se obrigatória para aquisição de bens e serviços a partir do ano de 2005, quando entra em vigor o decreto nº 5.450. A consolidação do pregão eletrônico como modalidade obrigatória para aquisição é mais uma tentativa de dar celeridade e impessoalidade aos processos de contratações públicas. Com os certames acontecendo através da internet é possível que mais empresas participem, aumentando a concorrência e lisura no processo. Já em 2006, a Lei Complementar nº 123 entra em vigor e altera as regras do jogo ao instituir o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Dentre outras medidas, esta lei traz a simplificação tributária para empresas que se enquadram nessas categorias e pequenas vantagens nos processos de aquisição governamental. A partir daqui as pequenas e microempresas passariam a receber um tratamento diferenciado e seriam favorecidas nas compras e aquisições da administração pública.

A Política Nacional sobre Mudanças no Clima, que entra em vigor com a promulgação da lei nº 12.187/2009, também traz mudanças significativas no processo de compras governamentais ao estabelecer a preferência na aquisição de bens e serviços que ofereçam a maior economia de água, energia e outros recursos, além da redução da emissão de gases que colaborem com o desenvolvimento do efeito estufa. Esta lei pode ser considerada a primeira a tratar de uma mudança qualitativa nos produtos adquiridos pela administração pública.

²¹ Previstos no artigo 37 da Constituição Federal os princípios que regem a Administração Pública são: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

²² Pregão é uma das modalidades de licitação para aquisição de bens e serviços. Com sessão pública, o Pregão é modalidade de disputa que funciona como um leilão inverso. Os licitantes que disputam o direito de fornecimento de determinado item à administração devem ofertar lances para baixo sendo que o vencedor da disputa é aquele que apresentar o menor preço do item e estiver com todos os documentos de habilitação em ordem.

No mesmo sentido, em 2010, a Lei nº 12.305 institui a Política Nacional de Resíduos sólidos e dá preferências aos produtos reciclados e recicláveis nas aquisições públicas. Também em 2010 a instrução normativa nº 1 estabelece que as aquisições públicas devem adotar critérios de sustentabilidade na aquisição ou contratação de bens, serviços ou obras. No ano seguinte, a lei nº 12.462 institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) nas aquisições e contratações referente a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, da Copa das Confederações (realizada em 2013), da Copa do Mundo Fifa 2014, das obras de modernização dos aeroportos, de ações do Programa de Aceleração do Crescimento, de obras e serviços do Sistema Único de Saúde, da ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades socioeducativas e, por fim, de ações no âmbito da Segurança Pública.

A última das alterações, até o momento, é de responsabilidade do Decreto nº 7.746 de 2012 que, segundo seu artigo 1º, regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e estabelece “critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.”.

Feito este panorama das leis e normas que regem os processos de aquisição na administração pública federal proponho dividi-las em dois períodos. O primeiro deles estende-se do início da regulamentação das compras governamentais em 1862 até 2006 e pode ser caracterizado como o período em que os métodos e procedimentos de aquisição foram, constantemente, aprimorados. O segundo período tem início em 2006 com a promulgação da lei nº 123/2006. Este novo período, que se estende até os dias atuais, é caracterizado pela adoção de critérios de sustentabilidade nas aquisições governamentais. Essa pesquisa tem como foco principal o segundo período e se dedicará a analisar os atores envolvidos na elaboração das leis que compõem esse período, bem como também da análise dos atores envolvidos na elaboração do Guia de Compras Públicas Sustentáveis para a Administração Federal²³ e dos eventos de capacitação sobre compras sustentáveis realizados pela administração federal no ano de 2014. Com isso, pretendo mapear os grupos e suas estruturas de capitais por trás desse fenômeno nas contratações públicas.

Neste capítulo fiz uma apresentação sobre as correntes de pensamento que abordam o consumo, dando destaque para a abordagem culturalista que enxerga o consumo como um fenômeno dotado de significados e culturalmente constituído. Apontei a concepção de Fligstein

²³ Disponível em <<http://189.9.150.57/assets/conteudo/midias/Cartilha.pdf>> Acesso em 17 de maio de 2016.

(2001) sobre a configuração de novos mercados como resultado de uma interação entre Estado, elites e sociedade. Destaquei a importância do empreendedorismo do Estado na inovação de novos setores da economia e apresentei um breve panorama sobre as compras públicas no Brasil e o desenvolvimento de legislações que estimulam as aquisições sustentáveis. Assim, busquei criar as bases teóricas para que se possa entender a importância de estudar os atores sociais (suas trajetórias e suas relações de poder) envolvidos na ideia de compra sustentável do Estado, uma vez que eles representam os novos porta-vozes de uma nova forma de ver a relação meio-ambiente e mercado através da economia verde, eles transitam pela esfera estatal contribuindo para a realização de um jogo político, mas também cultural na definição também cultural do que significa consumir e por fim, ao criarem a ideia de compras sustentáveis, representam o Estado em seu papel de produzir realidades sociais que serão tidas como legítimas e inquestionáveis ao longo do tempo. Obviamente ainda é muito cedo para dizer que as compras públicas sustentáveis são um fato naturalizado e tão pouco podemos afirmar, sem a chance de erro, que um dia serão. Porém, é interessante dedicar-se ao estudo de um objeto que ainda não é dado como nato, pois nesta condição, vários possíveis caminhos que são ocultados pelo processo de naturalização ainda são apreensíveis pelo pesquisador. No próximo capítulo apresento o método de investigação e minha análise sobre os atores envolvidos na elaboração da ideia de compras sustentáveis pelo Estado.

CAPÍTULO III – POR TRÁS DAS COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

3.1 – Entre as leis e a capacitação: o levantamento dos dados

O principal objetivo deste trabalho é buscar ampliar o conhecimento sobre as compras públicas sustentáveis do governo federal brasileiro. Mas antes de qualquer outra coisa, é importante lembrar que este é um novo campo, tanto no sentido que Bourdieu emprega à palavra quanto no que diz respeito ao tema enquanto objeto de estudo. A condição de novo entrega a este tema algumas particularidades. Se tomarmos a concepção de Bourdieu e pensarmos nas compras públicas sustentáveis como campo, isto é, enquanto um espaço simbólico de disputas e interações entre agentes que tem como objetivo constituírem-se como dominantes, sua condição de novo pode indicar que os postos de dominantes ainda se encontram abertos à disputa. Isso pode implicar que até mesmo a definição daquilo que constitui as compras públicas sustentáveis está, de certa maneira, à espera de uma definição mais concreta. A ausência de uma elite fortemente estabelecida dificulta a construção de um conceito predominante sobre os demais que o desafiam. Ademais, os outros campos que reforçam o da compra sustentável como o do investimento sustentável (SARTORE, 2015) e do consumo sustentável (PORTILHO, 2010) também passam por um processo de serem os desafiantes de uma ordem econômica já pré-estabelecida. No que diz respeito ao campo como tema de estudo, o fato das compras públicas sustentáveis constituírem-se enquanto uma novidade e um novo objeto traz duas implicações. A primeira delas é que ainda existem poucos trabalhos que se dedicam ao tema e isto impõem grandes barreiras ao diálogo com outros autores, às referências bibliográficas e ao aprofundamento de um trabalho anterior ou mesmo seu questionamento. Por outro lado, essa condição amplia a possibilidade de um estudo original.

Diante do que foi exposto e considerando as argumentações de Fligstein sobre a formação de novos mercados como resultado da interação entre elites, governos e sociedade, optei por analisar o conjunto de atores que está por trás das compras públicas sustentáveis do governo federal brasileiro. Com isso, mapeei 32 protagonistas deste campo e busquei verificar a existência ou não de uma elite constituída e/ou instituições que atuam de maneira forte neste campo. Para isso, selecionei dois grupos de atores para a análise. A seleção destes dois grupos de atores obedeceu algumas premissas que julguei válidas e necessárias. Em primeiro lugar, foi inevitável considerar o caráter burocrático das compras governamentais, isto é, o ordenamento

jurídico que estabelece as regras para as aquisições governamentais pois é através dos caminhos ditados por essas leis que as aquisições ocorrem. O primeiro grupo de atores é, portanto, formado por políticos cujas proposições originárias resultaram em leis que favorecem o desenvolvimento das compras sustentáveis uma vez que colocam em vigor a preferência por produtos que “utilizaram menos recursos naturais em sua produção, que garantiram o emprego decente aos que os produziram, e que serão facilmente reaproveitados ou reciclados” e que, ainda, favorecem a distribuição de renda através da preferência dada a pequenas e microempresas. Dentre o rol legislativo que versa sobre as compras do poder público federal foram considerados os autores de três leis e um decreto que apresentam inovações no sentido de tornar as compras públicas mais sustentáveis, conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 3 - Atores políticos

Autor	Lei/Decreto	Proposição Originária
Jutahy Junior – PSDB/BA	123/2006 – Lei Geral da Micro e Pequena Empresa	PLP 123/2004
Sarney Filho – PV/MA	12187/2009 – Política Nacional sobre Mudança no Clima	PL 18/2007
Francisco Rollemberg – PFL/SE	12305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos	PL 203/1991
Poder Executivo – Assinam o decreto: DILMA ROUSSEFF – Presidenta Miriam Belchior – Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão Izabella Mônica Vieira Teixeira – Ministra do Meio Ambiente ²⁴	7746/2012 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP	-

²⁴ O decreto foi assinado pelo poder executivo, os ministros que o assinam o fazem ex-officio e por isso entram na amostra, mas não é possível afirmar com certeza o grau de envolvimento com a questão.

O segundo grupo de atores constitui o grupo que optei por chamar de atores educacionais. A opção por chamá-los de atores educacionais se deve por suas participações na produção de um documento e em eventos que tiveram como objetivo capacitar/educar os agentes públicos para a implementação das compras sustentáveis. O grupo é formado por pesquisadores, consultores ou mesmo agentes públicos convidados para compartilhar experiências bem-sucedidas. Bourdieu (2014) ressalta o papel da educação em inculcar estruturas cognitivas ao reconhecê-las e incorporá-las. Além disso, podemos considerar os palestrantes como indivíduos reconhecidos pelo Estado que lhes dá a legitimidade ao permitir que discensem e capacitem outros indivíduos sobre a ideia de compras sustentáveis que é defendida pelo Estado. Este grupo é formado por atores que assinam o Guia de Compras Públicas Sustentáveis para Administração Federal, documento publicado pelo Governo Federal e que tem como objetivo apresentar os meios de se realizar esse tipo de aquisição e estabelecer um padrão a este tipo de ação. Além desses, também foram considerados os palestrantes de três eventos de capacitação sobre compras sustentáveis realizados no ano de 2014 pelo Governo Federal. A composição geral da amostra está demonstrada na figura abaixo.



Figura 4 - Composição da Amostra Geral

Com a amostra definida restou a tarefa de selecionar o melhor método para analisa-la. As assertivas de Bourdieu (2007) sobre a influência do *habitus* na construção do gosto e dos

hábitos de consumo levou-me a considerar como melhor opção de análise a prosopografia e a análise das estruturas de capitais. Segundo Stone (2011), a prosopografia

(...) é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. O método empregado constitui em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito do nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante. Os vários tipos de informações sobre os indivíduos desse universo são então justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas. Eles são testados com o objetivo de encontrar tanto correlações internas quanto correlações com outras formas de comportamento ou ação (STONE 2011, pg. 115).

Ainda de acordo com Stone (2011), a utilização da prosopografia como método de construção de categorias de análise, permite que o pesquisador chegue às raízes da origem da ação política, revelando os interesses mais profundos que se disfarçam através de sua retórica. Além disso, a análise das trajetórias de grupamentos políticos pode revelar o funcionamento de uma máquina política e auxiliar a identificar aqueles que exercem o controle sobre ela e que, assim, determinam suas direções. Exemplo disso é o trabalho Coradini (2010) sobre a instituição de frentes parlamentares criadas entre os anos de 2002 e 2006 no parlamento brasileiro. De acordo com o autor essas frentes são o resultado da relação entre grupos de interesse e o espaço público. A participação nestas frentes parlamentares depende das condições de inserção e dos trajetos sociais e políticos (ressaltando a importância de se conhecer a biografia individual para compreender a atuação dos grupos), além disso está diretamente relacionado a atividades de expertise e de politização de interesses organizados.

Nesta pesquisa foram abordadas as trajetórias acadêmicas e profissionais dos atores que compõem a amostra. As informações foram obtidas através de pesquisa feita pela internet em sites institucionais, redes sociais como o linked in e também através do curriculum lattes²⁵. Sobre a utilização de informações disponibilizadas pela internet, Sartore (2015) ressalta que estes dados são importantes ferramentas de investigação para objetos de estudo que não possuem um grupo pré-definido de representantes como uma associação ou sindicato e nem mesmo um espaço físico específico que os concentre, como uma escola ou uma fábrica. Estes atores se encontram em eventos, reuniões, roadshows e muito do que produzem ganha visibilidade pela internet. Apesar da realidade virtual que se forma em torno do tema das compras sustentáveis, é cauteloso fazer uma reflexão “sobre a influência dos dados disponíveis

²⁵ As fontes da biografia de cada ator social foram compiladas na tabela 8 que se encontra no Apêndice I desta dissertação.

online nas pesquisas acadêmicas e na constituição real e virtual de retratos sociais” (SARTORE, 2015)²⁶.

Obviamente, como toda ferramenta de análise, a prosopografia possui seus limites e estes, por sua vez, influenciam diretamente na abrangência da pesquisa. Stone (2011) destaca quatro problemas recorrentes da utilização do método. O primeiro deles diz respeito a deficiência dos dados, pois a prosopografia é limitada pela quantidade e qualidade dos dados disponíveis nas biografias dos atores. Neste trabalho, ao limitar a pesquisa às trajetórias acadêmicas e profissionais dos atores, foi possível reduzir significativamente este problema, uma vez que tais informações são facilmente encontradas nas biografias disponibilizadas na rede, fato que demonstra que os atores são pessoas que já possuem certa visibilidade.

Dos trinta e oito atores que compõem a amostra total, apenas cinco não disponibilizavam informações biográficas e um dos atores, a presidente Dilma Rousseff, foi desconsiderada da amostra final analisada. A justificativa para essa opção deve-se ao fato de que a presidente aparece na amostra geral por assinar o decreto 7746/2012, porém, sua condição de presidente (ex-officio) faz com que ela assine todos os decretos emitidos pelo executivo e a opção por considerá-la poderia prejudicar os resultados da análise.

O segundo problema apontado por Stone (2011) reside nos erros na classificação dos dados. De acordo com Stone, cada ator desempenha inúmeros papéis na sociedade, muitos deles conflitantes entre si. Em uma mesma categoria profissional, por exemplo, é possível encontrar representantes de classes sociais diferentes, com diferentes categorias de poder que podem se modificar ao longo do tempo. Isto faz com que o pesquisador possa falhar em identificar subdivisões importantes, analisando num mesmo conjunto atores totalmente diferentes entre si e, consequentemente, comprometendo a validade e conformidade das classificações. A observação de Stone, embora muito relevante, não parece ser um ponto de preocupação para este trabalho uma vez que optei por abordar categorias de classificação concretas e objetivas, ou seja, as categorias analisadas não são resultado de uma reflexão subjetiva por parte do autor desta pesquisa. Para criar as categorias de análise neste trabalho tomei como base a ideia de capital escolar e profissional de Bourdieu, portanto, as categorias utilizadas são dadas pela realidade observada nos dados como, por exemplo, cursos de graduação e pós-graduação cursados e instituições de estudo e trabalho.

²⁶ A participação como ouvinte nos eventos e entrevistas com os atores certamente traria mais profundidade à análise que apresento aqui, mas a limitação de tempo para realização da pesquisa não permitiu que esses métodos fossem aplicados. Porém a análise prosopográfica da amostra selecionada permite apontar os caminhos sobre quem são os atores por trás das compras públicas sustentáveis e qual sua estrutura de capitais e isto abre bons caminhos para pesquisas futuras.

Os outros dois problemas do método apontados por Stone dizem respeito a erros na interpretação dos dados e a limitações da compreensão histórica. Nesses dois casos há pouco o que se pode fazer. Primeiro pois o pesquisador, por mais cuidadoso que seja, sempre está sujeito a cometer erros na interpretação dos dados, seja por descuido ou por priorizar determinado aspecto em detrimento de outro e, com isso, chegar a conclusões enviesadas e que se colocam bastante distantes da realidade. Entretanto este é um problema que apenas a experiência e a prática poderão minimizar, restando ao pesquisador, como única alternativa, adotar extrema cautela e cuidado no momento de analisar seus dados. Segundo adiante na análise das ressalvas feitas por Stone ao método prosopográfico, me parece um excesso de zelo do autor indicar que o método possui limitações da compreensão histórica. Digo isto, pois me parece um tanto quanto ingênuo acreditar que a prosopografia ou mesmo qualquer outro método, seja capaz de analisar a realidade como um todo e apresentar resultados de maneira una, verídica e incontestável, sobretudo quando tratamos de um objeto tão complexo e volátil quanto a realidade social que, por suas próprias características, tende a repelir a ideia de uma verdade única. Porém é importante ressaltar que ao realizar uma análise qualitativa da história de vida dos atores através de suas estruturas de capitais ganha-se uma profundidade histórica que dificilmente seria alcançada com a utilização de outro método.

O alerta de Stone, portanto, serve para lembrar aos pesquisadores que os resultados alcançados com a pesquisa não darão conta da totalidade da realidade social uma vez que se dedicam a análise de um grupo determinado de atores e que a realidade, por sua vez, é constituída através de uma rede de relações e situações que extrapola a capacidade analítica do método, logo o pesquisador deve ter ciência e reconhecer as limitações de sua pesquisa. Este trabalho, obviamente, não é diferente e, portanto, não elucidará definitivamente as questões que permeiam as compras públicas sustentáveis. Ao contrário, ao buscar uma primeira visão mais geral e ampliada sobre o tema, muito provavelmente, irá levantar mais questões do que respondê-las. Se por um lado essa é uma característica que em certa medida pode ser frustrante por não apresentar resultados mais concretos e objetivos, por outro lado, inegavelmente, é um primeiro passo necessário e fundamental para o desenvolvimento de um novo tema de pesquisa cujas questões levantadas podem servir de base para o desenvolvimento de trabalhos posteriores.

3.2 – Atores e sustentabilidade: uma parceria recente

À primeira vista a análise dos dados levantados revela alguns fatos interessantes. O primeiro deles é a vanguarda dos políticos do Nordeste no que diz respeito a legislação que estimula as compras sustentáveis. A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, a Política Nacional sobre Mudança no Clima e a Política Nacional de Resíduos Sólidos são, respectivamente, resultados de projetos de lei cuja autoria é de responsabilidade de deputados dos Estados da Bahia, Maranhão e Sergipe. A região Nordeste também se destaca no que diz respeito a representatividade das compras sustentáveis sobre o total de compras efetuadas por cada região. O gráfico abaixo, que considera os resultados de 2012 a 2014, mostra a região Nordeste como aquela que melhor conseguiu implementar as compras públicas sustentáveis neste período, aumentando em 11 pontos o percentual de compras sustentáveis de 2012 para 2013 e mantendo-se como a região que mais realizou este tipo de aquisição por dois anos seguidos.²⁷

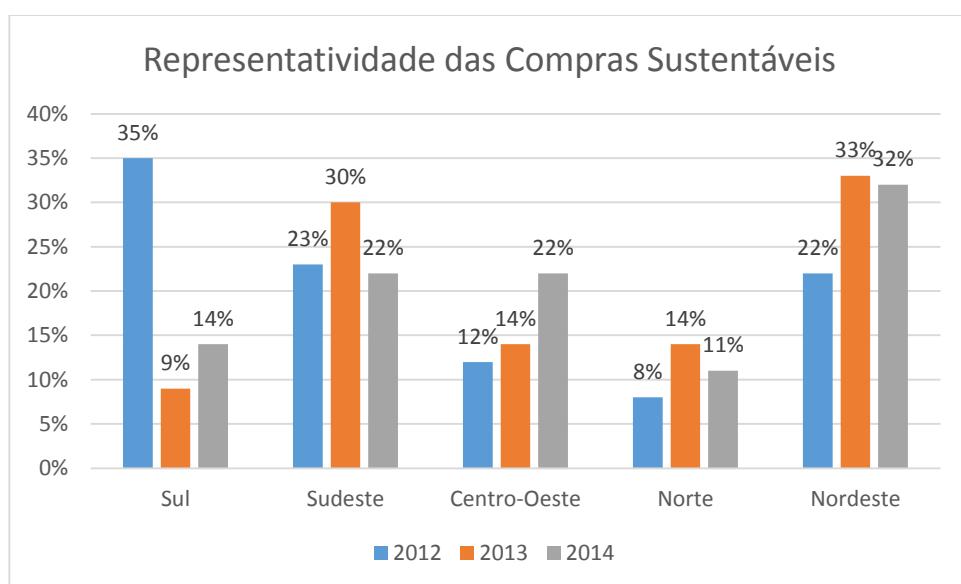


Figura 5 – Representatividade das Compras Sustentáveis por Região entre os anos de 2012 e 2014. Fonte: MPOG

²⁷ Apesar do avanços demonstrados na implementação das compras sustentáveis na região Nordeste, um estudo realizado por Costa (2014) sobre as aquisições sustentáveis nas Universidades Federais da região Nordeste apontou que a maior parte das universidades pesquisadas não realiza as compras de acordo com a legislação vigente sobre o tema e que aquelas que afirmam realizar compras utilizando a adoção de critérios de sustentabilidade não complementam a ação com políticas de conscientização para seus servidores. Demonstrou ainda a dificuldade em realizar as compras sustentáveis devido a falta de conhecimento técnico para especificação dos itens a serem adquiridos e por receio de restringir a competitividade nos certames. Por fim constatou que as ações voltadas a implementação das contratações sustentáveis ainda são bastante baixas.

Além do protagonismo na criação das legislações citadas e de pertencerem a mesma região que também protagoniza um aumento na representatividade nas compras sustentáveis, os deputados também possuem mais características em comum. Os três são formados em direito, Sarney Filho também possui graduação em economia e Francisco Rollemberg em medicina. Todos possuem uma trajetória profissional exclusivamente pública voltada à atuação política, onde destaca-se um elevado capital político devido aos sucessivos mandatos e, nos casos de Sarney Filho e Jutahy Júnior, à atuação política de outros membros da família, como pais, avós e irmãos. Essa característica reforça a tese de Oliveira (2012) de que a atuação política, não só na região nordeste, mas em todo o Brasil, é encarada como uma profissão de família. Oliveira (2012) argumenta que a conquista, manutenção e exercício do poder pelas famílias é resultado do desenvolvimento de um sistema político próprio que apoiado na fragilidade das instituições, nas desigualdades sociais, na patronagem e no clientelismo cria redes de nepotismo que se espalham pelo executivo, legislativo e judiciário, perpetuando o poder das famílias.

Outra importante observação que pode ser feita da comparação entre as trajetórias acadêmicas e profissionais desses três atores é que a vinculação com a questão da sustentabilidade não é resultado de uma construção acadêmica planejada, mas sim que deriva da atuação política/profissional. Jutahy Júnior, cuja proposição original resultou na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, ocupou os cargos de secretário de Justiça e Direitos Humanos da Bahia (1988-1989) e de ministro do Bem-Estar Social (1992-1993). Sarney Filho, responsável por originar a Política Nacional sobre Mudança no Clima, ocupou o cargo de Ministro do Meio Ambiente entre os anos 1999 e 2002 e em 2007 filiou-se ao Partido Verde, cujo programa é intimamente vinculado às questões ambientais. Já Francisco Rollemberg, ligado a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi membro da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente no Senado. Considerando que as proposições que resultaram nas legislações citadas foram apresentadas após a passagem desses atores por cargos diretamente relacionados a questões ambientais e sociais, é possível afirmar que estes cargos foram pontos de transição que aproximaram esses atores da questão da sustentabilidade.

Os outros dois atores que compõem o grupo político são ligados ao poder Executivo, compõem essa amostra por sua atuação ex-officio e possuem um perfil bastante divergente entre si. Miriam Aparecida Belchior é graduada em Engenharia de Alimentos e possui mestrado em Administração Pública e Governamental. Sua trajetória profissional mescla a carreira docente em instituições privadas e fundações com a atuação pública em cargos políticos na prefeitura

de Santo André e no Governo Federal, ambas com administração do Partido dos Trabalhadores. A ascensão aos cargos do governo federal começa em 2002 com a eleição de Lula, onde integra a equipe de transição do governo e atua como assessora especial do presidente até 2004 quando assume a Subchefia de Articulação e monitoramento da Casa Civil e a secretaria executiva do Programa de Aceleração do Crescimento do qual se torna coordenadora geral em 2010. No ano seguinte é nomeada ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, nesse cargo tem contato com o programa de compras públicas sustentáveis, uma vez que este programa é responsabilidade de seu ministério. O último ator político analisado é Izabella Mônica Vieira Teixeira. De todos os atores políticos, Izabella é a única que possui um perfil técnico voltado para a questão ambiental. Graduada em Ciências Biológicas, com especialização em Elaboração e Gerenciamento de Projetos, mestrado e doutorado em Planejamento Energético, Izabella começa sua trajetória profissional no ano de 1984 como analista ambiental (servidora pública) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA). Em sua carreira ocupou cargos de confiança e coordenação no Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil e no projeto de Fortalecimento Institucional dos OEMAS da Amazônia Legal, ambos resultado de uma parceria entre Banco Mundial e Ministério do Meio Ambiente. Foi Chefe de Gabinete e Subsecretaria da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. Atuou como pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente da COPPE/UFRJ e exerceu diversos cargos no Ministério do Meio Ambiente onde, em 2010, foi nomeada como Ministra, cargo que ocupou até o ano de 2016.

A análise das trajetórias acadêmicas e profissionais dos atores políticos demonstra que, com exceção de Izabella Mônica Vieira Teixeira que possui toda uma trajetória acadêmica e profissional ligada ao meio ambiente, todos os demais depararam-se com a questão ambiental durante a carreira profissional, ocupando cargos em ministérios e comissões devido ao capital político que possuíam e a arranjos institucionais realizados pelos partidos em suas alianças e coligações e não por critérios técnicos. De qualquer maneira, é necessário lembrar que mesmo sem uma trajetória diretamente ligada ao tema do meio ambiente e sustentabilidade, a atuação desses parlamentares após a passagem por cargos correlatos ao tema possibilitou a elaboração de leis específicas que contribuíram para o desenvolvimento das compras sustentáveis no âmbito do governo federal.

Com a legislação possibilitando e incentivando o desenvolvimento das compras públicas sustentáveis, o primeiro passo para a transformação da prática de aquisições governamentais estava dado. Entretanto, apenas a viabilização legal não é suficiente para

transformar atos e práticas que foram estabelecidas no decorrer de longos anos. A transformação efetiva dessas práticas, como de todas as outras que são historicamente constituídas, depende de uma política de conscientização e educação para novos hábitos. O papel educacional, portanto, é fundamental para a transformação dos processos de aquisição e para a substituição dos produtos adquiridos por outros mais sustentáveis. Assim o governo federal lançou um Guia de Compras Públicas Sustentáveis para Administração Federal e realizou cursos e seminários para a capacitação de servidores responsáveis por efetuar as aquisições nos órgãos da administração federal. A análise das trajetórias acadêmicas e profissionais dos atores envolvidos na elaboração do guia e dos palestrantes dos cursos pode nos fornecer uma melhor perspectiva sobre os protagonistas do projeto de implementação das compras sustentáveis no governo federal brasileiro. Os atores que compõem a amostra analisada, bem como as instituições que representavam e os eventos em que palestraram estão relacionados na tabela abaixo.

Tabela 4 - Distribuição de atores por evento e instituição

EVENTO	Nº	ATOR	INSTITUIÇÃO
Elaboração do guia de Contratações Públicas Sustentáveis na Administração Federal	1	Rogério Santanna dos Santos	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
	2	Loreni Fracasso Foresti	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
	3	Ana Maria Vieira dos Santos Neto*	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
	4	Laura Silva Valente de Macedo	ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade
	5	Paula Gabriela de Oliveira Freitas	ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade
	6	Ana Carolina Gazoni Lopes da Silva	ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade
	7	Luciana Stocco Betiol	ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CONTRATAÇÕES	8	Zilda Maria Faria Veloso	Ministério do Meio Ambiente
	9	Barbara Norton	Sustainable Procurement Limited (Inglaterra)

PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS	10	Jussara de Lima Carvalho	ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade
	11	Norma Tregurtha	ISEAL Alliance (Inglaterra)
		Ana Maria Vieira dos Santos Neto*	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
	12	Rafael Setubal Arantes	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
	13	Alfredo Carlos Orphao Lobo	Inmetro
	14	Luiz Henrique Lima	Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
	15	Gabriela Alem Appugliese	Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Programa de Consumo Sustentável
	16	Ricardo Mattos e Dinato	Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Programa de Consumo Sustentável
	17	Mervyn Jones	Waste and Resources Action Programme – WRAP (Inglaterra)
	18	Fabiana Barbi	ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade
Capacitação em planos de logística e contratações sustentáveis	19	Bruno Quick	Sebrae Nacional
	20	Ketlin Feitosa de A. Lima Scartezini	Superior Tribunal de Justiça
	21	Anderson F. Gomes	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
	22	Jhéssica Ribeiro Cardoso	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
		Ana Maria Vieria dos Santos Neto*	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Curso sobre políticas públicas de sustentabilidade nas contratações públicas	23	Ana Carla Leite de Almeida	Ministério do Meio Ambiente
	24	Luís Maurício Junqueira Zanin	Sebrae

	25	Maria Aparecida Rosa Vital Bogado	Sebrae
	26	Mauro Pereira Pinto Garcia	Sebrae
	27	Denise Reif Kroeff	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Da análise da tabela, as primeiras observações possíveis a se fazer dizem respeito a representatividade das instituições no processo educacional dos agentes públicos, a participação de palestrantes estrangeiros e, também, e a condição de Ana Maria Vieira dos Santos Neto como palestrante em duas oportunidades e, também, como uma das envolvidas na elaboração do Guia de Compras, este fato chama a atenção pois não se repete com nenhum dos outros atores e indica que este ator é uma peça chave no desenvolvimento do programa.

Os vinte e sete atores educacionais representam treze instituições distintas, dentre as quais destacam-se o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (representado em oito ocasiões, sendo em três delas por Ana Maria Vieira dos Santos Neto), ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade (com seis representantes), Sebrae (com quatro representantes), Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (com dois representantes) e Ministério do Meio Ambiente (com dois representantes), todas as demais instituições apresentaram apenas um representante nos eventos que compõem a amostra. A grande participação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não é algo que causa surpresa, afinal o programa de compras sustentáveis está sob o controle da pasta e nada mais natural que atores “da casa” falem sobre o próprio programa, mas é necessário considerar uma diferença entre os atores ligados ao MPOG. Aqueles ligados a elaboração do guia de compras parecem ter uma trajetória profissional vinculada a política, uma vez que é comum a transição entre cargos de direção por várias empresas, entre elas a TELEBRAS, empresa pública cujas cargos de direção normalmente são ocupados através de indicação política. Já os outros três atores ligados ao MPOG que atuaram como palestrantes nos cursos de capacitação indicam uma trajetória mais burocrática, ligada ao funcionalismo público de carreira.

Entretanto, o que realmente chama a atenção é o grande número de atores ligados ao ICLEI. Se considerarmos os atores apenas uma vez, a instituição torna-se a com maior representatividade na amostra desta pesquisa. Além disso, a análise da trajetória profissional dos atores revela que mais um dos palestrantes, além daqueles que a representam diretamente, já trabalhou pela instituição em sua carreira. Este, portanto, é um ponto de extrema importância para iniciarmos a compreensão do programa de compras sustentáveis do governo federal.

De acordo com o site da instituição, o ICLEI foi fundado em 1990 por 200 governos locais de 43 países que se reuniram no primeiro Congresso Mundial de Governos Locais por um Futuro Sustentável realizado na sede das Nações Unidas em Nova York. A atuação da instituição na América Latina existe desde 1994 e em 1996 foi estabelecido um escritório em Santiago, Chile. O primeiro Secretariado Regional da América Latina foi sediado no Rio de Janeiro em outubro de 2000. Entre 2006 e 2010 Buenos Aires foi a sede do Secretariado para a América Latina e Caribe, no mesmo período foi estabelecido um escritório de projetos em São Paulo. Em 2011 as operações da instituição na América Latina foram desmembradas e, com isso, foram criados dois secretariados, um para a América do Sul com sede em São Paulo e outro para o México, América Central e Caribe, cujo escritório fica no México. A atuação do ICLEI consiste em criar uma rede global de governos locais, subnacionais e parceiros que compartilham oportunidades e experiências na expectativa de promover uma agenda sustentável. Além disso, desenvolvem programas temáticos que buscam soluções sustentáveis, oferecem informações, ferramentas, consultorias e treinamentos que tem como objetivo tornar cidades mais sustentáveis. Neste sentido o ICLEI pode ser considerado como um *Think Tank*, voltado para o desenvolvimento da sustentabilidade. Medvetz (2012) argumenta que ao combinar elementos das fontes de conhecimento mais estabelecidas, como universidades, agências governamentais, empresas e mídia, os *Think Tanks* tornam-se capazes de exercer uma enorme influência na maneira como cidadãos e legisladores veem o mundo, influenciando diretamente nos governos. Dentre os programas desenvolvidos pelo ICLEI, há um voltado exclusivamente para as Compras Públicas Sustentáveis. A instituição está envolvida com o tema a mais de 15 anos, portanto a mais tempo que o programa de compras públicas do governo federal brasileiro. Este fato somado a grande representatividade da instituição na amostra desta pesquisa indica o poder de influência exercido pelo ICLEI.

Como os principais métodos de atuação do ICLEI são a constituição de redes e parcerias, é importante analisar as próprias redes e parcerias da instituição. Entre os inúmeros parceiros elencados no site do ICLEI, há dois que merecem destaque nesta pesquisa, o Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP/FGV e a Embaixada Britânica em Brasília. A relação entre ICLEI e EAESP/FGV merece destaque pois entre os sete atores com passagem pelo ICLEI, quatro deles tiveram também passagem pela EAESP/FGV, um em sua formação acadêmica e três durante a atuação profissional. Além disso a instituição possui histórico no desenvolvimento da relação entre sustentabilidade e mercado. Sartore (2010) ao analisar os índices de sustentabilidade no mercado financeiro aponta para a importância da FGV na

formação de economistas e administradores com perfis voltados a sustentabilidade e também “no desenvolvimento de atividades e ferramentas para a inserção da Sustentabilidade no mundo dos negócios” (SARTORE, 2010, pg. 56). Já o destaque para a Embaixada Britânica em Brasília deve-se aos palestrantes estrangeiros uma vez que representam instituições com sede na Inglaterra, fato que nos permite supor a indicação por parte da Embaixada. A relação entre a Embaixada Britânica e o desenvolvimento da sustentabilidade no Brasil, entretanto, vai além da nomeação de palestrantes para a capacitação de agentes públicos. No início de 2016 a Embaixada anunciou o “Fundo de Prosperidade”²⁸ como parte do Estudo estratégico de Defesa e Segurança de 2015. O fundo, cujo investimento para os próximos cinco anos é de 1.3 bilhões de libras, tem como objetivo promover o crescimento global sustentável através da reforma econômica e desenvolvimento necessários para o crescimento em países parceiros, dentre os quais está o Brasil. O fundo irá investir em projetos cujas propostas sejam voltadas para as seguintes áreas: ambiente de negócios, educação, saúde, infraestrutura, tecnologias de baixo carbono e energia, sendo a inovação e transparência temas Inter setoriais e integrados a todas as aéreas. Mas os investimentos da Embaixada Britânica em pesquisas relacionadas a sustentabilidade no Brasil não é algo recente. Em 2008, um estudo realizado pela Unicamp²⁹ sobre a sustentabilidade do etanol brasileiro foi patrocinado pelo Embaixada Britânica e pelo Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido, órgão pelo qual Bárbara Morton, uma das palestrantes estrangeiras, teve passagem. Esses fatos indicam que há um grande interesse do Reino Unido no desenvolvimento da sustentabilidade no Brasil, os reais motivos desse interesse, entretanto, só poderiam ser descobertos através de uma pesquisa mais extensa e dedica exclusivamente ao tema.

A importância da parceria entre ICLEI, EAESP/FGV e Embaixada Britânica em Brasília pode ser visualizada quando observamos a representatividade dessa aliança na amostra dessa pesquisa. A parceria é responsável por onze dos vinte e sete atores da amostra, uma representatividade de cerca de 40,7% do total. O segundo maior grupo da amostra é composto por atores ligados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e representa cerca de 18,5% do total, isto demonstra a força do eixo ICLEI – EAESP/FGV – Embaixada Britânica no desenvolvimento das compras públicas sustentáveis no Brasil e indica o núcleo duro do campo fora do governo.

²⁸ Maiores informações sobre o fundo podem ser obtidas através do site <https://www.gov.uk/government/world-location-news/prosperity-fund-brazil-2016-bid-round-is-now-open> Acesso em 21 de maio de 2016.

²⁹ A pesquisa completa está disponível em: http://www.globalbioenergy.org/uploads/media/0811_Uanicamp - A sustainability analysis of the Brazilian ethanol.pdf Acesso em: 22 de maior de 2016.

Fora deste eixo, merece destaque Ana Maria Vieira dos Santos Neto por ser o ator com maior número de aparições na amostra. Graduada em direito pela Universidade de Brasília e com Especialização em Direito Público Institucional pela Universidade de Direito de Lisboa, Ana começou sua carreira em 1998 como assessora no Superior Tribunal de Justiça, em seguida passou pelo Superior Tribunal Federal também como assessora e pelo Tribunal Regional Federal da 1^a Região, onde exerceu o cargo de Chefe de Assessoria. Seu primeiro contato com o tema das compras governamentais acontece em 2006 quando se torna analista de Compras Governamentais, Gerente de Projetos e Coordenadora Geral de Normas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, onde coordenou o Programa Nacional de Contratações Públicas Sustentáveis do Governo Federal. Em 2011, Ana se afasta do tema das compras pelo período de um ano enquanto trabalha como assessora e gerente jurídica na Telebrás. Entretanto, em 2012 assume o cargo de Diretora de Produção e Consumo Sustentáveis na Secretaria de Relações Institucionais no Ministério do Meio Ambiente. Em 2013 retorna à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG como diretora do departamento de logística e é eleita presidente da Rede Interamericana de Compras Governamentais. Em 2015 funda o Instituto de Logística Pública no qual é diretora e realiza treinamentos e consultoria nas áreas de obras e compras públicas, pregão, registro de preços, regime diferenciado de contratação, licitações e contratos, parcerias público-privadas, captação e aplicação de recursos federais e diagnóstico econômico-financeiro. A trajetória profissional de Ana revela uma proximidade com os atores Rogério Santanna dos Santos e Loreni Fracasso Foresti, os três atores tiveram passagens simultâneas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG e também pela Telebrás. Outros atores que figuram como colegas de trabalho de Ana foram Rafael Setubal e Anderson F. Gomes. Rafael foi coordenador normativo de licitações e contratos do MPOG de 2004 até 2011. Anderson, por sua vez, inicia sua carreira no MPOG em 2006, mesmo ano em que Ana é nomeada coordenadora geral de Normas do MPOG, cargo que ocupa até 2011. A conexão temporal e institucional entre estes atores nos permite supor a existência de uma rede fechada e de interesses entre pessoas que passaram por este círculo e que se desenvolve ao redor de Ana. A rede de relações profissionais de Ana com outros atores e instituições que figuram na amostra desta pesquisa se estende quando funda o Instituto de Logística Pública no qual tem Barbara Morton como parceira de equipe e o Sebrae como cliente. A rede constituída por Ana Maria Vieira dos Santos Neto pode ser considerada o núcleo das compras governamentais dentro do próprio governo.

A primeira análise da amostra dos atores educacionais permitiu verificar a existência de dois núcleos fortes no campo das compras sustentáveis governamentais. Um deles, mais expressivo, está fora do governo e é composto pela parceria entre ICLEI, EAESP/FGV e Embaixada Britânica. O outro localiza-se dentro do governo, tem Ana Maria Vieira dos Santos Neto como ator central e estende-se em sua rede profissional. É possível, portanto, argumentar que a construção do mercado de compras públicas governamentais é um projeto encabeçado por duas elites, uma externa ao governo e outra interna. Isto reforça a tese de Fligstein de que a constituição de novos mercados é o resultado de uma interação entre elites, governos e sociedade.

Parto agora para uma análise mais abrangente de todos os atores educacionais para tentar observar características gerais e comuns a todos eles e, com isso, começar a dar os primeiros passos para a caracterização da elite por trás do programa de compras sustentáveis do governo federal.

Tabela 5 - Cursos e instituição de graduação dos atores educacionais

Nº do ator	Curso de Graduação	Instituição
01	Engenharia Mecânica	UFRGS
02	Administração	Faculdade São Judas Tadeu
03	Direito	UNB
04	Arquitetura	Mackenzie/SP
05	Relações Internacionais	Northeastern University
06	Direito	PUC/SP
07	Direito	PUC/SP
08	Arquitetura	UFRGS
09	Civic Design	University of Aberdeen
10	Engenharia Química	UFSCAR
11	-	-
12	Direito	PUC/RJ
13	Engenharia Mecânica	Faculdade de Engenharia Souza Marques
14	Economia	UFRJ
15	Gestão Ambiental	USP
16	Engenharia Elétrica	USP
17	Geografia	Universidade de Liverpool
18	Ciências Sociais	Unicamp
19	Engenharia Civil	Fundação Educacional de Minas Gerais/Escola Kennedy
	Engenharia de Produção	
20	Direito	CEUB
21	Engenharia Elétrica	Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba/MG
22	Engenharia Ambiental	UCB/DF

23	Engenharia Agronômica	UNB
24	Administração Pública	UNESP
25	Economia	AUDF
26	Administração	UNB
27	Letras	PUC/RSS
	Ciências Sociais	UFRGS

Obs.: Não foi possível determinar a graduação do ator 11 e os atores 19 e 27 possuem duas graduações

Tabela 6 - Formação dos atores educacionais por área de concentração

Área de Concentração ³⁰	Curso	Nº de atores graduados no curso	Nº total de atores por área de concentração
Ciências Sociais Aplicadas	Direito	5	12
	Economia	2	
	Administração	3	
	Arquitetura	2	
Ciências Humanas	Geografia	1	1
Engenharias	Engenharia Mecânica	2	9
	Engenharia Química	1	
	Engenharia Elétrica	2	
	Engenharia Civil	1	
	Engenharia de Planejamento e Produção	1	
	Engenharia Ambiental	1	
	Engenharia Agronômica	1	
Linguística, Letras e Artes	Letras	1	1
Outros	Relações Internacionais	1	5
	Gestão Ambiental	1	
	Civic Design	1	
	Ciências Sociais	2	

Observando as tabelas podemos notar que entre as vinte e oito graduações cursadas, vinte delas se concentram nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Engenharias, sendo os cursos de direito e administração os mais representados e em apenas dois casos os cursos são diretamente ligados à questão ambiental, em ambos os casos são mulheres. Também é possível notar que as instituições em que os atores cursaram suas graduações concentram-se nos estados de São Paulo (oito casos), Distrito Federal (seis casos), Rio de Janeiro (quatro casos) e Rio

³⁰ Distribuição feita de acordo com a Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPQ. Disponível em <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf> Acesso em: 07 de maio de 2016.

Grande do Sul (quatro casos), há ainda três atores com graduações no exterior (dois atores estrangeiros e um brasileiro)³¹ e dois com graduação em Minas Gerais³². A amostra sobre as atividades acadêmicas de pós-graduação aponta mudanças significativas. Se dentre os atores educacionais todos possuem curso superior, o mesmo não pode ser dito para os cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado. Dos vinte e sete atores da amostra, vinte e três seguiram seus estudos após a graduação, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 7 - Pós-graduação e instituições

Ator	Curso de Pós-Graduação/Mestrado/Doutorado	Instituição
1	MBA em Engenharia de Software	UFRGS
	MBA em Administração e Gestão de Negócios	UFRGS
	MBA em Marketing	FGV
	Mestrado em Engenharia de Software	UFRJ
3	Especialização em Direito Público Institucional	Universidade de Direito de Lisboa
4	Mestrado em Gestão e Mudança Climática	Universidade de Oxford
	Mestrado em Ciência Ambiental	USP
	Doutoranda em Gestão Ambiental	USP
6	MBA em Gestão de Sustentabilidade	FGV
7	Especialização em Direito Processual Civil	PUC/SP
	Mestrado em Direito do Meio Ambiente	Universidad Complutense de Madrid
	Mestrado em Direito Civil	PUC/SP
	Doutora em Direitos Difusos e Coletivos	PUC/SP
8	Mestrado em Planejamento Urbano	UNB
	Pós-Graduação em Planejamento Urbano	Alemanha
9	Civic Design	Universidade de Aberdeen (Escócia)
10	Mestrado em Engenharia Hidráulica e Saneamento	USP
	Doutorado em Ciência Ambiental	USP
11	Mestrado	Universidade de Steellenbosch (África do Sul)
12	Mestrado em Direito Administrativo	
13	Especialização em Engenharia de Equipamentos de Petróleo	Petróleo Brasileiro S.A.
	Especialização em Advanced Management	Banff School of Advanced Management (Canadá)
14	Especialização em Finanças Corporativas	PUC/RJ
	Mestrado em Planejamento Energético	UFRJ
	Doutorado em Planejamento Energético	UFRJ
16	Especialização em Engenharia Clínica	Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein

³¹ Não foi possível levantar o curso e instituição de graduação de um dos três atores estrangeiros.

³² Durante o levantamento dos dados não foi possível definir uma das instituições de graduação do ator 19.

	Mestrado em Engenharia Química	USP
17	MBA em Gestão de Negócios	Universidade de Hull (Reino Unido)
	PhD em Palaeoclimatic Change	Universidade de Liverpool
18	Mestrado em Ciência Ambiental	USP
	Doutorado em Ambiente e Sociedade	Unicamp
	Pós-Doutorado (em curso)	FAPESP
19	Especialização em Políticas Públicas	Unicamp
	Especialização em Engenharia de Tráfego	
21	MBA em Gestão Estratégica de Marketing	FGV/DF
22	Especialização em Saneamento Ambiental	Unitau
	Especialização em Construções Sustentáveis	Universidade Cidade de São Paulo
23	Mestrado em Fitopatologia	UNB
24	Pós-Graduação em Políticas Públicas	FGV
25	Pós-Graduação em Marketing	FGV
	Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas	UFSC
26	Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Serviços	ESPM
27	Mestrado em Sociologia	UFRGS

A tabela também demonstra que se durante a graduação poucos foram os atores em cursos relacionados à questão ambiental, na pós-graduação isso muda bastante, demonstrando uma conversão do capital educacional para se legitimar enquanto um agente capacitado a falar sobre questões relacionadas ao meio ambiente. Dos quarenta e um cursos realizados, dezoito são diretamente relacionados ao meio ambiente e a sustentabilidade. Isso comprova que o tema é recente e vem ganhando espaço e força no meio acadêmico. Outro ponto que chama a atenção é a distribuição das instituições de ensino em que as pós-graduações foram cursadas. Se durante a graduação havia um certo equilíbrio entre quatro estados brasileiros, no que diz respeito a pós-graduação isso não se repete. Dos quarenta e um cursos, vinte foram realizados no estado de São Paulo, nove no exterior, seis no Rio de Janeiro, três no Rio Grande do Sul, dois no Distrito Federal e um em Santa Catarina. Isso demonstra que há uma maior valorização das pós-graduações realizadas em instituições de ensino localizadas no estado de São Paulo.

Da análise das trajetórias profissionais, presente na Tabela 12 no apêndice II desta pesquisa, é possível observar que os atores políticos ligados ao legislativo possuem uma carreira estreitamente ligada ao setor público e a vida política, ou seja, são políticos por profissão não relatando em suas biografias qualquer outro tipo de trabalho, seja no próprio setor público, no setor privado ou mesmo no terceiro setor. Já os atores políticos ligados ao executivo possuem em sua trajetória passagens por instituições de pesquisa e ensino ligadas ao setor público, no caso de Izabella, e ao terceiro setor e ao setor privado no caso de Miriam.

Já entre os agentes educacionais as trajetórias não se dividem de maneira tão exata como no caso dos atores políticos. Neste grupo, com exceção de quatro casos que possuem carreiras estritamente públicas, as trajetórias são híbridas e mesclam passagens pelo setor público, privado e também pelo terceiro setor. A tabela abaixo mostra como é hibrida a trajetória profissional desses atores.

Tabela 8 - Distribuição dos atores de acordo com a trajetória profissional

Trajetória Profissional						
	Pública	Privada	3º Setor	Pública e Privada	Pública e 3º Setor	Pública, Privada e 3º Setor
Atores	2, 8, 12, 20			1, 9, 21	13, 14, 23, 27	6, 7, 11, 17, 19, 26
%	14,82	-	-	11,11	14,82	22,22
						37,03

Podemos notar que não há um padrão nas trajetórias profissionais dos atores educacionais e chama a atenção a ausência de indivíduos ligados exclusivamente a carreiras privadas ou ao terceiro setor, principalmente em um tema ligado a questão ambiental que, historicamente, é marcada pela atuação de diversas organizações não governamentais. Em uma amostra tão diversa, sobressaem os atores com passagens por instituições de ensino e pesquisa, dez dos vinte e sete atores exerceram atividade de docência ou pesquisa em instituições públicas, privadas ou em fundações e destes dez atores com passagens por instituições de ensino e pesquisa, seis tiveram passagens por instituições ligadas diretamente ao meio ambiente como secretarias municipais do meio ambiente, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente ou ONG's. Outro ponto que chama a atenção são as atividades de conselheiro e consultoria que aparecem na biografia de oito atores.

De maneira geral, a análise das trajetórias profissionais individuais auxilia de maneira significativa para identificação de instituições chave que, enquanto pontos de encontro de diversos atores, colaboram para constituição de uma rede que se estende entre o setor privado, o público e também pelo terceiro setor reunindo atores que possuem um interesse em comum e buscam alcançá-lo através da cooperação mútua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pressões sobre o meio ambiente oriundas do desenvolvimento econômico no período posterior a segunda guerra mundial迫使了 the pensamento econômico a considerar as questões ambientais em seu arcabouço teórico. Economia ambiental neoclássica, economia ecológica, economia evolucionista, ecomarxismo e economia verde destacaram-se entre principais correntes de pensamento que se dedicaram a esta tarefa. Acolhida pelo discurso institucional das Nações Unidas e apresentada como o principal tema da Rio +20, a Economia Verde é vista como o principal caminho para o alcance do desenvolvimento sustentável, apresentando uma série de ferramentas e mecanismos para atingir tal objetivo, dentre os quais se destaca o poder de compra do Estado que deve ser direcionado para estimular desenvolvimento de produtos ecologicamente corretos e uma economia justa e inclusiva.

O processo que levou o consumo para o centro da questão ambiental envolveu embates políticos que confrontaram norte e sul destacando-se dois deslocamentos discursivos que alteraram a centralidade da questão ambiental. No primeiro deslocamento a origem dos problemas ambientais deixaram de ser relacionadas aos altos níveis de natalidade e superpopulação do hemisfério Sul para relacionarem-se com o modelo de produção do hemisfério norte. Esse primeiro momento fez com que os meios produtivos do Norte fossem revistos e tornados mais eficazes e menos poluentes. Entretanto as melhorias no processo produtivo não foram suficientes para aliviar as pressões sobre o meio ambiente de maneira satisfatória e um novo deslocamento discursivo colocou os padrões de consumo das nações desenvolvidas no centro da questão ambiental. Se o padrão de consumo das nações desenvolvidas se estendesse para todas as nações do globo, o planeta entraria em colapso.

Com o consumo posto no centro da questão ambiental torna-se fundamental compreender este fenômeno. A perspectiva culturalista aponta que o consumo é culturalmente constituído e dotado de significados que extrapolam as utilidades materiais de determinado bem e que estes significados estão intimamente relacionados com aquilo que Bourdieu chama de *habitus*. A ideia de consumo sustentável representa a constituição de um novo mercado e, de acordo com Fligstein a constituição de novos mercados é resultado da interação entre Estado, elite e sociedade.

Nesta pesquisa lancei um primeiro olhar sobre o programa de compras públicas do governo federal brasileiro através da análise das trajetórias acadêmicas e profissionais dos

atores envolvidos na construção da moralidade e da visão cultural sobre compras sustentáveis no Estado. Para isso selecionei dois grupos de atores. O primeiro deles, chamei de grupo de atores políticos por estarem diretamente relacionados com a proposição de leis que estimulam as aquisições sustentáveis no governo federal. O segundo grupo é constituído por atores educacionais e é composto pelos atores que assinam o Guia de Contratações Públicas Sustentáveis e pelos palestrantes de três eventos de capacitação sobre compras sustentáveis organizados pelo governo federal no ano de 2014.

A análise demonstrou que entre os atores políticos há uma vanguarda da região Nordeste. Os três deputados ligados as leis que compõem a amostra são da região nordeste, formados em direito, com trajetória profissional exclusivamente pública/política, com grande capital político devido à tradição familiar na política e que tiveram seu primeiro contato com a questão ambiental em passagens por ministérios e comissões os quais alcançaram devido a arranjos políticos partidários.

Na amostra dos agentes educacionais foi possível observar a constituição de dois núcleos fortes. Um deles formado por agentes de fora do governo, composto por três instituições: ICLEI – EAESP/FGV – Embaixada Britânica. O segundo, composto por atores ligados ao governo, tem como centro Ana Maria Vieira dos Santos Neto e a rede de relações profissionais que constitui ao longo da carreira.

Observando a trajetória acadêmica desses atores nota-se que a questão ambiental aparece com maior intensidade nos cursos de pós-graduação, o que pode revelar que este ainda é um tema recente e que vem ganhado força com o passar dos anos. Além disso nota-se a predominância de instituições de ensino do estado de São Paulo e do exterior. A análise da trajetória profissional revela que os atores possuem uma trajetória híbrida mesclando a carreira pública com a privada e também com atuações no terceiro setor.

Por se tratar de um campo ainda novo e com poucos estudos realizados, esse trabalhou buscou uma primeira abordagem sobre os atores envolvidos no desenvolvimento das compras sustentáveis do governo federal para tentar traçar um perfil dos envolvidos e verificar a existência ou não de grupos dominantes. Como uma pesquisa inicial, os maiores resultados aqui alcançados são o levantamento de novas questões que podem fomentar o desenvolvimento de novas pesquisas como, por exemplo: o que explica o protagonismo dos políticos do Nordeste no desenvolvimento de legislações que favorecem o desenvolvimento das compras sustentáveis? Qual o grau de influência do ICLEI no desenvolvimento das compras públicas sustentáveis na Administração Federal? Por que o Reino Unido tem demonstrado tanto interesse

e realizado tantos investimentos no desenvolvimento de pesquisas sobre sustentabilidade no Brasil? Esses investimentos são realizados também em outros países? O que leva os atores a investirem em cursos de pós-graduação que não estão diretamente relacionados com sua área de formação?

Enfim, são inúmeras e muito pertinentes as perguntas que podem ser levantadas a partir do trabalho realizado nesta pesquisa e que apenas vieram à tona graças à metodologia empregada. Isso ressalta a importância de nos dedicarmos não apenas ao discurso, métodos ou aos resultados de determinada política pública, mas talvez mais importante que isso seja olhar para os atores que constroem essa política, a partir de onde a constroem e em nome de quem. Realizar esse tipo de investigação como uma etapa inicial de pesquisa pode revelar informações e caminhos que se escondem ou disfarçam no discurso que chega ao público, maquiando os verdadeiros objetivos por trás da ação política e, consequentemente, dificultando que o pesquisador alcance resultados próximos da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21. *UN Conference on Environment & Development.* Disponível em: www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf. Acesso em: 03 fev. 2012

ALMEIDA, Luciana Togeiro de. **Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações.** *Estud. av.* São Paulo, v. 26, n. 74, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Set. 2014

AMAZONA, Maurício de Carvalho. **Valor ambiental em uma perspectiva heterodoxa institucional-ecológica: an institutional-ecological heterodox perspective.** *Econ. soc.*, Campinas, v. 18, n. 1, Apr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182009000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Out. 2014.

_____. **Economia ambiental neoclássica e desenvolvimento sustentável.** In: NOBRE, M., AMAZONAS, M. de C. Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília: Edições Ibama, 2002. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=https%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F24872712%2F1396840763%2Fname%2F econo-amb.pdf&ei=BkptVMnkIoSaNpKkgVA&usg=AFQjCNHup4H4hAA1GtdyKcegrSNvvIRoOA&bvm=bv.80120444,d.eXY>. Acesso em 06 Out. 2014

ANDRADE, Daniel Caixeta de. **Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica.** Revista Leituras de Economia Política, Campinas, (14): 1-31, ago.-dez. 2008. Disponível em:<<http://revistalep.com.br/index.php/lep/article/view/50>> Acesso em: 05 de agosto de 2014.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas.** Tradução: Agatha Bacelar. Niterói/RJ. Editora Eduff. 2008

BARBOSA, Lívia; PORTILHO, Fátima; VELOSO, Letícia (org). **Consumo: cosmologias e sociabilidades**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Tradução Daniela Kern; Guilherme. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007

_____. **As estruturas sociais da economia**. Porto: Campo das Letras, 2006.

_____. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Alta costura e Alta Cultura. In: **Questões de sociologia**. Tradução: Miguel Serras Pereira. Lisboa. Editora Fim de Século. 2003

_____. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa – Campinas,SP : Papirus, 1996

_____. **Sobre o Estado**. Tradução: Rosa Freire D'Aguiar – 1ª Ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2014.

BRITO, Thiago. **Marx e Lukács: a relação sociedade e natureza**. Artigo apresentado no 6º COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS - GT 1 - A obra teórica de Marx. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/marx-e-lukacs-a-relacao-sociedade-e-natureza.pdf. Acesso em: 17 Jun. 2014.

CECHIN, Andrei Domingues; VEIGA, José Eli da. **A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen**. Rev. Econ. Polit., São Paulo, v. 30, n. 3, Sept. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300005&lng=en&nrm=iso>. Accesso em 20 Fev. 2015

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **O Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2ed, 1991.

CORADINI, Odaci Luiz. **Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos.** Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 241-256, Junho de 2010

. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 de Maio de 2016.

DUARTE, Alice. **A antropologia e o estudo do consumo: revisão crítica das suas relações e possibilidades.** In: Etnográfica, 14 (2), junho de 2010, p. 363- 393. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/etn/v14n2/v14n2a07>

DOUGLAS, M. (1996) **Estilos de Pensar. Ensayos críticos sobre el buen gusto.** Barcelona: Gedisa editorial, 1998.

DOUGLAS, Mary & ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens.** Rio de Janeiro: Editora UFFRJ, 2004.

FARBER, Stephen C., COSTANZA, Robert and WILSON, Matthew A. **Economic and ecological concepts for valuing ecosystem services.** *Ecological Economics*, 2002 - 41, issue 3, p. 375-392, Disponível em: <http://EconPapers.repec.org/RePEc:eee:ecolec:v:41:y:2002:i:3:p:375-392> Acesso em: 17 Out. 2014

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo.** São Paulo. Livros Studio Nobel LTDA. 1995

FLIGSTEIN, Neil. **Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado.** Contemporaneidade e Educação. Ano VI, nº 9, 1º sem/2001b, p. 26-55. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/138019723/FLIGSTEIN-Neil-Mercado-como-politica-cultural>>. Acesso em 14 de Julho de 2013.

FLIGSTEIN, Neil; DAUTER, Luke. **A sociologia dos mercados.** Cad. CRH, Salvador, v. 25, n. 66, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de Julho de 2013

FOURCADE, M; HEALY, K. **Moral Views of market society.** Annual Review of Sociology. v. 33, 2007, pp.285-311. Disponível em: <<http://sociology.berkeley.edu/sites/default/files/faculty/fourcade/ARS%202007.pdf>> Acesso em 13 de Maio de 2016.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1996.

HARGRAVE, J., PAULSEN, S. S. **Economia verde e desenvolvimento sustentável.** In. Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde e a Rio +20 – Relatório de Pesquisa. IPEA. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120620_relatorio_rio20.pdf>. Acesso em: 07 Out. 2014

HIRSCHMAN, A. O. **Rival Interpretations of market society: civilizing, destructive, or feeble?** Journal of Economic Literature, v.20, pp. 1463-84, dez. 1982. Disponível em <<http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic196512.files/Hirschmann.pdf>> Acesso em 13 de Maior de 2016.

LÖWY, Michel. **Ecossocialismo e planejamento democrático.** Artigo publicado em *Socialist Register*, 2007. Tradução de Sofia Boito. Revisão de Isabel Loureiro. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo164Artigo3.pdf>. Acesso em: 20 Jun. 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo. Boitempo Editorial, 2004.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs setor privado.** Tradução Elvira Serapicos. 1ª Ed. São Paulo. Portfolio-Penguin, 2014.

MEADOWS, Donella. et al. **The Limits to Growth.** New York: New American Library, 1972
MEDVETZ, Thomas. **Think Tanks in America.** University of Chicago Press. Chicago, 2012.

MÉSZAROS, Istvám. *O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva*. Conferência dada na Cimeira dos 'Parlamentos Latino-Americanos' sobre a “dívida social e integração latino-americana”, em Caracas, 10-13/Jul/2001. Disponível em: http://resistir.info/mreview/desenvolvimento_sustentavel.html. Acesso em: 20/06/2014.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. *Ecomarxismo e capitalismo*. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis : EDUFSC, n.28, p.107-132, out. de 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/24007/21481>>. Acesso em: 07 Jun. 2014

MOTTA, R. S. da. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. Publicação conjunta da Coordenação de Estudos do Meio Ambiente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (CEMA/IPEA) e da Coordenação Geral de Diversidade Biológica do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (COBIO/MMA) com co-financiamento dos projetos CNPq 520649/96 e PNUD-BRA 95/012. Disponível em: http://www.em.ufop.br/ceamb/petamb/cariboo_files/manual_20serroa_20motta.pdf Acesso em: 15 Out. 2014

MUELLER, Charles C. **Os economistas e as inter-relações entre sistema econômico e o meio ambiente**. NEPAMA – Departamento de Economia – UNB : 2004

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na teia do nepotismo – sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Editora Insight, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. *Rumo a uma economia verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão*. 2011. Disponível em: <http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf>. Acesso em 30 Out. 2013.

PORTELA, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, Fernando Pinto. *O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo de mercado.* Soc. nat., Uberlândia, v. 24, n. 2, Aug. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132012000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de Julho de 2013

SARTORE, Marina de Souza. **Da filantropia ao investimento socialmente responsável: novas distinções.** Cad. CRH, Salvador , v. 25, n. 66, Dec. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 Mar. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000300005>.

SARTORE, Marina de Souza. **Finanças e Sustentabilidade: O papel do Estado a partir da análise do discurso e dos atores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e do Banco Central do Brasil.** 39º Encontro Anual da Anpocs. 2015. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9774&Itemid=461>

STONE, Lawrence. **Prosopografia.** Rev. Sociol. Polit., Curitiba , v. 19, n. 39, p. 115-137, June 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Maio de 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>.

VIOLA, E. J. **A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: Do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável.** In: Hogan, D. J., Vieira, P. F. (orgs).*Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável.* Campinas. Editora da Unicamp, 1995.

APÊNDICE I – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS ATORES

Tabela 9 - Informações Gerais dos Atores Políticos

Autor	Trajetória Acadêmica	Trajetória Política/Profissional
Jutahy Junior	<p>Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade de Direito, UFBA, Salvador, 1974-1977</p> <p>Especialização em Direito, UFBA, Salvador, 1995-1996.</p>	<p>É neto do ex-governador da Bahia Juracy Magalhães (UDN-BA) e filho do ex-vice-governador da Bahia, ex-deputado e ex-senador Jutahy Borges Magalhães (UDN-BA, Arena-BA, PMDB-BA, PSDB-BA)</p> <p>Foi chefe de gabinete da vice-presidência da Assembleia Legislativa da Bahia (1975-1979) e candidato ao governo do estado em 1994 pelo PSDB.</p> <p>Foi deputado federal em outras seis legislaturas: pelo PDS (1983-1987), pelo PMDB (1987-1991) e pelo PSDB (1991-1995/ 1999-2003/ 2003-2007/ 2007-2011).</p> <p>Ainda foi deputado estadual pelo PDS (1979-1983) e ocupou os cargos de secretário de Justiça e Direitos Humanos da Bahia (1988-1989) e de ministro do Bem-Estar Social (1992-1993).</p>
Sarney Filho	<p>Direito, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, 1981</p> <p>Economia, Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, SP.</p>	<p>É filho de José Sarney (ex-presidente da República e atual senador pelo PMDB-MA) e irmão de Roseana Sarney (governadora do Maranhão pelo PMDB-MA) e de Fernando Sarney (empresário)</p> <p>Detém concessão de radiodifusão.</p> <p>Foi deputado federal nas sete legislaturas anteriores: pelo PDS (1983-1987), pelo PFL (1987-1991/ 1991-1995/ 1995-1999/ 1999-2003/ 2003-2007) e pelo PV (2007-2011).</p> <p>Também exerceu mandato de deputado estadual pela Arena</p>

		(1979-1983). Ocupou os cargos de secretário para Assuntos Políticos do Maranhão (1988/ 1989-1990) e de ministro do Meio Ambiente (1999-2002).
Francisco Rollemberg	Medicina – Universidade da Bahia Direito – Universidade de Uberlândia	Deputado Federal por 4 mandatos: 71-75; 75-79; 79-83; 83-87 Senador por Sergipe de 1987 até 1995 Foi da ARENA e do PDS. Membro da Comissão da Ordem Social, Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente. Aliado da família Franco, em sua atuação na Constituinte apoiou-se no Centrão, grupamento conservador formado para diminuir a influência da esquerda nas votações da ordem econômica e social. Votou contra o direito de voto aos 16 anos e absteve-se quanto ao tabelamento dos juros. Contrário à proteção da empresa nacional, ausentou-se na votação da nacionalização do subsolo. Votou a favor dos cinco anos para Sarney e contra a Reforma agrária.
Miriam Aparecida Belchior	Graduação em engenharia de Alimentos – UNICAMP Mestrado em Administração Pública e Governamental pela EAESP/FGV	De 1997 a 2002 foi secretária de Administração e Modernização Administrativa e posteriormente secretária de Inclusão Social e Habitação da Prefeitura Municipal de Santo André. Manteve a atividade acadêmica e foi professora da Universidade de São Marcos de 1999 a 2002 e da Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento de Administração, Contabilidade e Economia, de 2001 a 2008. Integrou a equipe de transição do Governo Lula e foi assessora especial do Presidente da República, de janeiro de 2003 a junho de 2004, quando assumiu a Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da

		<p>Presidência da República, responsável por articular a ação de governo e monitorar os projetos estratégicos, ocupando a Secretaria Executiva do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e desde abril de 2010 tornou-se coordenadora geral do PAC até ser nomeada em 1º de janeiro de 2011, pela presidente Dilma Rousseff, para o cargo de ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.</p>
Izabella Mônica Vieira Teixeira	<p>2002 - 2008 Doutorado em Planejamento Energético (Conceito CAPES 6). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.</p> <p>1994 - 1998 Mestrado em Planejamento Energético (Conceito CAPES 6). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.</p> <p>1989 - 1989 Especialização em Elaboração Análise e Gerenciamento de Projetos de. Escola Brasileira de Administração Pública do Distrito Federal, FGV/EBAP/DF, Brasil.</p> <p>1983 - 1988 Graduação em Licenciatura Em Ciências Biológicas. Universidade de Brasília, UNB, Brasil.</p> <p>1979 - 1983 Graduação em Bacharelado Em Ciências</p>	<p>Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro.</p> <p>2007 - 2008 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Subsecretaria do Ambiente</p> <p>Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.</p> <p>2002 - 2003 Vínculo: Pesquisador, Enquadramento Funcional: Pesquisador, Carga horária: 0</p> <p>Outras informações Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente da COPPE/UFRJ.</p> <p>Atividades</p> <p>01/2002 - Atual Pesquisa e desenvolvimento, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa Em Engenharia, Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente.</p> <p>Linhos de pesquisa Instrumentos de Gestão Ambiental (AIA, AAE, Licenciamento Ambiental) Planejamento e Gestão Ambiental nos Setores de Petróleo e Gás</p>

	<p>Biológicas. Universidade de Brasília, UNB, Brasil.</p>	<p>Natural, Energia Elétrica e Transportes (infraestrutura) e Comunicação Ambiental</p> <p>Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, MMA, Brasil. Vínculo institucional</p> <p>2010 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Ministra de Estado do Meio Ambiente</p> <p>2008 - 2010 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Secretaria Executiva Outras informações Secretaria Executivo do Ministério do Meio Ambiente.</p> <p>2001 - 2002 Vínculo: Cargo de Confiança, Enquadramento Funcional: Diretora de Energia, Carga horária: 0 Outras informações Planejamento e gestão ambiental nos segmentos de infraestrutura; gerente do Comitê de Meio Ambiente de Gestão da Crise Elétrica; coordenadora do Projeto "Licenciamento Ambiental Federal" do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); coordenadora de Projeto "Licenciamento Ambiental Estadual" financiado pelo Banco Mundial (PNMA II); coordenadora do Programa "Introdução de Novos Instrumentos de Gestão Ambiental no Brasil: o caso da AAE"; gerente executiva da Agenda Ambiental do Petróleo (MMA e ANP) e Agenda Ambiental.</p>
--	-------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>1999 - 2002</p> <p>Vínculo: Cargo de Confiança, Enquadramento Funcional: Secretaria substituta, Carga horária: 0</p> <p>Outras informações Secretaria Substituta de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos.</p>
		<p>1999 - 2002</p> <p>Vínculo: Cargo de Confiança, Enquadramento Funcional: Coordenadora de Projeto, Carga horária: 0</p> <p>Outras informações Coordenadora do projeto de "Modernização e Fortalecimento do Licenciamento Ambiental Federal" junto ao BID/FNMA/MMA. Formulação de projetos, negociações com o BID e com IBAMA, definição de arranjos institucionais e estratégias de execução dos projetos, gerenciamento e avaliação de desempenho.</p>
		<p>1999 - 2001</p> <p>Vínculo: Cargo de Confiança, Enquadramento Funcional: Diretora de Qualidade Ambiental, Carga horária: 0</p> <p>Outras informações Planejamento e gestão ambiental nos segmentos de infraestrutura; coordenadora da Agenda Ambiental Portuária; coordenadora Geral do Programa Nacional de Substâncias Químicas; gerente do Programa Avança Brasil; coordenadora do programa de instrumentos de controle ambiental (PROGESTÃO); coordenadora do programa de controle de emissões atmosféricas (PROCONTROLE); coordenadora do GT de elaboração do Plano Nacional de Contingência (PNC);</p>

		<p>coordenadora do Programa Nacional do Meio Ambiente II - Componente Desenvolvimento Institucional; coordenadora das negociações junto ao BID do Programa Pantanal; ponto focal das Convenções de Roterdã, de Estocolmo (POPs) e do Protocolo de Montreal; representante do Brasil na Reunião Especializada de Meio Ambiente do MERCOSUL.</p> <p>1999 - 2001</p> <p>Vínculo: Cargo de Confiança, Enquadramento Funcional: Coordenadora Geral, Carga horária: 0</p> <p>Outras informações</p> <p>Coordenadora Geral do Componente de Desenvolvimento Institucional (Licenciamento Ambiental, Monitoração da Qualidade Ambiental e Gestão da Zona Costeira) do Programa Nacional de Meio Ambiente II - PNMA II - Banco Mundial.</p> <p>Formulação de projetos, negociações com o Banco Mundial e com os órgãos estaduais de meio ambiente, definição de arranjos institucionais e estratégias de execução dos projetos, gerenciamento e avaliação do desempenho.</p> <p>1997 - 1999</p> <p>Vínculo: Cargo de Confiança, Enquadramento Funcional: Superintendente de Estudos Ambientais, Carga horária: 0</p> <p>Outras informações</p> <p>Superintendente de Estudos Ambientais da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, exercendo as funções de Coordenadora Geral do Componente "Programas Ambientais Complementares do</p>
--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Programa de Despoluição da Baía de Guanabara"- PDBG.BID/SEMA/RJ. Revisão da formulação de projetos, definição de modelo gerencial e executivo do Programa; definição de procedimentos de avaliação junto ao BID e ao Governo do Estado; definição de procedimentos de execução e de avaliação de projetos junto aos executores (FEEMA, SERLA e IEF); coordenação das equipes técnicas da FEEMA, SERLA e IEF.</p> <p>1995 - 1997</p> <p>Vínculo: Cargo de Confiança, Enquadramento Funcional: Chefe de Gabinete, Carga horária: 0</p> <p>Outras informações</p> <p>Chefe de Gabinete da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. Supervisão e coordenação geral dos programas e projetos desenvolvidos pela SEMA-RJ; assessoria ao Secretário de Estado de Meio Ambiente.</p> <p>1993 - 1994</p> <p>Vínculo: Cargo de Confiança, Enquadramento Funcional: Coordenadora Técnica, Carga horária: 0</p> <p>Outras informações</p> <p>Coordenadora Técnica do Projeto "Fortalecimento Institucional dos OEMAS da Amazônia Legal - PPG7"- Banco Mundial/MMA.</p> <p>1992 - 1994</p> <p>Vínculo: Cargo de Confiança, Enquadramento Funcional: Coordenadora Geral Adjunta, Carga horária: 0</p> <p>Outras informações</p> <p>Coordenadora Geral Adjunta do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil -</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>PPG7 - Banco Mundial/MMA. Supervisão e coordenação técnica geral dos projetos do PPG7; procedimentos de avaliação de desempenho; assessoria técnica à Coordenação do Programa e ao Secretário Executivo do MMA; assessoria executiva ao Grupo Internacional Independente do PPG7 (IAG); gerenciamento da execução do PPG7 junto ao Banco Mundial.</p> <p>1992 - 1994 Vínculo: Cargo de Confiança, Enquadramento Funcional: Coordenadora Geral Técnico-Científico, Carga horária: 0</p> <p>Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Vínculo institucional</p> <p>1984 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Analista Ambiental, Carga horária: 0</p>
--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 10 - Fonte de informações da Tabela 8

Ator	Fonte
Jutahy Júnior	http://www.atlaspolitico.com.br/perfil/2/15
Sarney Filho	http://www.atlaspolitico.com.br/perfil/2/33
Francisco Rollemberg	http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1687 http://www.diap.org.br/images/stories/publicacoesDIAP/QFQ_87-91/Qfq_87-91p652.pdf
Miriam Aparecida Belchior	http://www.planejamento.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/o-ministro/perfis-de-ministros-anteriores/miriam-belchior
Izabella Mônica Vieira Teixeira	http://lattes.cnpq.br/5315698807460369

Tabela 11 - Informações Gerais dos Atores Educacionais

Nº do ator	Nome	Instituição	Trajetória Acadêmica	Trajetória Profissional
01	Rogério Santanna dos Santos	Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão	Graduação em Engenharia Mecânica – UFRGS MBA em Engenharia de Software - UFRGS MBA em Administração e Gestão de Negócios – UFRGS MBA em Marketing – FGV Mestrado em Engenharia de Software - UFRJ	Diretor – Procempa 1989 – 2003 Secretário de Logística e Tecnologia da Informação – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – 02/2003 – 05/2010 Diretor Presidente – Telebrás – 05/2010 – 06/2011 Sócio – Faselógica Telemática LTDA – 11/2011 até hoje
02	Loreni Fracasso Foresti	Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão	Graduação em Administração de Empresas – Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas São Judas Tadeu	Secretaria-adjunta na SLTI – 2003 – 2010 Diretora Administrativa e Financeira – Telebrás – 2010 - 2013 Secretária de Logística e Tecnologia da Informação – 2013 - 2015
03	Ana Maria Vieira dos Santos Neto*	Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão	- Bacharel em Direito – UNB - Curso de especialização em Direito Público Institucional – Universidade de Direito de Lisboa	Assessora no STJ – 1998-1999 Assessora no STF – 1999 – 2001 Chefe de Assessoria no TRF 1ª Região – 2001 – 2003 Analista de Compras Governamentais, Gerente de Projetos e Coordenadora Geral de Normas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Sec. De Logística e Tecnologia da Informação – 2006 a 2011

				<p>Assessora e Gerente jurídica na Telebrás – 03/2011 a 02/2012</p> <p>Diretora de Produção e Consumo Sustentáveis na Secretaria de Relações Institucionais no Ministério do Meio Ambiente – 2012-2013</p> <p>Presidente da Rede Interamericana de Compras Governamentais – 10/2013 a 10/2014</p> <p>Diretora do Departamento de Logística no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Sec. De Logística e Tecnologia da Informação – 05/2013 a 03/2015</p> <p>Diretora – Instituto de Logística Pública – 04/2015 até hoje</p>
04	Laura Silvia Valente de Macedo	Governos Locais pela Sustentabilidade - ICLEI	<ul style="list-style-type: none"> - Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Mackenzie/ SP - Mestrado em Environmental Change and Management – University of Oxford - Mestrado em Ciência Ambiental – USP - Doutoranda em Gestão Ambiental - USP 	<ul style="list-style-type: none"> - Arquiteta Autônoma – 1981 -1990 - Consultora Associada – Friends of the Earth – 1991 -1991 - Assessora de Gabinete – Dep. Fabio Feldmann – 1991 – 1994 - Assessora de Gabinete – Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo – 1995 – 1998 - Professora Colaboradora – Curso de Gestão Ambiental Urbana – PECE-POLI-USP – 1999 - 2001 - Docente – Disciplina: Ecologia Holística – FAAP – 1999 – 2001 - Diretora Regional – AleC – ICLEI 2002-2011 - Docente Convidada: Curso semestral Gestão para o baixo Carbono – Disciplina: Introdução a Ciência do Clima - FGV

				- Servidor Público – Diretora de Economia e Meio Ambiente – MMA – 2011-2012
05	Paula Gabriela de Oliveira Freitas	Governos Locais pela Sustentabilidade – ICLEI	Bacharelado em Relações Internacionais – Northeastern University	<ul style="list-style-type: none"> - Analista Financeira – CEAPE, Micro Enterprise Development Organisation – jul/1997 até fev/1998 - Intern – U.S. Senator Edward Kennedy – jan/99 até mar/99 - Program Associate – South Africa Partners – jan/2000 até out/2003 - Conference Assistant – ICLEI (European Secretariat - Freiburg) – out/04 até jun/05 - Event Manager – ICLEI (World Secretariat - Toronto) jul/05 até jun/06 - Project Manager – ICLEI (Latin America Secretariat), jun/06 até jul/11 - Sustainability Team Leader Brazil – FIFA World Cup – ago/11 até set/14 - Sustainability Programme Manager – FIFA – nov/14 até hoje
06	Ana Carolina Gazoni Lopes da Silva	Governos Locais pela Sustentabilidade – ICLEI	Bacharel em Direito – PUC/SP - MBA em Gestão de Sustentabilidade - FGV	<p><i>- Assessora de Projetos, Secretariado para América Latina e Caribe do ICLEI Coordenadora Administrativa – BKBG – jun/11 até hoje - Coordenadora da Área de Compliance – BKBG – jan/12 até hoje</i></p>
07	Luciana Stocco Betiol	Governos Locais pela Sustentabilidade - ICLEI	<ul style="list-style-type: none"> - Bacharel em Direito, PUC/SP - Especialização em Direito 	<ul style="list-style-type: none"> - Vice Coordenadora do mestrado em Gestão de Sustentabilidade, EAESP-FGV, set/08 até jun/13 - Professora do mestrado em Gestão de

			<p>Processual Civil, PUC/SP</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mestrado em Derecho Medio Ambiental, Universidade Complutense de Madrid - Mestre em Direito Civil, PUC/SP - Doutora em Direitos Difusos e Coletivos, PUC/SP 	<p>Sustentabilidade: Disciplina Consumo e Sustentabilidade – EAESP-FGV, set/08 até jun/13</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisadora do Centro de Estudos em Sustentabilidade – EAESP-FGV, sete/05 até hoje - Coordenadora do Programa de Consumo e Produção Sustentáveis – FGV, set/08 até hoje - Professora da Graduação EAESP-FGV – Disciplina: Direito Privado na empresa. Jan/14 até hoje
08	Zilda Maria Faria Veloso	SRHU/ Ministério do Meio Ambiente – Diretora de Ambiente Urbano	<p>Graduação em Arquitetura – UFRGS</p> <p>Mestrado em planejamento Urbano – UNB</p> <p>Pós-graduação na Alemanha na área de Planejamento Urbano – Trabalho final na área de resíduos sólidos</p>	<p>Analista Ambiental do quadro permanente do IBAMA - diretora do departamento de Ambiente Urbano da Secretaria de recursos hídricos e meio urbano do MMA</p>
09	Barbara Morton (UK)	Sustainable Procurement Limited	<p>University of Aberdeen (M.A.)</p> <p>University of Liverpool (Master of Civic Design – 1980/1982)</p>	<p>Gerente de Projetos – Sustainable Procurement Task Force – 05/2005 – 06/2006</p> <p>Supervisora de compras sustentáveis – Defra Procurement and Contracts Division – 06/2006 – 10/2010</p> <p>Supervisora Técnica – Marrakech Task Force on Sustainable Public Procurement – 10/2005 – 06/2011</p> <p>Diretora – Sustainable Procurement Limited - 08/2004 - atual</p>

10	Jussara de Lima Carvalho	ICLEI	Graduação em Engenharia Química – UFSCAR 1981 Mestrado em Engenharia Hidráulica e Saneamento – USP – 1985 Doutorado em Ciência Ambiental – USP 2011	Professora: disciplinas de Bioquímica Industrial e tratamento biológico – Cursos de Química e Engenharia Química – Mackenzie – 1987 até 1995 Professora – disciplinas: Desenvolvimento e Meio Ambiente – Desenvolvimento Sustentável – Engenheira Química – CETESB – 1996 – atual Secretária do Meio Ambiente de Sorocaba – 2009/20014 Secretária Executiva – ICLEI – 2014/atual
11	Norma Tregurtha	ISEAL Alliance	Mestrado University of Steellenbosch 1991-2003	Gerente ComMark's Regional Standards Programme (RSP) – África do Sul Gerente de política e divulgação – ISEAL Alliance – 2010/atual
12	Rafael Setubal Arantes	DELOG/SLTI/Ministério do Planejamento	Graduação em direito – PUC RJ – 2000 Mestrado em Direito Administrativo - 2004	Coordenador Normativo de Licitações e Contratos – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – 05/2004 até 01/2011 Assessor e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 01/2011 até 06/2012 Coordenador de Administração – Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) – 06/2012 até o momento
13	Alfredo Carlos Orphao Lobo	Inmetro	Graduação em Magistério de disciplinas específicas de curso técnico – Centro de	Gestor – Petrobras – 1967/1995 Diretor de Qualidade – Inmetro – 2000/atual Secretário Executivo – Comitê Brasileiro de

			<p>Educação técnica do Estado da Guanabara – 1968</p> <p>Graduação em Engenharia Mecânica – Faculdade de Engenharia Souza Marques – 1974</p> <p>Especialização em Engenharia de Equipamentos de Petróleo.</p> <p>Petróleo Brasileiro S.A. – 1975</p> <p>Especialização em Advanced Management - Banff School of Advanced Management - 1993</p>	<p>Avaliação da Conformidade – 2000/atual</p> <p>Secretário Executivo – Comitê Brasileiro de Regulamentação – 2006/atual</p> <p>Secretário Executivo – Comitê Brasileiro de Normalização – 2002/atual</p> <p>Conselheiro Suplente – ABNT – 2005/atual</p> <p>Conselheiro – Associação Brasileira de Manutenção – 2000/atual</p> <p>Membro da Câmara de Gestão da Crise energética – Casa Civil da Presidência da República – 2001</p> <p>Membro do Programa Nacional de Gestão Pública – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – 2001/2005</p>
14	Luiz Henrique Lima	TCE - MT	<p>Doutor em Planejamento Energético – COPPE – UFRJ</p> <p>Mestre em Planejamento Energético – COPPE – UFRJ</p> <p>Especialista em Finanças Corporativas – IAG – PUC/RJ</p> <p>Bacharel em Ciências Econômicas – UFRJ</p>	<p>Atividade Profissional Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas de Mato Grosso, aprovado em concurso público de âmbito nacional (2009 até o presente);</p> <p>Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, aprovado em concurso público de âmbito nacional (1996/2009).</p> <p>Secretário de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos do Rio de Janeiro (2000/2002)</p> <p>Secretário de Estado de Administração do Rio de Janeiro (1992/1994)</p> <p>Atividade Parlamentar</p>

				<p>Deputado estadual no Rio de Janeiro (1987/1994), sendo Vice-Relator da Assembleia Constituinte estadual (1989) e Líder de Governo (1991)</p> <p>Vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro (1983/1986), sendo Líder de Governo (1985).</p> <p>Atividade Associativa</p> <p>Diretor de Relações Institucionais da ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (2012/2015)</p> <p>Membro do Conselho Fiscal da AUDICON – Associação dos Auditores (Ministros e Conselheiros Substitutos) dos Tribunais de Contas do Brasil (2014/2015)</p> <p>Vice-presidente da Região Centro-Oeste da AUDICON – Associação dos Auditores (Ministros e Conselheiros Substitutos) dos Tribunais de Contas do Brasil (2011/2013)</p>
15	Gabriela Alem Appuglies e	<p>Programa Consumo Sustentável - Centro de Estudos em Sustentabilidade FGV</p>	<p>Bacharelado em Gestão Ambiental – USP - 2008</p>	<p>Trainee – Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo – 11/2008 até 03/2009</p> <p>Trainee – ABN AMRO Real Bank – 03/2009 até 12/2009</p> <p>Assistente de Projeto – ICLEI – 04/2009 até 03/2010</p> <p>Coordenadora de Projetos – ICLEI – 07/2011 até 06/2013</p> <p>Pesquisadora – Centro de Estudos em Sustentabilidade FGV – 06/2013 até atual</p>

				Bolsista – Escola de Enfermagem da USP – 2000/2003 Pesquisador/Graduando – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – 2003/2005 Professor – Curso Pré Vestibular Rede Medicina – 2003/2005 Professor – Colégio Universitas – 08/2005 até 12/2005 Pesquisador/bolsista – USP – 2006/2007 Diretor do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – The Green Initiative – 2007/2012 Pesquisador – Centro de Estudos em Sustentabilidade FGV – 2012/atual
16	Ricardo Mattos e Dinato	Programa Consumo Sustentável - Centro de Estudos em Sustentabilidade FGV	Graduação em Engenharia Elétrica – POLI/USP – Especialização em Engenharia Clínica – Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein Mestrado em Engenharia Química – USP - 2013	Diretor Científico – Building Research Establishment – 1991/1996 Diretor do Programa de Sustentabilidade - Building Research Establishment – 1996/1999 Consultor associado – Davis Langdon Consultancy – 1999/2003 Gestor do Fundo de Desenvolvimento de Mercado - WRAP – 2003/2006 Gestor do Programa de Construção – WRAP – 2006/2009 Chefe de Produção e Aquisições – WRAP – 01/2008 até 03/2010 Chefe de Produtos e Materiais – WRAP – 04/2010 até 03/2012 Desenvolvimento de Negócios Internacionais – WRAP – 04/2013 até 03/2015
17	Mervyn Jones	WRAP	Bacharel em Geografia – Universidade de Liverpool – 1982 PhD Palaeoclimatic Change – Universidade de Liverpool MBA – Gerente de Negócios – University of Hull - 1999	

				Diretor – Sustainable Global Resources LTDA – 04/2015 atual
18	Fabiana Barbi	ICLEI	<p>Graduação em Ciências Sociais – UNICAMP – 2002</p> <p>Mestrado em Ciência Ambiental – USP – 2007</p> <p>Doutorado em Ambiente e Sociedade – UNICAMP – 2014</p> <p>Pós-Doutorado (em curso) – NEPAM/FAP ESP</p>	<p>Pesquisador/bolsista – Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais – 2000/2002</p> <p>Pesquisador/bolsista – USP – 2004/2006</p> <p>Professora – Centro Universitário Padre Anchieta – 2008/atual</p> <p>Professora – Faculdade Comunitária de Campinas – 06/2008 até 09/2009</p> <p>Professora – Faculdade Politécnica de Jundiaí – 01/2008 até 06/2009</p> <p>Assessora de Projetos – ICLEI – 2008/2009</p> <p>Auxiliar docente – UNICAMP - 2011</p>
19	Bruno Quick	Sebrae Nacional	<p>Graduação em Engenharia Civil – Fundação educacional Minas Gerais/Escola Kennedy</p> <p>Graduação em Engenharia de Planejamento e Produção</p> <p>Especialização em engenharia de tráfego</p> <p>Especialista em Políticas Públicas - UNICAMP</p>	<p>Atuação Empresarial na Área de Indústria, Comércio e Serviços;</p> <p>Presidente da Associação de Lojistas do Shopping Del Rey; Diretor da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte;</p> <p>Presidente do Conselho da Micro e Pequena Empresa da Associação Comercial de Minas Gerais; Diretor de Comercialização e Articulação Regional do Sebrae Minas Gerais;</p> <p>atualmente é Gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae Nacional. Coordenador da Assessoria Legislativa do Sebrae Nacional e responsável técnico pela avaliação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.</p>

				TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE 1995 – Julho de 2001 (6 anos) Assessora do Vice-Presidente do TSE - Ministro Marco Aurélio Mello (set/1995 a mai/1996) Assessora da Presidência do TSE Ministro Marco Aurélio (mai/1996 a mai/1997) Chefe da Seção de Serviços Gerais (mai/1997 a mai/1999) - Gestão Ministro Ilmar Galvão Coordenadora de Serviços Gerais (mai/1999 a mai/2001) - Gestão Ministro Néri da Silveira Cerimonial (organização das posses dos Ministros Marco Aurélio e Néri da Silveira)
20	Ketlin Feitosa de A. Lima Scartezini	STJ	Bacharel em Direito – CEUB - 1996	Assessora da Ministra Maria Cristina Peduzzi – TST – 07/2001 até 11/2001 Chefe de Gabinete do Ministro Luiz Fux – STJ – 11/2001 até 01/2002 Secretaria de Administração – TRT 1ª Região – 02/2002 até 08/2004 Assessora de Planejamento e Gestão Estratégica – TSE – 09/2004 até 07/2008 Assessora da Diretoria Geral – STJ – 08/2008 até 09/2011 Assessora/Coordenação do programa de responsabilidade

				socioambiental – STJ – 09/2012 até o momento
21	Anderson F. Gomes	MPOG/STLI	Graduação em Engenharia Elétrica – Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba MBA em Gestão Estratégica de Marketing - FGV	Usinas Itamarati – Gerente de Manutenção 1995 até 1997 Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRO NORTE – Engenheiro – 2003 até 2006 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Engenheiro - 2006
22	Jhéssica Ribeiro Cardoso	Departamento de Logística – DELOG - Coordenação Geral de Estratégia de Contratações – CGEST - Ministério do Planejamento	Graduação em engenharia Ambiental – UCB/DF – 2011 Especialização em Saneamento Ambiental – Unitau Especialização em Construções Sustentáveis (LEED) – Universidades Cidade de São Paulo - 2014	Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil. 2014 - 2015 Vínculo: Enquadramento Funcional: Docente, Carga horária: 84 ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF, EAFA_FORN, Brasil. 2014 - 2015 Vínculo: Enquadramento Funcional: Docente, Carga horária: 8 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, PLANEJAMENTO, Brasil. 2014 - 2015 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Coordenadora-Geral Substituta, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva. Vínculo institucional 2014 - 2015

				<p>Vínculo: Enquadramento Funcional: Titular GT Recondicionamento de Computadores, Carga horária: 40 2013 - 2015</p> <p>Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assistente, Carga horária: 40</p> <p>Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social, FDES, Brasil. 2013 - 2014</p> <p>Vínculo: Membro, Enquadramento Funcional: Convidada</p> <p>TECNOGEO GEORREFERENCIAMENTO E TOPOGRAFIA AUTOMATIZADA, TECNOGEO, Brasil. 2012 - 2013</p> <p>Vínculo: Consultora, Enquadramento Funcional: Engenheira Ambiental, Carga horária: 5</p> <p>Organização pela Valorização da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, OEAA-NACIONAL, Brasil. 2012 - 2013</p> <p>Vínculo: Colaboradora, Enquadramento Funcional: Conselheira Fiscal, Carga horária: 3</p> <p>União Brasileira de Educação e Cultura, UBEC, Brasil. 2011 - 2013</p> <p>Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Téc. Adm. Lab. Geologia, Pedologia e Geotécnica, Carga horária: 36</p>
--	--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				<p>2011 - 2011 Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Estagiária, Carga horária: 20, Regime: Dedicação exclusiva.</p> <p>Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do DF, CREA/DF, Brasil.</p>
				<p>2013 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Conselheira Regional, Carga horária: 15</p>
				<p>2013 - Atual Vínculo: Coordenadora- Adjunta, Enquadramento Funcional: Comissão Especial Crea Jovem-DF, Carga horária: 3</p>
				<p>2015 - 2015 Vínculo: Coordenadora, Enquadramento Funcional: Comissão Ética Profissional, Carga horária: 3</p>
				<p>2014 - 2015 Vínculo: Diretora, Enquadramento Funcional: Diretora de Valorização Profissional, Carga horária: 20</p>
				<p>2013 - 2014 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Presidente (Crea Jovem), Carga horária: 10</p>
				<p>2013 - 2014 Vínculo: Coordenadora- Adjunta, Enquadramento Funcional: Comissão Ética</p>

				<p>Profissional, Carga horária: 3</p> <p>2010 - 2012 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Vice-Diretora Crea Jovem DF</p> <p>2008 - 2010 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Membro</p> <p>Associação Nacional dos Engenheiros Ambientais, ANEAM-BR, Brasil. Vínculo institucional</p> <p>2015 - Atual Vínculo: Vice-Presidente, Enquadramento Funcional: Vice-Presidente, Carga horária: 2</p> <p>2013 - 2014 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Secretaria Executiva, Carga horária: 15</p> <p>2012 - 2014 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Coordenadora/ Supervisor de Grupo de Trabalho, Carga horária: 5</p> <p>2012 - 2012 Vínculo: Engenheira, Enquadramento Funcional: Comissão Técnica</p> <p>2012 - 2012 Vínculo: Colaboradora, Enquadramento Funcional: Diretora Administrativo- financeira, Carga horária: 3 Outras informações Plano de Captação de Recursos; Media Kit;</p>
--	--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				<p>Projeto Intercâmbio de Informações</p> <p>ECOA Ambiental, ECOA JR, Brasil.</p> <p>Vínculo institucional</p> <p>2012 - 2013</p> <p>Vínculo: Consultora,</p> <p>Enquadramento Funcional:</p> <p>Engenheira Ambiental,</p> <p>Carga horária: 2</p> <p>2011 - 2012</p> <p>Vínculo: Colaborador,</p> <p>Enquadramento Funcional:</p> <p>Diretoria de Projetos,</p> <p>Carga horária: 20</p> <p>Empresa de Consultoria em Meio Ambiente e Projetos Agrários, ECOMAPA, Brasil.</p> <p>Vínculo institucional</p> <p>2011 - 2011</p> <p>Vínculo: Colaborador,</p> <p>Enquadramento Funcional:</p> <p>Estagiária, Carga horária: 16</p> <p>Universidade Católica de Brasília, UCB/DF, Brasil.</p> <p>Vínculo institucional</p> <p>2011 - 2011</p> <p>Vínculo: Monitora Hidrologia,</p> <p>Enquadramento Funcional:</p> <p>Bolsista (Remunerada),</p> <p>Carga horária: 4</p> <p>2011 - 2011</p> <p>Vínculo: Monitora Ecologia Ecossistemas,</p> <p>Enquadramento Funcional:</p> <p>Bolsista (Remunerada),</p> <p>Carga horária: 4</p> <p>2011 - 2011</p>
--	--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				Vínculo: Monitora Ecossistemas Aquáticos, Enquadramento Funcional: Bolsista (Remunerada), Carga horária: 4 2011 - 2011 Vínculo: Monitora Estatíst. Inferencial, Enquadramento Funcional: Bolsista (Remunerada), Carga horária: 4 2011 - 2011 Vínculo: Monitora Saneamento Básico, Enquadramento Funcional: Bolsista (Remunerada), Carga horária: 4 Vínculo institucional 2011 - 2011 Vínculo: Monitora Aval. Impacto Ambiente, Enquadramento Funcional: Voluntária, Carga horária: 4 2011 - 2011 Vínculo: Iniciação à Extensão, Enquadramento Funcional: Bolsista (Remunerada), Carga horária: 20 2011 - 2011 Vínculo: Iniciação à Extensão, Enquadramento Funcional: Voluntária, Carga horária: 2 2010 - 2011 Vínculo: Iniciação à Extensão, Enquadramento Funcional: Bolsista (Remunerada), Carga horária: 20, Regime: Dedicação exclusiva. 2010 - 2011
--	--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				Vínculo: Estagiária, Enquadramento Funcional: Laboratório Ecologia, Carga horária: 20 2010 - 2010 Vínculo: Monitora Estatíst. Inferencial, Enquadramento Funcional: Voluntária, Carga horária: 4 2010 - 2010 Vínculo: Estagiária, Enquadramento Funcional: Laboratório Geotécnica/Solos, Carga horária: 20 2009 - 2009 Vínculo: Monitora Química Ambiental I, Enquadramento Funcional: Bolsista (Remunerada), Carga horária: 4 Vínculo institucional 2009 - 2009 Vínculo: Monitora Desenho Técnico Aplic., Enquadramento Funcional: Voluntária, Carga horária: 4 2009 - 2009 Vínculo: Monitora Geologia Geral, Enquadramento Funcional: Voluntária, Carga horária: 4 2009 - 2009 Vínculo: Estagiária, Enquadramento Funcional: Laboratório Geoprocessamento, Carga horária: 20 Centro de Desenvolvimento de Aprendizagem e Apoio
--	--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				<p>Pedagógico, CEDAAP, Brasil. Vínculo institucional</p> <p>2009 - 2010 Vínculo: Estagiária, Enquadramento Funcional: Ministrar-confeccionar atividades, pesquisas, Carga horária: 352</p> <p>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS, Brasil. Vínculo institucional</p> <p>2015 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: CDT, Carga horária: 40</p>
23	Ana Carla Leite de Almeida	Ministério do Meio Ambiente	<p>Graduação em Engenharia Agronômica – UNB – 1995</p> <p>Mestrado em Fitopatologia – UNB - 1998</p>	<p>Secretaria Geral da Presidência da República, SG-PR, Brasil.</p> <p>2009 - 2011 Vínculo: Enquadramento Funcional: Assessora Técnica, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.</p> <p>Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, MMA, Brasil. Vínculo institucional</p> <p>2011 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Gerente de Projetos, Regime: Dedicação exclusiva.</p> <p>2007 - 2009 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Analista Ambiental, Carga</p>

				<p>horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.</p> <p>2004 - 2005 Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Especialista em Políticas Públicas, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.</p> <p>Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, Brasil.</p> <p>2001 - 2002 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Gerente de Projeto, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.</p> <p>Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, Brasil. Vínculo institucional</p> <p>2006 - 2007 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Chefe da Divisão de Avaliação da Gestão, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.</p> <p>2002 - 2003 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assessora da Presidência, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.</p> <p>05/2002 - 04/2003 Direção e administração, Presidência.</p> <p>Cargo ou função Assessora Especial da Presidência.</p>
--	--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				<p>Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária SR 28, INCRA - SR 28, Brasil. Vínculo institucional</p> <p>2005 - 2006 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Perito Federal Agrário, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.</p> <p>Ministério da Ciência e Tecnologia, MCT, Brasil. 2000 - 2001 Vínculo: Bolsista - PCI, Enquadramento Funcional: Assessora Técnica, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.</p> <p>EMBRAPA - HORTALIÇAS, EMBRAPA, Brasil. Vínculo institucional</p> <p>1998 - 1999 Vínculo: Bolsista DTI, nível 7G, Enquadramento Funcional: Pesquisador Visitante, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.</p> <p>Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, ABRANDH, Brasil. Vínculo institucional</p> <p>2004 - 2004 Vínculo: Consultor, Enquadramento Funcional: Especialista em Orçamento, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.</p>
--	--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				Federação dos Municípios do Estado do Maranhão - FAMEM, FAMEM, Brasil. Vínculo institucional
				2003 - 2004 Vínculo: Consultor, Enquadramento Funcional: Gerente Administrativo, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.
				Fundação Educacional do Distrito Federal, FEDF, Brasil.
24	Luís Maurício Junqueira Zanin	Sebrae	Graduado em Administração Pública – UNESP Pós-Graduação em Políticas Públicas – FGV	1994 - 1994 Vínculo: Professor Temporário, Enquadramento Funcional: Professora Temporária, Carga horária: 8 Atua como consultor de Compras Governamentais para o Sebrae Nacional, junto a órgãos públicos e outras entidades. É autor dos cursos de compras governamentais para compradores e fornecedores do Sebrae. Auxilia a equipe da Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial - UPPDT com a elaboração de materiais, livros, cartilhas, cursos e acompanhamento da execução dos projetos estaduais de compras bem como realiza o treinamento técnico dos Tribunais de Contas Estaduais na temática de implantação do Capítulo V da Lei Complementar 123/2006.

				<p>Entre outras atividades na área de compras em 2000 foi o Gerente de Projetos da primeira fase da construção do portal Comprasnet, do Governo Federal atuando na parceria Vesta-Unisys-Serpro e auxiliou, logo em seguida, na revisão do PNCE – Plano Nacional de Compras Eletrônicas do Governo Português junto à Umic, vinculada à Presidência de Conselho de Ministros daquele país, bem como prestou consultoria internacional para vários países compartilhando a experiência brasileira.</p> <p>Foi também instrutor da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, onde escreveu cursos de “Sistemas Eletrônico de Compras” e cursos de compras governamentais do Programa Brasil Municípios, em Parceria com o BID.</p> <p>Trabalhou 10 anos na Confederação Nacional de Municípios onde auxiliou no desenho e especificação do portal CidadeCompras.</p>
25	Maria Aparecida Rosa Vital Bogado	Sebrae	<p>Graduada em Ciências Econômicas – Instituto Unificado de Ensino AUDF - 2000</p> <p>Pós-Graduação em</p>	<p>Gerente – Caixa Econômica Federal – 06/1982 até 04/2010</p> <p>Sócia-Diretora – V3 Consultoria Empresarial LTDA – 06/2010 atual</p> <p>Consultora - Sebrae</p>

			Marketing - FGV – 2002 Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas – UFSC - 2003	
26	Mauro Pereira Pinto Garcia	Sebrae	Bacharel em Administração – UNB – 1997 Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Serviços - ESPM	1.1.1.1 <u>Sócio Diretor - VÉLI Soluções em RH</u> - janeiro de 2011 – até o momento (5 anos 3 meses) Brasil 1.1.1.2 1.1.1.3 <u>Conselheiro - ABRH DF</u> Janeiro de 2016 – até o momento (3 meses) Brasília e Região, Brasil 1.1.1.3.1 1.1.1.4 <u>Consultor - SEBRAE</u> 2007 – Até o momento (9 anos) Brasil 1.1.1.5 <u>Diretor ABRH- DF</u> Janeiro de 2010 – dezembro de 2015 (6 anos) Brasília e Região, Brasil 1.1.1.5.1 1.1.1.6 <u>Diretor Executivo - CATHO CONSULTORIA RH</u> Janeiro de 2003 – dezembro de 2010 (8 anos) Brasília e Região, Brasil
27	Denise Reif Kroeff	Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome	Graduação Em Letras – PUCRS – 1986 Graduação em Ciências Sociais –	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária, FEPAGRO, Brasil. 2003 - Atual Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Pesquisador III, Carga horária: 40

			<p>UFRGS – 1996</p> <p>Mestrado em Sociologia – UFGRS - 1997</p>	<p>Atividades</p> <p>3/2003 - Atual Pesquisa e desenvolvimento, Divisão de Comunicação, Desenvolvimento Rural.</p> <p>Linhas de pesquisa Sociologia rural Desenvolvimento rural Avaliação e monitoramento</p> <p>Instituto Interamericano de Cooperação Para a Agricultura, IICA, Brasil. 2002 - 2002 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Consultoria técnica, Carga horária: 40</p> <p>Atividades 6/2002 - 12/2002 Conselhos, Comissões e Consultoria, Convênio de Cooperação Técnica Com o Programa RS Rural, Unidade de Monitoramento e Avaliação.</p> <p>Cargo ou função Consultora.</p> <p>Secretaria Estadual da Produção, SEPRO, Brasil. 2001 - 2001 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Consultoria Técnica, Carga horária: 0 Outras informações Elaboração de proposta de definição da Coordenadoria Executiva do Fundo Florestania (financiado pelo BID), do Plano de Monitoramento e</p>
--	--	--	------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				Avaliação e, inclusive, de ferramentas de planejamento e relatórios. Atividades 2001 - 2001 Conselhos, Comissões e Consultoria, Cargo ou função Consultoria na área de Desenvolvimento Institucional e Monitoramento e avaliação. Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler, FEPAM, Brasil. 1997 - 1999 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Consultoria, Carga horária: 0 Secretaria Geral de Governo RS, SGG, Brasil. 1997 - 1998 Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: Estágio, Carga horária: 30 Outras informações Estágio na área de auxiliar em microinformática Atividades 6/1997 - 12/1998 Estágios. Estágio realizado auxiliar na área de microinformática e secretariado. Fundação de Economia e Estatística, FEE, Brasil.
--	--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				<p>1995 - 1997 Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: Estágio sociologia, Carga horária: 30 Outras informações Auxiliar de pesquisa na Pesquisa Espacialização da Exclusão Social urbana no RS e também na pesquisa RS 2010.</p> <p>6/1995 - 6/1997 Estágios, Departamento de Estudos Regionais e Urbanos Derur,</p> <p>Estágio realizado Técnico - área de sociologia.</p> <p>Secretaria da Agricultura e Abastecimento Rs, SAA - RS, Brasil.</p> <p>1985 - 2002 Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: Estágio e Consultoria, Carga horária: 40 Outras informações O vínculo com a instituição foi longo, mas não ocorreu de maneira contínua. Ou seja, primeiro fiz um estágio e, muitos anos depois, prestei consultoria.</p> <p>Atividades</p> <p>6/1999 - 6/2002 Conselhos, Comissões e Consultoria, Programa Rs Rural, Unidade de Monitoramento e Avaliação.</p> <p>Cargo ou função Consultora Responsável. 6/1985 - 1986</p>
--	--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				Estágios, Departamento de Divulgação e Informação Rural Ddir, Estágio realizado Função de Revisora.
--	--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 12 - Fonte das informações da Tabela 10

Nº do ator	Fonte
01	https://www.linkedin.com/in/rogerio-santanna-170758
02	http://lattes.cnpq.br/4992288566328169 http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoId=33027&sid=10 - http://www.baguete.com.br/noticias/04/02/2015/cristiano-heckert-assume-a-slti
03	https://www.linkedin.com/in/ana-neto-1aa70862?authType=name&authToken=fMr_&trk=prof-sb-browse_map-name
04	http://lattes.cnpq.br/0079062101280996
05	https://www.linkedin.com/in/paula-gabriela-de-o-freitas-ab44985b?authType=NAME_SEARCH&authToken=uvVx&locale=pt_BR&trk=tyah&trkInfo=clickedVertical%3Amynetwork%2CclickedEntityId%3A213202216%2CauthType%3ANAME_SEARCH%2Cidx%3A1-1-1%2CtarId%3A1455140592493%2Ctas%3APaula%20Gabriela%20%20Freitas
06	https://www.linkedin.com/in/ana-carolina-gazoni-ccep-i-51b3b144
07	https://www.linkedin.com/in/luciana-stocco-betiol-75074831
08	http://www.cidadebemtratada.com.br/?page_id=1881
09	https://www.linkedin.com/in/barbara-morton-69b0b410 http://www.sustainableprocurement.eu.com/aboutus.html
10	http://lattes.cnpq.br/9314401251003025
11	http://www.isealliance.org/online-community/people/norma-tregurtha
12	https://www.linkedin.com/in/rafael-set%C3%A3Bal-arantes-3a444a31
13	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4760618P4
14	http://www.tce.mt.gov.br/conteudo/index/sid/286
15	https://www.linkedin.com/in/gabriela-alem-appugliese-1273a012
16	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4221208D4
17	https://www.linkedin.com/in/mdhjones
18	http://lattes.cnpq.br/5298067506054737
19	http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/outros/bruno-quick-sebrae.pdf
20	https://br.linkedin.com/in/ketlin-feitosa-de-albuquerque-lima-56320711
21	http://lattes.cnpq.br/4015207498934781
22	http://lattes.cnpq.br/1706285393180841
23	http://lattes.cnpq.br/0235393280747654
24	http://www.souic.com.br/MiniCurriculoZanin2016.pdf

25	https://br.linkedin.com/in/maria-aparecida-rosa-vital-brasil-bogado-65258574
26	https://br.linkedin.com/in/mauropgarcia/pt
27	http://lattes.cnpq.br/7513025393584119 http://www.portaltransparencia.gov.br/servidores/Servidor-DetalhaServidor.asp?IdServidor=2009545

APÊNDICE II – TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS ATORES

Tabela 13 - Trajetória profissional dos atores

ATORES POLÍTICOS			
Autor	Trajetória Profissional		
	Pública	Privada	3º setor
Jutahy Júnior	Trajetória exclusivamente pública – política		
Sarney Filho	Trajetória pública - política	Concessão de radiodifusão	
Francisco Rollemburg	Trajetória pública – política		
Miriam Aparecida Belchior	Prefeitura Municipal de Santo André; Governo Federal: Casa Civil, PAC e Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão.	Universidade São Marcos	Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento de Administração, contabilidade e Economia;
Izabella Mônica Vieira Teixeira	IBAMA: Analista Ambiental Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro; UFRJ – Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente da COPPE; Governo Federal: cargos de confiança e Ministra do Meio Ambiente		
ATORES EDUCACIONAIS			
Nº do Autor	Trajetória Profissional		
	Pública	Privada	Terceiro Setor
01	Prefeitura Municipal de Porto Alegre: Procempa; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Secretário de Logística	Faselógica Telemática LTDA: Sócio	

	e Tecnologia da Informação; Telebrás: Diretor		
02	<p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Secretária-Adjunta na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação;</p> <p>Telebrás: Diretora Administrativa e Financeira;</p> <p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Secretária na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação;</p>		
03	<p>STJ: Assessora; STF: Assessora; TRF 1ª Região: Chefe de Assessoria;</p> <p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação: Analista de Compras Governamentais, Gerente de Projetos e Coordenadora Geral de Normas;</p> <p>Telebrás: Assessora e Gerente Jurídica;</p> <p>Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Relações Institucionais: Diretora de Produção e Consumo Sustentáveis</p>	<p>Instituto de Logística Pública: Diretora</p>	<p>Rede Interamericana de Compras Governamentais: Presidente</p>

	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação: Diretora		
04	<p>Assessora de Gabinete do Dep. Fabio Feldmann;</p> <p>Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo: Assessora de Gabinete;</p> <p>USP: Professora colaboradora;</p> <p>Ministério do Meio Ambiente: Diretora de Economia e Meio Ambiente</p>	<p>Arquiteta autônoma;</p> <p>FGV: Docente Convidada</p>	<p>Friends of Earth: Consultora;</p> <p>ICLEI: Diretora Regional</p>
05	Estágio Profissional no gabinete do senador Edward Kennedy (EUA)	FIFA: Líder da equipe de sustentabilidade no Brasil, Gestora do Programa de Sustentabilidade	<p>CEAPE: Analista financeira;</p> <p>South África Partness: Associada;</p> <p>ICLEI: Assistente de conferência, Gestora de eventos, Gestora de Projetos;</p>
06		BKBG: Coordenadora Administrativa e Coordenadora da Área de Compliance	ICLEI: Assessora de Projetos e Secretariado para América Latina e Caribe
07		<p>FGV: Professora e Coordenadora do mestrado em Gestão de Sustentabilidade;</p> <p>Pesquisadora do Centro de Estudos em Sustentabilidade;</p> <p>Coordenadora do Programa de Consumo e Produção Sustentáveis;</p>	ICLEI

		Professora da Graduação EAESP	
08	IBAMA: Analista Ambiental; Ministério do Meio Ambiente: Diretora de departamento de Ambiente Urbano na Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Urbano		
09	Força tarefa de compras sustentáveis: Gerente de Projetos (Reino Unido); Department for the Environment, Food and Rural Affairs: Supervisora de Compras Sustentáveis (Reino Unido); Força tarefa de compras sustentáveis em Marraqueche: Supervisora Técnica (Marrocos);	Sustainable Procurement Limited: Diretora	
10	CETESB: Engenheira Química; Secretaria do Meio Ambiente de Sorocaba/SP	Mackenzie: docente;	ICLEI: Secretária Executiva
11		ComMark: Gerente do Programa Regional de Padrões	ISEAL Alliance
12	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Coordenador Normativo de Licitações e Contratos; Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Assessor e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental		

	Museu de Astronomia e Ciências Afins: Coordenador de Administração		
13	Petrobras: Gestor; Inmetro: Diretor de Qualidade; Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade: Secretário Executivo; Comitê Brasileiro de Regulamentação: Secretário Executivo; Comitê Brasileiro de Normalização: Secretário Executivo; Casa Civil da Presidência da República: Membro da Câmara de Gestão de Crise Energética; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Membro do Programa Nacional de Gestão Pública		ABNT: Conselheiro Suplente; Associação Brasileira de Manutenção: Conselheiro
14	Tribunal de Contas de Mato Grosso: Conselheiro Substituto; TCU: Auditor Federal de Controle Externo; Secretário de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos do Rio de Janeiro; Secretário de Estado de Administração do Rio de Janeiro; Deputado estadual no Rio de Janeiro;		Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil: Diretor de Relações; Associação dos Auditores dos Tribunais de Contas do Brasil: Membro do Conselho Fiscal e Vice-presidente da Região Centro Oeste;

	Vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro		
15	Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo: Trainee	ABN AMRO Real Bank: Trainee; FGV – Centro de Estudos em Sustentabilidade: Pesquisadora	ICLEI: Assistente de Projetos, Coordenadora de Projetos
16	USP: Pesquisador/bolsista	Curso Pré Vestibular Rede Medicina: Professor; Colégio Universitas: Professor; FGV – Centro de Estudos em Sustentabilidade: Pesquisador	The Green Initiative: Diretor do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental
17		Davis Langdon Consultancy: Consultor Associado; Sustainable Global Resources LTDA	Building Research Establishment: Diretor Científico e Diretor do Programa de sustentabilidade; WRAP: Gestor do Fundo de Desenvolvimento de Mercado; Gestor do Programa de Construção; Chefe de Produção e Aquisições; Chefe de Produtos e materiais; Desenvolvimento de negócios internacionais
18	USP: Pesquisador/bolsista; NEPAM/UNICAMP: Pesquisador/bolsista; Unicamp: Auxiliar docente	Centro Universitário Padre Anchieta: Docente; Faculdade Comunitária de Campinas: Docente; Faculdade Politécnica de Jundiaí: Docente;	ICLEI: Assessora de Projetos

			Associação de Lojistas do Shopping Del Rey: Presidente;
19		Atuação Empresarial na Área de Indústria, Comércio e Serviços	Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte: Diretor; Conselho da Micro e Pequena Empresa da Associação Comercial de Minas Gerais: Presidente
20	TSE: Assessora do Vice-Presidente do TSE, Ministro Marco Aurélio Mello; TSE: Assessora da Presidência do TSE, Ministro Marco Aurélio Mello; TSE: Chefe da Seção de Serviços Gerais - Gestão Ministro Ilmar Galvão TSE: Coordenadora de Serviços Gerais -		SEBRAE/MG: Diretor de Comercialização e Articulação Regional; SEBRAE NACIONAL: Coordenador da Assessoria Legislativa e responsável técnico pela avaliação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas

	<p>Gestão Ministro Néri da Silveira</p> <p>TSE: Cerimonial (organização das posses dos Ministros Marco Aurélio e Néri da Silveira)</p> <p>TST: Assessora da Ministra Maria Cristina Peduzzi</p> <p>STJ: Chefe de Gabinete do Ministro Luiz Fux</p> <p>TRT 1ª Região - Secretaria de Administração</p> <p>TSE: Assessora de Planejamento e Gestão Estratégica</p> <p>STJ: Assessora da Diretoria Geral</p> <p>STJ: Assessora/Coordenação do programa de responsabilidade socioambiental</p>		
21	<p>Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRO NORTE – Engenheiro – 2003 até 2006</p> <p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Engenheiro - 2006</p>	<p>Usinas Itamarati – Gerente de Manutenção 1995 até 1997</p>	
22	<p>Escola Nacional de Administração Pública: Docente;</p> <p>Escola de Administração Fazendária: Docente;</p>	<p>TECNOGEO GEORREFERENCIAMENTO E TOPOGRAFIA AUTOMATIZADA, TECNOGEO: Engenheira Ambiental – Consultora;</p>	<p>Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social: Convidada;</p> <p>Organização pela Valorização da Engenharia,</p>

	<p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Coordenadora Geral Substituta;</p> <p>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS: Servidora Pública</p>	<p>ECOA Ambiental, ECOA JR, Brasil: Engenheira Ambiental – Consultora, Diretoria de Projetos;</p> <p>Empresa de Consultoria em Meio Ambiente e Projetos Agrários, ECOMAPA, Brasil.</p> <p>Vínculo institucional: Estagiária</p> <p>Universidade Católica de Brasília, UCB/DF, Brasil:</p> <ul style="list-style-type: none"> Monitora Hidrologia - Bolsista, Monitora Ecologia Ecossistemas – Bolsista, Monitora Ecossistemas Aquáticos - Bolsista, Monitora Estatíst. Inferencial – Bolsista, Monitora Saneamento Básico – Bolsista, Monitora Aval. Impacto Ambiente – Voluntária. Iniciação à Extensão – Bolsista, Iniciação à Extensão – Voluntária Estagiária -Laboratório Ecologia Monitora Estatíst. Inferencial - Voluntária Estagiária - Laboratório Geotécnica/Solos Monitora Química Ambiental I - Bolsista Monitora Desenho Técnico Aplic - Voluntária, Monitora Geologia Geral - Voluntária 	<p>Arquitetura e Agronomia, OEAA-NACIONAL: Conselheira Fiscal;</p> <p>União Brasileira de Educação e Cultura: Téc. Adm. Lab. Geologia, Pedologia e Geotécnica – Colaboradora;</p> <p>Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do DF, CREA/DF: Conselheira Regional, Coordenadora adjunta da Comissão Especial Crea Jovem, Coordenadora da Comissão Ética Profissional, Diretora de Valorização Profissional, Presidente (Crea Jovem), Coordenadora-Adjunta Comissão Ética Profissional, Vice-Diretora Crea Jovem DF</p> <p>Associação Nacional dos Engenheiros Ambientais, ANEAM-BR, Vice-Presidente, Secretária Executiva, Coordenadora/ Supervisor de Grupo de Trabalho,</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

		<p>Estagiária - Laboratório Geoprocessamento</p> <p>Centro de Desenvolvimento de Aprendizagem e Apoio Pedagógico, CEDAAP:</p> <p>Estagiária</p>	<p>Comissão Técnica,</p> <p>Diretora Administrativo-financeira</p>
23	<p>Secretaria Geral da Presidência da República, SG-PR, Brasil: Assessora Técnica,</p> <p>Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, MMA, Brasil: Gerente de Projetos, Analista Ambiental, Especialista em Políticas Públicas;</p> <p>Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA, Brasil: Gerente de Projeto;</p> <p>Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, Brasil: Chefe da Divisão de Avaliação da Gestão, Assessora da Presidência, Direção e administração, Presidência. Assessora Especial da Presidência.</p> <p>Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária SR 28, INCRA - SR 28, Brasil: Perito Federal Agrário;</p>	<p>Federação dos Municípios do Estado do Maranhão - FAMEM, FAMEM, Brasil: Gerente Administrativo;</p> <p>Fundação Educacional do Distrito Federal, FEDF, Brasil: Professor Temporário.</p>	

	Ministério da Ciência e Tecnologia, MCT, Brasil: Assessora Técnica; EMBRAPA - HORTALIÇAS, EMBRAPA, Brasil: Pesquisador Visitante; Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, ABRANDH, Brasil: Especialista em Orçamento – Consultora;		
24	Escola Nacional de Administração Pública: Instrutor	Entre outras atividades na área de compras em 2000 foi o Gerente de Projetos da primeira fase da construção do portal Comprasnet, do Governo Federal atuando na parceria Vesta-Unisys-Serpro e auxiliou, logo em seguida, na revisão do PNCE – Plano Nacional de Compras Eletrônicas do Governo Português junto à Umic, vinculada à Presidência de Conselho de Ministros daquele país, bem como prestou consultoria internacional para vários países compartilhando a experiência brasileira.	SEBRAE: Consultor de Compras Governamentais Confederação Nacional dos Municípios: Diretor de Cooperação Internacional
25	Caixa Econômica Federal: Gerente	V3 Consultoria: Sócia-Diretora	Sebrae: Consultora
26		1.1.1.7 <u>VÉLI Soluções em RH: Sócio Diretor;</u> 1.1.1.7.1 1.1.1.8 <u>CATHO CONSULTORIA RH: Diretor Executivo</u>	1.1.1.9 <u>ABRH DF: Conselheiro,</u> Sebrae: Consultor

27		<p>Secretaria Estadual da Produção, SEPRO, Brasil: Consultoria Técnica, Elaboração de proposta de definição da Coordenadoria Executiva do Fundo Florestania (financiado pelo BID), do Plano de Monitoramento e Avaliação e, inclusive, de ferramentas de planejamento e relatórios.</p> <p>Consultoria na área de Desenvolvimento Institucional e Monitoramento e avaliação.</p> <p>Secretaria Geral de Governo RS, SGG, Brasil: Estágio</p> <p>Secretaria da Agricultura e Abastecimento RS, SAA - RS, Brasil: Estágio e Consultoria, O vínculo com a instituição foi longo, mas não ocorreu de maneira contínua. Ou seja, primeiro fiz um estágio e, muitos anos depois, prestei consultoria.</p>		<p>Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária, FEPAGRO, Brasil: Pesquisador III, Pesquisa e desenvolvimento, Divisão de Comunicação, Desenvolvimento Rural.</p> <p>Instituto Interamericano de Cooperação Para a Agricultura, IICA, Brasil: Consultoria técnica, Conselhos, Comissões e Consultoria, Convênio de Cooperação Técnica Com o Programa RS Rural, Unidade de Monitoramento e Avaliação.</p> <p>Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler, FEPAM, Brasil: Consultoria;</p> <p>Fundação de Economia e Estatística, FEE, Brasil: Estágio sociologia, Auxiliar de pesquisa na Pesquisa Espacialização da Exclusão Social urbana no RS e também na pesquisa RS 2010.</p>

			Estágios, Departamento de Estudos Regionais e Urbanos Derur.
--	--	--	-----------------------------------------------------------------------